

PUBLICIDADE



www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 18/08/2020

LEI Nº 691, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1998.

(Vide regulamentação dada pelo Decreto nº [156/2019](#))

DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE PIÊN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I SISTEMA TRIBUTÁRIO

~~Art. 1º~~ Esta Lei regula, com fundamento na Constituição Federal, Constituição Estadual, no Código Tributário Nacional e Leis Complementares, os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal.

Art. 1º Esta lei institui o Código Tributário do Município de Piên e regula, com fundamento na Constituição Federal, na Constituição Estadual, no Código Tributário Nacional e nas Leis Complementares, os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes aos tributos de competência municipal. (Redação dada pela Lei nº [1150/2012](#))

Art. 2º Tributo é prestação pecuniária compulsória, em moeda nacional ou valor que nela possa se representar, que não seja penalidade de ato ilícito, estabelecido em lei e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art. 3º O Tributo tem sua natureza jurídica especificada no fato gerador da obrigação, devendo para qualificá-lo verificar a denominação e suas características formais elencadas pela lei, e o destino legal do produto da arrecadação.

Art. 4º Os tributos do município são os seguintes:

I - impostos:

a) sobre Serviços de Qualquer Natureza;

- b) sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- c) sobre Transmissão "inter vivos" de Bens Imóveis.

II - taxas:

- a) pelo Exercício do Poder de Polícia;
- b) pela efetiva ou preferencial utilização de serviços.

III - Contribuição de Melhoria.

IV - Contribuição de iluminação pública. (Redação acrescida pela Lei nº 1150/2012)

TÍTULO II

Capítulo I COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Art. 5º O Município de Piên, ressalvadas as limitações de competência tributária constitucional e deste código, tem competência legislativa plena, quanto a incidência, lançamento, arrecadação e fiscalização dos tributos municipais.

Art. 6º A competência tributária é indelegável, salvo atribuições das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos da constituição.

§ 1º A atribuição compreendendo as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º A atribuição pode ser revogada a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 3º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoa jurídica de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

§ 4º O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Lei a tenha atribuído.

I - É passível de tributação:

- a) quando o serviço for prestado através de estabelecimento situado no seu território, seja sede, filial, agência, sucursal ou escritório;
- b) quando na falta de estabelecimento, houver domicílio do seu prestador no seu território;
- c) quando a execução de obras de construção civil localizar-se no território;
- d) quando o prestador de serviço, ainda que autônomo, mesmo nele não domiciliado, venha exercer atividade no seu território, em caráter habitual e permanente.

Capítulo II LIMITAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE TRIBUTAR

Art. 7º É vedado ao Município:

I - determinar ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça;

II - cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

III - instituir tratamento desigual entre contribuintes que encontram-se em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independente de denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

IV - utilização de tributos com efeito de confisco;

V - instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços uns dos outros;

b) templo de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, de suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos legais;

d) o papel destinado à impressão de jornais, periódicos e livros;

VI - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 1º A vedação do inciso V, alínea "a", do artigo 7º, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantida pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculadas às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

§ 2º As vedações do inciso V, alínea "a", do artigo 7º, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, a renda e aos serviços relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, e nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar impostos relativamente ao bem imóvel.

§ 3º As vedações expressas no inciso V, alíneas "b" e "c", do artigo 7º, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionada.

§ 4º O disposto no inciso V, do artigo 7º, não exclui a atribuição, por lei às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caibam reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratória do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 5º O disposto na alínea "c" do inciso V, do artigo 7º, é subordinado à observância, pelas entidades nele referenciados os seguintes requisitos:

I - não distribuírem qualquer parcela do seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, que possa representar rendimento, ganho ou lucro, para os respectivos beneficiários;

II - aplicarem integralmente no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que assegurem sua exatidão.

§ 6º Na falta de cumprimento do disposto nos parágrafos 1º, 3º, 4º e 5º deste artigo, a autoridade competente suspenderá a aplicação do benefício, ficando o sujeito passivo obrigado ao recolhimento da obrigação tributária dos últimos cinco exercícios financeiros no prazo de trintas dias a contar da data da notificação.

TÍTULO III

Capítulo I DAS NORMAS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 8º A expressão "legislação tributária" compreende as leis, decretos, e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município de Piên e relações jurídicas a eles pertinentes.

Art. 9º Somente a lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos ou sua extinção;

II - a majoração de tributos ou sua redução;

III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;

IV - a fixação de alíquota de tributo e de sua base de cálculo;

V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias aos seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI - as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades

Parágrafo Único - Serão dispensadas as exigências do presente artigo, quando já constar da presente lei tal autorização.

Art. 10. Não constitui majoração de tributos, para fins do disposto no inciso II do artigo 9º, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Parágrafo Único - A atualização a que se refere este artigo será feita anualmente por decreto do executivo municipal, tendo como parâmetro o índice oficial divulgado pelo governo federal.

Art. 11. O chefe do executivo municipal regulamentará, por decreto, as leis que versem sobre a matéria tributária de competência do Município de Piên, sempre observando:

I - as normas constitucionais vigentes;

II - as normas gerais de direito tributário estabelecidas pelo Código Tributário Nacional e a legislação federal posterior;

III - as disposições deste código e das leis municipais a ele subseqüentes.

Art. 12. São normas complementares das leis e decretos:

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;

III - as práticas reiteradamente e observadas pelas autoridades administrativas;

IV - os convênios celebrados entre o Município, a União e o Estado.

Art. 13. Nenhum tributo será cobrado, em cada exercício financeiro, sem que a lei que o houver instituído ou majorado esteja em vigor no início desse exercício.

§ 1º Entrará em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referente a impostos sobre patrimônio ou a renda:

I - que determine ou majore os impostos;

II - que define novas hipóteses de incidência;

II - que extingue ou reduza isenções, salvo se dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

§ 2º Na ausência disposições expressas, a autoridade municipal utilizará sucessivamente para aplicar a legislação tributária:

I - a analogia, salvo em tributos não previstos em lei;

II - os princípios gerais do direito tributário;

III - os princípios gerais de direito público;

IV - a equidade, salvo para dispensar de pagamento de tributo devido.

Capítulo II DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º Obrigação tributária acessória é aquela que se dá em função da legislação tributária e tem por objeto a prática ou abstenção de atos nela previsto, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação tributária acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

SEÇÃO II

DO FATO GERADOR

Art. 15. O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste código como necessária e suficiente a sua ocorrência.

Art. 16. O fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

SEÇÃO III DO SUJEITO ATIVO

Art. 17. Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de Piên é a pessoa jurídica de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos previstos neste Código Tributário e na demais legislação a ele subseqüentes.

§ 1º A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida a outra pessoa de direito público.

§ 2º Não constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado do encargo ou função de arrecadar tributos.

SEÇÃO IV DO SUJEITO PASSIVO

Art. 18. Sujeito passivo da obrigação tributária principal é a pessoa física ou jurídica obrigada, nos termos deste Código, ao pagamento de tributos da competência do Município de Piên.

Parágrafo Único - O sujeito passivo da obrigação principal será considerado:

I - contribuinte, quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constituía o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas deste código.

Art. 19. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Art. 20. Salvo os casos expressamente previstos em lei, as convenções e contratos à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser oposto ao órgão competente municipal para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

SEÇÃO V DA SOLIDARIEDADE

Art. 21. São solidariamente obrigados:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação tributária principal;

II - as pessoas expressamente designada no Código Tributário.

Parágrafo Único - A solidariedade referida neste artigo não comporta benefício de ordem.

Art. 22. Salvo disposições de lei em contrário, a solidariedade produz os seguintes efeitos:

I - O pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita os demais;

II - A isenção ou remissão do crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, substituindo, neste caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - A interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

DA SEÇÃO VI

DA CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

Art. 23. A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída ou não, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional;

III - de encontrar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem em privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais ou da administração direta de seus bens ou negócios.

SEÇÃO VII DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO

Art. 24. Ao contribuinte ou responsável pessoa física ou jurídica será facultado a escolher e indicar à repartição fazendária, na forma e nos prazos previstos em regulamento próprio, o seu domicílio tributário dentro do Município de Piên.

§ 1º Na falta da eleição pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera - se como tal:

I - quanto as pessoas naturais, a sua residência habitual, ou sendo esta incerta ou desconhecida, o local habitual de suas atividades;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou das firmas individuais, o lugar de sua sede, ou em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação tributária, ou de cada

estabelecimento;

III - quanto as pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.

§ 2º Quando não couber a aplicação das regras previstas em quaisquer dos incisos do parágrafo anterior, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável, o lugar da situação dos bens da ocorrência dos atos ou fatos que derem origem à obrigação tributária.

§ 3º A autoridade administrativa poderá recusar o domicílio tributário eleito quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando - se então a regra do parágrafo anterior.

Art. 25. O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, consultas, reclamações, recursos, declarações, guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao fisco municipal.

Capítulo III DAS RESPONSABILIDADES TRIBUTÁRIAS

SEÇÃO I DISPOSIÇÃO DA RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES

Art. 26. Os créditos tributários referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano, as taxas pela prestação de serviços que gravem os bens imóveis e a Contribuição de Melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo Único - No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

Art. 27. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos sem que tenha havido a prova de sua quitação;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão ou a meação;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data do encerramento da sucessão.

Art. 28. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelo tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado transformadas, fusionadas ou incorporadas.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou sob forma indivisível.

Art. 29. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, a qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração sob a mesma ou outra razão social ou sob forma de firma individual,

responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato.

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou qualquer outra atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar, dentro seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

SEÇÃO II DA RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Art. 30. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervirem ou pelas omissões pelas quais forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos pelos seus tutelados e curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

V - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, razão do seu ofício;

VI - os sócios, no caso de liquidação da sociedade de pessoas.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art. 31. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração da lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo anterior;

II - os mandatários, prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES

Art. 32. Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na lei tributária.

Parágrafo Único - A responsabilidade por infração da legislação tributária, salvo exceções

independem da intenção do agente ou do terceiro, e da efetividade, natureza e extensão das consequências do ato.

Art. 33. Respondem pela infração, em conjunto ou isoladamente, as pessoas que, de qualquer forma, concorram para a sua prática ou delas se beneficiem.

Parágrafo Único - A responsabilidade é pessoal do agente:

I - quanto às infrações conceituadas por lei como contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo, ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente do dolo específico;

a) das pessoas referidas no artigo 30, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos e empregados, contra seus mandantes, proponentes ou empregadores,

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

Art. 34. A responsabilidade será excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

Parágrafo Único - Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionadas com a infração.

Capítulo IV DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 36. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 37. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou se extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos expressamente previstos neste código.

SEÇÃO II DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - LANÇAMENTO

Art. 38. Compete privativamente à autoridade administrativa a constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

I - verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;

II - determinar a matéria tributável;

III - calcular o montante do tributo devido;

IV - identificar o sujeito passivo;

V - propor, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único - A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 39. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo Único - Aplica-se o lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processo de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Art. 40. O lançamento compreende as seguintes modalidades:

I - lançamento direto ou de ofício, quando efetuado unilateralmente pela autoridade tributária, sem intervenção ou participação do sujeito passivo.

II - lançamento por homologação ou auto lançamento, quando a legislação atribuir ao sujeito passivo a obrigação de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente homologue.

III - lançamento por declaração, quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade fazendária informações sobre a matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

IV - por arbitramento da receita bruta, quando o sujeito passivo deixar de cumprir os pedidos de informações do fisco municipal no prazo determinado. Esta modalidade de lançamento será efetuado com a emissão do auto de infração.

V - por estimativa a critério da administração fazendária, tendo em vista as condições do sujeito passivo quanto a sua escrituração e o tipo de serviço prestado, e de acordo com o regulamento próprio.

§ 1º A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exime o sujeito passivo da obrigação tributária, e nem que de qualquer modo lhe aproveite.

§ 2º O pagamento antecipado pelo sujeito passivo, nos termos do inciso II deste artigo não extingue o crédito tributário até a sua homologação pela administração fazendária, salvo por decurso do prazo prescricional do crédito tributário.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito tributário, tais atos serão, porém, considerados na sua apuração do saldo porventura devido, e sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

§ 4º É de 5 (cinco) anos, a contar da data da ocorrência do fato gerador, o prazo para homologação a que se refere o inciso II deste artigo, expirado esse prazo sem que o fisco municipal tenha pronunciado sobre o lançamento, considera - se homologado o lançamento, e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovadamente a existência de dolo, fraude ou simulação.

§ 5º Na hipótese do inciso III deste artigo a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou excluir tributos, somente será aceite mediante comprovação do erro em que se funde, e antes da notificação do lançamento.

§ 6º Os erros contidos na declaração que se refere o inciso III deste artigo, serão apurados quando do seu exame pelo fisco municipal, e retificados de ofício pela administração fazendária.

Art. 41. As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas através de novos lançamentos, nas seguintes condições:

I - lançamento de ofício, quando o lançamento original for efetuado ou revisto de ofício pela administração fazendária, nos seguintes casos:

- a) quando não for prestada declaração, por quem de direito, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária;
- b) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos da alínea anterior, deixar de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela administração fazendária, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente a juízo daquela autoridade;
- c) quando se comprovar falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- d) quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada nos casos de lançamento por homologação;
- e) comprovando-se ação ou omissão do sujeito passivo ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- f) quando comprovadamente o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
- g) quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;
- h) quando se comprove que, no lançamento anterior ocorreu fraude, ou falta funcional por parte da autoridade fazendária que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de atos ou formalidade essencial;
- i) nos demais casos expressamente previstos neste código ou em lei subsequente;

II - lançamento aditivo, quando o lançamento original consignar diferença a menor contra o fisco, em decorrência de erro de fato em qualquer das suas fases de execução.

III - lançamento substitutivo, quando em decorrência de erro de fato, houver necessidade de anulação do lançamento original, cujos defeitos o invalidam para todos os fins de direito.

Art. 42. O lançamento e suas alterações serão comunicados ao sujeito passivo por qualquer uma das seguintes formas:

I - por notificação direta;

II - por publicação no órgão oficial do Município de Piên;

III - por publicação em órgão da imprensa local;

IV - por meio de edital afixado na Prefeitura, pelo prazo de 10 (dez) dias;

V - por remessa de aviso via postal;

VI - por qualquer outra forma de divulgação prevista na legislação tributária do Município.

§ 1º Quando o domicílio tributário do sujeito passivo for localizado no território do Município de Piên, e indicado pelo mesmo, a remessa da notificação ou aviso, será feita via postal.

§ 2º Na impossibilidade de localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através da remessa via postal, reputar-se-á efetivado o lançamento com a publicação nominal do lançamento ou suas alterações:

I - mediante comunicação publicada em órgão da imprensa local, oficial ou não;

II - mediante afixação de edital na Prefeitura.

Art. 43. É facultado ao Município o arbitramento da base de cálculo de tributos, quando o sujeito passivo não atender a solicitação da administração fazendária, ou atender insatisfatoriamente dificultado o conhecimento do valor real da receita bruta.

§ 1º O arbitramento que trata o presente artigo, será feito mediante lavratura do auto de infração, contendo todas as informações necessárias para a constituição do crédito tributário.

§ 2º Somente será lavrado o auto de infração após vencimento da segunda notificação, com prazo entre elas não superior a 10 (dez) dias.

§ 3º O arbitramento a que refere o presente artigo não prejudica a liquidez do crédito tributário.

Capítulo V SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS MODALIDADES DE SUSPENSÃO

Art. 44. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

I - a moratória;

II - o depósito do seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos definidos na parte processual deste código,

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Parágrafo Único - A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela conseqüente.

SEÇÃO II

DA MORATÓRIA

Art. 45. Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§ 1º A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos, à data da lei ou do despacho que conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§ 2º A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude, ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

Art. 46. A moratória somente poderá ser concedida:

I - Em caráter geral, concedido por decreto do executivo municipal, que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território do Município de Piên ou a determinada classe ou categoria de sujeito passivo;

II - Em caráter individual, por despacho da autoridade da administração fazendária, quando solicitado via requerimento por parte do sujeito passivo.

Art. 47. O decreto do executivo municipal que conceder moratória geral ou o despacho que a conceder em caráter individual obedecerão aos seguintes requisitos:

I - na concessão em caráter geral, o decreto especificará o prazo de duração do benefício fiscal, e quais os tributos que serão atingidos em sua aplicação.

II - na concessão em caráter individual, o regulamento especificará as formas e as garantias para a concessão do benefício.

III - A falta de pagamento de 3 (três) parcelas ou prestações consecutivas, implicará automaticamente no cancelamento do benefício concedido, independente de qualquer aviso ou notificação por parte do Município, promovendo de imediato a inscrição do débito em dívida ativa para sua cobrança através de ação executiva de débitos tributários.

Art. 48. A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que constatar que o beneficiado não está satisfazendo ou deixou de satisfazer as condições pré determinadas para a concessão, e será cobrado o crédito tributário acrescido de juros de mora:

I - com imposição de penalidades cabíveis, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidades nos demais casos.

a) no caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e a sua revogação não será computado para efeito de prescrição do direito de cobrança do crédito tributário;

b) no caso do inciso II deste artigo, a revogação só poderá ocorrer antes da prescrição do direito da cobrança do crédito tributário, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 49. O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral da obrigação tributária:

I - quando preferir o depósito à consignação judicial prevista no artigo 80 deste código;

II - para atribuir efeito suspensivo:

- a) à consulta formulada na forma do artigo 140 deste código;
- b) à reclamação e a impugnação referentes à Contribuição de Melhoria;
- c) a qualquer outro ato por ele impetrado administrativamente ou judicialmente, visando à modificação, a extinção ou exclusão, total ou parcial, da obrigação tributária.

Art. 50. A legislação tributária poderá estabelecer hipótese de obrigatoriedade de depósito prévio:

I - para garantia de instância, na forma das normas processuais deste código;

II - como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo nos casos de compensação;

III - como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;

IV - em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

Art. 51. A importância a ser depositada corresponderá ao valor integral do crédito tributário apurado:

I - pelo fisco nos casos de:

- a) lançamento direto ou de ofício;
- b) lançamento misto ou por declaração;
- c) alteração ou substituição do lançamento original, qualquer que tenha sido sua modalidade;
- d) aplicação de penalidades pecuniárias.

II - pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:

- a) lançamento por homologação ou auto lançamento;
- b) retificação de declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;
- c) confissão espontânea da obrigação, antes do início de qualquer procedimento fiscal.

III - na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;

IV - mediante estimativa ou arbitramento procedido pelo fisco municipal, sempre que não puder ser determinado o montante integral do crédito tributário.

Art. 52. Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário a partir da data da efetivação do depósito na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Piên ou local indicado pelo fisco municipal, observando o disposto no artigo seguinte.

Art. 53. O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I - em moeda corrente no país;

II - por cheque;

III - em vale postal.

§ 1º O depósito efetuado por meio de cheque somente suspenderá a exigibilidade do crédito tributário com a liquidação deste pelo favorecido.

§ 2º A legislação tributária poderá exigir, nas condições que estabelecer, que os cheques entregues para depósito, visando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sejam previamente visados pelos estabelecimentos bancários sacados.

Art. 54. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito, especificar qual o crédito tributário ou parte do crédito tributário, quando este for exigido em prestações abrangido pelo depósito.

Parágrafo Único - A efetivação do depósito não importa em suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

I - quando parcial, das prestações vincendas em que tenha sido decomposto;

II - quando o total de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

SEÇÃO IV DA CESSAÇÃO DO EFEITO SUSPENSIVO

Art. 55. Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:

I - pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no artigo 56.

II - pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no artigo 82.

III - pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo.

IV - pela cessação da medida liminar concedida em mandado de segurança.

Capítulo VI EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 56. Extingue o crédito tributário:

I - o pagamento;

II - a compensação;

III - a transação;

IV - a remissão,

V - a prescrição e a decadência;

VI - a conversão do depósito em renda;

VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos disposto na legislação tributária do Município de Piên;

VIII - a consignação em pagamento, quando julgada procedente, nos termos do disposto na legislação tributária do Município de Piên;

IX - a decisão administrativa sem reformas, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

X - a decisão judicial transitada em julgado.

SEÇÃO II DA ARRECADAÇÃO

Art. 57. O pagamento de tributo será efetuado, pelo contribuinte, responsável ou terceiros, em moeda corrente do país, ou em cheque, na forma e prazos fixados nas normas tributária.

§ 1º O crédito pago por meio de cheque somente será extinto com a liquidação do mesmo.

§ 2º Considera-se pagamento do respectivo tributo por parte do contribuinte, o recolhimento por retenção na fonte pagadora nos casos previstos em lei, desde que o sujeito passivo apresente o comprovante do fato, sem prejuízo da responsabilidade da fonte pagadora quanto à liquidação do crédito tributário.

~~**Art. 58.** Todo recolhimento de tributo deverá ser efetuado na tesouraria da Prefeitura do Município de Piên, ou nos locais por ela indicados, como os estabelecimentos, bancários, comércio e prestadores de serviços, sob pena de nulidade do fato.~~

Art. 58. Todo recolhimento de tributo deverá ser efetuado através de instituições financeiras ou estabelecimentos que atuam como correspondentes bancários conveniados ou contratados pelo Município, podendo ainda ser efetuado mediante utilização de cartão de crédito/débito. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

Art. 59. O pagamento da parcela vincenda, não implicará em prejuízo da cobrança das parcelas vencidas.

Art. 60. O pagamento de débito tributário não importa em presunção:

I - de pagamento de outras prestações em que decompõe;

II - de pagamento de outros débitos, referentes ao mesmo ou outros tributos, decorrentes de lançamento de ofício, aditivos, complementares ou substitutivos.

SEÇÃO III

DAS PENALIDADES

~~Art. 61~~ A falta de pagamento de qualquer débito tributário nos respectivos prazos de vencimentos, independente de ação fiscal, importará na cobrança em conjunto dos seguintes acréscimos:

~~I - multa de:~~

~~a) até o 31º dia após o vencimento 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do débito;~~
~~b) do 32º até o 60.º dia após o vencimento 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito;~~

~~c) após o 61º dia do vencimento 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do débito;~~

~~d) ocorrendo ação fiscal, 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito atualizado;~~

~~e) após inscrição em dívida ativa 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do débito.~~

~~II - juros de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês a partir do mês imediato ao seu vencimento, considerando mês e qualquer fração deste;~~

~~III - correção monetária do débito, mediante a aplicação de tabela baixada pelo Município, com base nos índices divulgados pelo Governo Federal.~~

~~Parágrafo Único - Em se tratando de falta de recolhimento de imposto retido na fonte a multa será de 100% (cem por cento) sobre o valor do débito atualizado.~~

Art. 61. A falta de pagamento de qualquer débito tributário nos respectivos prazos de vencimentos, independente de ação fiscal, importará na cobrança dos seguintes acréscimos:

I - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do débito após o vencimento;

II - juros de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês a partir do mês imediato ao seu vencimento, considerando mês e qualquer fração deste;

III - correção monetária do débito, mediante a aplicação de tabela baixada pelo Município, com base nos índices divulgados pelo Governo Federal.

Parágrafo Único - Em se tratando de falta de recolhimento de imposto retido na fonte a multa será de 100% (cem por cento) sobre o valor do débito atualizado. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

Art. 62. As multas e juros de mora de que trata o artigo anterior, referentes a prestações vencidas e ainda não inscritas em dívida ativa, poderão ser dispensadas pela administração fazendária, desde que o sujeito passivo antecipe o recolhimento do mesmo número de parcelas vincendas.

Art. 63. O débito do lançamento não recolhido no seu vencimento, será inscrito em dívida ativa, para efeito de cobrança judicial.

§ 1º Tratando-se de lançamentos emitidos em parcelas, poderão as mesmas serem inscritas em dívida ativa após o vencimento de cada uma.

§ 2º Os lançamentos, aditivos e substitutivos, de ofício serão inscritos em dívida ativa 30 (trinta) dias após sua notificação.

~~Art. 64~~ Nenhum recolhimento de tributos será efetuado sem que expeça a competente guia de recolhimento, denominada de Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Art. 64. Nenhum recolhimento de tributos será efetuado sem a expedição da competente Guia de Recolhimento - GR. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

Art. 65. Não se procederá contra o contribuinte que tenha agido ou pago de acordo com decisão

administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que posteriormente, venha a ser modificada as jurisprudência.

SEÇÃO IV DO CONVÊNIO

Art. 66. Fica o chefe do executivo municipal autorizado a efetuar convênio com estabelecimentos de créditos, para efetuar arrecadação de tributos municipais, bem como com estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços, conforme dispor decreto do executivo municipal regulamentando os serviços.

Art. 67. O chefe do executivo municipal poderá firmar convênio com estabelecimento de crédito para manter posto de atendimento ao contribuinte dentro do prédio da sede do Município ou em suas dependências, conforme dispor decreto do executivo municipal regulamentando tal serviço.

SEÇÃO V DA RESTITUIÇÃO

Art. 68. O sujeito passivo terá direito à restituição, total ou parcial das importâncias pagas a título de tributos, nos seguintes casos:

I - por recolhimento de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária, ou da natureza ou circunstância materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro de identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota no cálculo do montante do débito ou da elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação de decisão condenatória;

IV - quando ocorrer recolhimento em duplicata.

Art. 69. O pedido de restituição será conhecido quando acompanhado da prova do pagamento indevido do tributo, e apresentadas as razões da ilegalidade ou irregularidade do recolhimento.

Parágrafo Único - Não caberá restituição quando o sujeito passivo efetuar recolhimento invertido de tributo, devendo o mesmo localizar o contribuinte de fato e efetuar negociação entre si.

Art. 70. A restituição do tributo, quer por sua natureza, comporte transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Art. 71. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar a devolução, na mesma proporção recolhida, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§ 1º A restituição vence juros não capitalizáveis de 1% (um por cento) ao mês, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que determinar.

§ 2º A importância restituída será atualizada até a data da restituição, além dos juros constante do artigo anterior.

Art. 72. O direito de solicitar ou pleitear a restituição total ou parcial do tributo extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 68, da data da extinção do crédito tributário;

II - na hipótese do inciso III do artigo 68, da data em que se tornar definitiva ou passar um julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado ou revogado a decisão condenatória.

Art. 73. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo Único - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da fazenda municipal.

SEÇÃO VI DA TRANSAÇÃO

Art. 74. Fica o chefe do poder executivo autorizado a celebrar com o sujeito passivo da obrigação tributária transação que, mediante concessões mútua, importe em prevenir ou terminar litígio e, conseqüentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente.

Parágrafo Único - O regulamento estipulará as condições e as garantias sob quais se dará a transação.

SEÇÃO VII DA REMISSÃO

Art. 75. Fica o chefe do executivo municipal autorizado a conceder por despacho fundamentado, remissão parcial ou total do crédito tributário, atendendo:

I - a situação econômica do sujeito passivo;

II - por erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;

III - a diminuta importância do crédito tributário, no valor de 1 (um) UFM;

IV - as considerações de equidade, em relação as características pessoais ou materiais do caso;

V - as condições peculiares a determinada região do território do Município.

§ 1º Poderá ser cancelado, inclusive débitos inscritos em dívida ativa, atendendo ao disposto no presente artigo.

§ 2º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se quando cabível, o disposto no artigo 48.

SEÇÃO VIII

DA PRESCRIÇÃO

Art. 76. A ação para cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo Único - A prescrição se interrompe:

~~I - pela citação pessoal ao devedor;~~

I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constituía em mora o devedor;

IV - por qualquer inequívoco, ainda que extra-judicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

SEÇÃO IX DA DECADÊNCIA

Art. 77. O direito da fazenda municipal de constituir o crédito tributário contra o sujeito passivo, extingue-se em 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anterior efetuado;

Parágrafo Único - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciado a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

SEÇÃO X DA CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA

Art. 78. Extingue-se o crédito tributário a conversão em renda, de depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

I - para garantia da instância;

II - em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária;

§ 1º Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco será exigido ou restituído da seguinte forma:

I - a diferença contra a fazenda municipal será exigida através de notificação direta, publicada ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos neste Código e nos regulamentos próprios;

II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para as restituições totais ou parciais do crédito tributário.

§ 2º Aplicam-se à conversão do depósito em renda as regras de imputação do pagamento, estabelecidas no artigo 53 deste Código.

SEÇÃO XI DA HOMOLOGAÇÃO DO LANÇAMENTO

Art. 79. Extingue-se o crédito tributário com a homologação do lançamento, na forma do inciso II do artigo 40, observadas as disposições dos seus parágrafos 2º, 3º e 4º.

SEÇÃO XII DA CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 80. Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância tributária, nos casos de:

I - recusa do recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - exigência por mais de uma pessoa de direito público, de tributos idêntico sobre o mesmo fato gerador;

§ 1º A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

§ 2º Julgada procedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda, julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobra-se o crédito tributário, acrescido de juros de mora 1% (um por cento) ao mês ou fração e correção monetária, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 3º Na conversão da importância em renda, aplica-se as normas dos parágrafos 1º e 2º do artigo 78.

SEÇÃO XIII DAS DEMAIS MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 81. Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente:

I - declare a irregularidade de sua constituição;

II - reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;

III - exonere o sujeito passivo do cumprimento da obrigação, ou;

IV - declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

§ 1º Somente extingue o crédito tributário a decisão administrativa sem reformas, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial passada em julgado.

§ 2º Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas neste Código.

Capítulo VII EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DAS MODALIDADES DE EXCLUSÃO

Art. 82. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo Único - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído ou dela conseqüente.

SEÇÃO II DA ISENÇÃO

Art. 83. Isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposição legal:

I - deste Código ou de Lei Municipal subsequente;

II - disposição constitucional ou de emendas constitucional subsequente;

Parágrafo Único - A isenção concedida expressamente para determinado tributo, não atinge os demais tributos, não sendo também extensiva a outros instituídos posteriormente a sua concessão.

Art. 84. A isenção será concedida sempre por lei específica, e regulamentada por decreto do executivo municipal.

Art. 85. A isenção concedida não gera direito adquirido, ficando o beneficiado obrigado ao cumprimento das condições impostas para tal favor fiscal.

Parágrafo Único - A isenção que trata o artigo 84 sempre será concedida em caráter geral e pessoal levando em consideração a igualdade fiscal.

SEÇÃO III
DA ANISTIA

Art. 86. A anistia, assim entendido o perdão das infrações cometidas e a conseqüente dispensa do pagamento das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a conceder, não se aplicando:

I - aos atos praticados com dolo, fraude, ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;

II - aos atos qualificados como crime de sonegação fiscal previsto na legislação federal;

III - as infrações resultantes do conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

Art. 87. A lei que conceder anistia poderá fazê-lo:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) às infrações da legislação relativa a determinado tributo;

b) às infrações punidas com penalidades pecuniárias, até determinado montante conjugados ou não com penalidade de outra natureza;

c) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela lei que conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

§ 1º A anistia, quando não concedida em caráter geral, será efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.

§ 2º O despacho referido no parágrafo anterior não gera direito adquirido, aplicando-se quando cabível, a regra do artigo 47.

Art. 88. A concessão da anistia dá a infração por não cometida, e por conseguinte, a infração não constitui antecedente para efeito de imposto ou graduação de penalidade por outras infrações de qualquer natureza a ela subseqüentes, cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.

Capítulo VIII
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

SEÇÃO ÚNICA
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 89. Todas as funções referentes a cobrança e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a elas hierárquicas ou funcionalmente subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei de organização administrativa do Município e dos respectivos regimentos internos.

Parágrafo Único - Aos órgãos referidos neste artigo reserva-se a denominação de "fisco" ou "fazenda municipal".

Art. 90. Com finalidade de obter elementos que lhe permitem verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, ou outras obrigações, previstas, a fazenda municipal poderá:

I - exigir a qualquer tempo a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam ou possam vir a constituir fato gerador da obrigação tributária;

II - fazer inspeções, vistorias, levantamento, e avaliações nos locais e estabelecimentos onde exerçam atividades passíveis de tributação ou nos bens que constituam matéria tributáveis;

III - exigir informações escritas ou verbais;

IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária;

V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentos dos contribuintes e responsáveis;

VI - notificar o contribuinte ou responsável para dar cumprimento a quaisquer das obrigações previstas na legislação tributária.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se inclusive, às pessoas naturais ou jurídicas que gozam de imunidade ou sejam beneficiadas por isenções ou quaisquer outras formas de suspensão ou exclusão do crédito tributário.

§ 2º Para os efeitos da legislação tributária do Município de Piên, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativos do direito de examinar livros, arquivos, documentos, papéis, e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais, prestadores de serviços, ou produtores ou da obrigação destes de exibí-los.

§ 3º A notificação que trata o presente artigo e seus incisos, poderá ser:

I - pessoalmente;

II - por via postal;

III - por publicação na imprensa local, oficial ou não.

Art. 91. Mediante intimação por escrito, são obrigados a prestar a fazenda municipal todas as informações de que disponham, com relação aos bens, negócios, ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - os inquilinos e os titulares do direito de usufruto, uso ou habitação;

VII - os síndicos ou qualquer dos condôminos, nos casos de propriedade em condomínio;

IX - os responsáveis por repartições do Governo Federal, Estadual, ou Municipal da administração direta ou indireta;

X - os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classes;

XI - quaisquer outras entidades ou pessoas que em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título de qualquer forma, informações sobre bens, negócios, ou atividades de terceiros.

Parágrafo Único - A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a manter segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividades ou profissão.

Art. 92. Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedado a divulgação, por qualquer meio e para qualquer fim por parte do fisco ou de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

Parágrafo Único - Excetua-se do disposto neste artigo, unicamente:

I - a prestação de mútua assistência para fiscalização dos tributos respectivos e a permuta de informações dos órgãos federais, estaduais e municipais, nos termos do artigo 199 do Código Tributário Nacional;

II - os casos de requisição regular da autoridade judiciária, no interesse da justiça.

Art. 93. O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de bens, serviços e operações tributáveis, a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização.

Parágrafo Único - Os livros e registros que trata o presente artigo será regulamentado por atos da administração fazendária.

Art. 94. A autoridade da administração fazendária, que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização, lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável.

Parágrafo Único - Os termos a que se refere este artigo serão lavrados em formulários ou livros próprios para registros de ocorrências de atos fiscais, quando lavrados em formulários em separado, oferecerá para a pessoa fiscalizada, cópia autenticada pela autoridade que proceder a diligência.

TÍTULO IV DÍVIDA ATIVA

Capítulo Único DA DÍVIDA ATIVA

Art. 95. Constitui dívida ativa do Município a proveniente de crédito tributário ou não tributário, regularmente inscrita na repartição fiscal do município, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento previsto em lei, regulamento ou por decisão proferida em processo regular.

§ 1º A dívida ativa da Fazenda Municipal, compreende a tributária e a não tributária, abrangendo a atualização monetária, juros, multas, tarifas, preços públicos, e outros créditos, decorrentes de indenizações e restituições bem como os demais encargos previstos em lei, contrato, não excluindo esses encargos a liquidez do crédito.

§ 2º A Fazenda Municipal, poderá, acrescer ao valor apurado no parágrafo anterior, a cobrança de adicional a título de ressarcimento de despesas administrativas decorrentes do lançamento em dívida ativa, de até de 20% (vinte por cento) do valor apurado.

Art. 96. A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão tributário do município para apurar a liquidez e a certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes do final daquele prazo.

Parágrafo Único - A inscrição em dívida ativa de qualquer crédito tributário ou não tributário, poderá ser levada a efeito, imediatamente após o vencimento de cada parcela ou de seu total, observando-se o prazo legal.

Art. 97. O termo de inscrição da dívida ativa, obrigatoriamente deverá conter:

I - o nome do devedor e dos co-responsáveis, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um ou de outros;

II - a origem, e sua natureza e o fundamento legal, contratual, ou ato que deu origem ao crédito;

III - o valor originário do crédito, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora, multa, correção monetária e demais encargos previstos em lei, contrato ou ato;

IV - a data e o número da inscrição no registro de dívida ativa;

V - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se nele estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º A certidão de dívida ativa conterá os mesmos elementos do termo de inscrição e será autenticada pela administração fazendária.

§ 2º O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser efetuados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

§ 3º As dívidas relativas a um mesmo devedor, quando conexas, ou subseqüentes, poderão ser englobadas numa única certidão.

§ 4º Até a decisão de primeira instância, a certidão de dívida ativa poderá ser emendada, substituída ou alterada, assegurando ao executado a devolução do prazo para embargos.

§ 5º A dívida ativa, regulamente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré - constituída.

§ 6º A presunção a que se refere o parágrafo anterior é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

Art. 98. Exceto os casos de anistia concedidas em lei ou mandado judicial, é vedado receber os créditos inscritos em dívida ativa, com desconto ou dispensa das obrigações principais acessórias.

Parágrafo Único - A inobservância do disposto no presente artigo implicará ao infrator ou a quem autorizar tal ato, a indenização ao Município da quantia que deixar de receber, sem prejuízo das penalidades cabíveis prevista na responsabilidade funcional.

Art. 99. As certidões de dívida ativa, para cobrança judicial deverão conter os elementos previstos no artigo 97 deste Código.

Art. 100. Fica o chefe do executivo municipal, autorizado a cancelar créditos inscritos e dívida ativa nos seguintes casos:

I - de contribuintes falecidos sem deixar bens que expressem valor;

II - quando julgados improcedentes em processos regulares;

III - quando a inscrição for efetuada indevidamente, comprovada pelo sujeito passivo, comprovando o pagamento da obrigação fiscal, ou não;

IV - quando a importância do crédito for inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de 1 (um) Unidade Fiscal Municipal de Piên;

V - quando o sujeito passivo tratar-se de pessoa física comprovadamente incapaz para liquidar a obrigação tributária, após vistoria efetuada pelo órgão de ação social competente para tal atividade.

~~**Art. 101** A cobrança da dívida ativa do Município de Piên será procedida:~~

~~I - por via amigável, quando processada pelos órgãos administrativos competentes;~~

~~II - por via judicial, quando processada pelos órgãos judiciários;~~

~~§ 1º Na cobrança da dívida ativa, a administração fazendária, mediante solicitação da parte, poderá parcelar o débito em até 36 (trinta e seis) parcelas, após verificada as condições do sujeito passivo, quanto às situações financeiras e de saúde, sem dispensar os juros de 1% (um por cento) sobre o valor parcelado.~~

~~§ 2º A falta de pagamento de quaisquer das parcelas referente ao parágrafo anterior tornará o parcelamento sem efeito.~~

~~§ 3º Para efetuar o parcelamento da dívida ativa, o sujeito passivo ou seu representante, firmará termo de confissão de dívida junto ao Município de Piên, o qual dá o direito do Município dar procedimento da cobrança do débito, na falta do pagamento de parcelas ou do total da dívida, sem notificação ou aviso por parte da administração fazendária.~~

~~III - o espólio;~~

~~IV - a massa falida;~~

~~V - o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;~~

~~VI - os sucessores a qualquer título.~~

~~§ 1º Ressalvado o disposto neste código, o síndico, o comissário, o liquidante e o administrador, nos casos de falência, concordata, liquidação, inventário, insolvência ou concurso de credores, se antes de garantidos os créditos da fazenda pública municipal, alienarem ou derem em garantia quaisquer dos bens administrados, respondem solidariamente, pelo valor desses bens.~~

~~§ 2º À Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.~~

~~§ 3º Os responsáveis, inclusive as pessoas indicadas no § 1º deste artigo, poderão nomear bens livres e desembaraçados do devedor, tantos quantos bastem para pagar a dívida. Os bens dos responsáveis, ficarão, porém, sujeito à execução, se os do devedor forem insuficientes à~~

~~satisfação da dívida.~~

~~§ 4º Aplicam-se à dívida ativa de natureza não tributária os dispostos nos artigos 186 e 188 a 192 do Código Tributário Nacional.~~

~~Art. 101~~ A cobrança da dívida ativa tributária do Município será procedida:

~~I - Amigavelmente: quando processada pelos órgãos administrativos competentes;~~

~~II - Judicialmente: quando processada pelos órgãos judiciários.~~

~~§ 1º Nos casos de cobrança amigável, o sujeito passivo será notificado e terá o prazo de 30 (trinta) dias para satisfazer o débito inscrito.~~

~~§ 2º Esgotado o prazo de que trata o § 1º, a repartição competente providenciará a deflagração do processo judicial, de acordo com o inciso II deste artigo.~~

~~§ 3º As duas vias a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo a Administração, quando o interesse da Fazenda assim o exigir, providenciar, imediatamente, a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável, ou, ainda, proceder, simultaneamente, aos dois tipos de cobrança.~~

~~§ 4º Os créditos inscritos em dívida ativa que, somados por contribuinte, forem inferiores a 100 UFM, serão cobrados exhaustivamente na via administrativa, até o efetivo pagamento ou até a prescrição.~~

~~§ 5º É lícito ao Secretário de Finanças ou quem lhe faça às vezes, transigir nas ações executivas fiscais, desde que do acordo advenha o ingresso do crédito tributário, ainda que sob condições que favoreçam a capacidade de pagamento do sujeito passivo, assegurado o princípio da isonomia e da impessoalidade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)~~

Art. 101 A cobrança da dívida ativa tributária do Município será procedida: (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

~~I - Amigavelmente: quando processada pelos órgãos administrativos competentes; (Redação dada pela Lei nº 815/2003)~~

I - mediante cobrança administrativa amigável; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~II - Judicialmente: quando processada pelos órgãos judiciários. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)~~

II - mediante protesto da Certidão de Dívida Ativa - CDA; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

§ 1º Nos casos de cobrança amigável, o sujeito passivo será notificado e terá o prazo de 30 (trinta) dias para satisfazer o débito inscrito. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

~~§ 2º Esgotado o prazo de que trata o § 1º, a repartição competente providenciará a deflagração do processo judicial, de acordo com o inciso II deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)~~

§ 2º Esgotado o prazo de que trata o § 1º sem que o débito tenha sido quitado, a repartição competente providenciará o registro do protesto da Certidão de Dívida Ativa - CDA, tributária e não tributária, na forma e para os fins previstos na Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~§ 3º As duas vias a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo a Administração, quando o interesse da Fazenda assim o exigir, providenciar, imediatamente, a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início ao procedimento amigável, ou, ainda, proceder, simultaneamente, aos dois tipos de cobrança. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)~~

§ 3º Não havendo o pagamento da CDA protestada, a repartição competente deflagrará a ação executiva, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, no prazo necessário para evitar a

prescrição da dívida. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~§ 4º Os créditos inscritos em dívida ativa que, somados por contribuinte, forem inferiores a 2 (duas) UFM, serão cobrados exaustivamente na via administrativa, até o efetivo pagamento ou até a prescrição. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)~~

§ 4º As três vias a que se refere este artigo são independentes umas das outras, podendo a Administração, quando o interesse da Fazenda assim o exigir, providenciar, imediatamente, a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha dado início à cobrança administrativa amigável e ao protesto, ou, ainda, proceder, simultaneamente, aos três meios de cobrança. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~§ 5º É lícito ao Secretário de Finanças ou quem lhe faça às vezes, transigir nas ações executivas fiscais, desde que do acordo advenha o ingresso do crédito tributário, ainda que sob condições que favoreçam a capacidade de pagamento do sujeito passivo, assegurado o princípio da isonomia e da impessoalidade. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)~~

~~§ 5º Os créditos inscritos em dívida ativa que, somados por contribuinte, forem inferiores a 2 (duas) UFM, serão cobrados na via administrativa e através do protesto até o efetivo pagamento. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)~~

§ 5º Os créditos inscritos em dívida ativa que, somados por contribuinte, forem inferiores a 6 (seis) UFM, serão cobrados na via administrativa e através do protesto até o efetivo pagamento. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~§ 6º O Prefeito Municipal poderá dispensar a constituição de créditos tributários, a inscrição em dívida ativa, ou ajuizamento, bem como determinar o cancelamento de débito de qualquer natureza para com a Fazenda Pública Municipal, em qualquer fase, observados os custos de administração e cobrança. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)~~

§ 6º É lícito ao Secretário de Finanças ou quem lhe faça as vezes, transigir nas ações executivas fiscais e participar de mutirões de conciliação, desde que do acordo advenha o ingresso do crédito tributário, ainda que sob condições que favoreçam a capacidade de pagamento do sujeito passivo, assegurado o princípio da isonomia e da impessoalidade. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

§ 7º O Prefeito Municipal poderá dispensar a constituição de créditos tributários, a inscrição em dívida ativa, ou ajuizamento, bem como determinar o cancelamento de débito de qualquer natureza para com a Fazenda Pública Municipal, em qualquer fase, observados os custos de administração e cobrança. (Redação acrescida pela Lei nº 1150/2012)

Art. 101-A O pagamento dos valores correspondentes ao registro, emolumentos e demais parcelas e despesas autorizadas por lei, devidos pelo protesto das Certidões de Dívida Ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal, somente será devido no momento da quitação do débito pelo devedor ou responsável. (Redação acrescida pela Lei nº 1150/2012)

Art. 101-B Os créditos inscritos em Dívida Ativa, devidamente confessados, poderão ser parcelados em até doze parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º Não cabe parcelamento de dívida de empresa falida.

§ 2º Para cada espécie tributária deve ser formalizado pedido específico e em caso de mais de uma espécie para o mesmo contribuinte deverão ser consolidados todos os créditos existentes.

§ 3º O parcelamento só cabe por uma vez para cada contribuinte.

§ 4º A consolidação abrangerá todos os créditos existentes em nome do contribuinte, inclusive os

acréscimos legais relativos à(s) multa(s) resultante(s) de autuação(ões) e à atualização monetária, com base na legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 5º Sobre o valor de cada parcela mensal serão acrescidos, a partir do parcelamento, de juros de um por cento ao mês.

§ 6º Tratando-se de contribuinte pessoa física, o valor de cada parcela mensal não será inferior a cinquenta por cento do valor da Unidade Fiscal do Município - UFM e, no caso de contribuinte pessoa jurídica, o valor de cada parcela mensal não será inferior ao de uma - UFM.

§ 7º A primeira parcela deverá ser paga no ato da formalização do pedido de parcelamento.

§ 8º O pedido de parcelamento implica:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos tributários;

II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no período por opção do contribuinte.

§ 9º Tratando-se de imposto predial e territorial urbano - IPTU referente a imóvel com débito fiscal parcelado, só será fornecida certidão negativa para escrituração de sua venda mediante a quitação das parcelas vencidas e vincendas. (Redação acrescida pela Lei nº 1006/2009)

Art. 101-C Será excluído do parcelamento:

I - o contribuinte que atrasar pagamento de três parcelas consecutivas ou seis alternadas;

II - o contribuinte inadimplente em relação a tributos com fatos geradores ocorridos após a data da formalização do parcelamento.

Parágrafo Único - A exclusão do contribuinte implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, mediante inscrição automática do débito em dívida ativa e conseqüente execução judicial. (Redação acrescida pela Lei nº 1006/2009)

Art. 101-D A decisão sobre o pedido de parcelamento é de competência do Diretor do Departamento de Finanças da Prefeitura Municipal, que poderá subdelegá-la, cabendo recurso ao Prefeito no prazo de cinco (5) dias da ciência do indeferimento pelo contribuinte. (Redação acrescida pela Lei nº 1006/2009)

Art. 101-E O Poder Executivo poderá emitir título e ou boleto bancário referente aos créditos tributários parcelados e endossá-los a instituição de crédito e cobrança.

Parágrafo Único - Não sendo liquidadas as parcelas nos devidos prazos os títulos ou boletos correspondentes poderão ser apresentados para protesto. (Redação acrescida pela Lei nº 1006/2009)

Art. 101-F Ao contribuinte que quitar débito(s) em parcela única serão reduzidos em cinquenta por cento os juros e a(s) multa(s) incidentes sobre o(s) mesmo(s). (Redação acrescida pela Lei nº 1006/2009)

Art. 102. A competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública Municipal excluir a de qualquer outro juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação ou do inventário.

Art. 103. A petição inicial indicará apenas:

- I - o juiz a quem é dirigida;
- II - o pedido;
- III - o requerimento para a citação.

§ 1º A petição inicial será instruída com a Certidão de Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.

§ 2º A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.

§ 3º A produção de provas pela Fazenda Pública Municipal independe de requerimento na petição inicial.

§ 4º O valor da causa será o da dívida constante da certidão, com os encargos legais.

Art. 104. O despacho do juiz que deferir a petição inicial importa em ordem para:

- I - citação, pelas sucessivas modalidades previstas neste código;
- II - penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito ou fiança;
- III - arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele ocultar;
- IV - registro da penhora ou de arresto, independentemente do pagamento de custas ou de outras despesas, observado o disposto neste código;
- V - avaliação dos bens penhorados ou arrestados.

Art. 105. O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multas de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, observadas as seguintes normas:

- I - a citação será feita pelo correio, com aviso de recepção, se o Município não a requerer por outra forma;
- II - a citação pelo correio considera-se feita na data da entrega da carta no endereço do executado; ou, se a data for omitida, no aviso de recepção, 10 (dez) dias após a entrega da carta à agência postal;
- III - se o aviso de recepção não retornar no prazo de 15 (quinze) dias da entrega da carta à agência postal, a citação será feita por oficial de justiça ou por edital;
- IV - O edital será afixado na sede do juízo, publicado uma só vez no órgão oficial, gratuitamente, como expediente judiciário, com prazo de 30 (trinta) dias, e conterá, apenas a indicação da exequente, o nome do devedor e dos co-responsáveis, a quantia devida, a natureza da dívida, a data e o número da inscrição no Registro de Dívida Ativa, o prazo e o endereço da sede do juízo.

Parágrafo Único - O despacho do juiz, que ordenar a citação, interrompe a prescrição do crédito tributário ou não.

Art. 106. Aplicar-se-á nos demais casos a Lei Federal nº 6.830 de 22 de setembro de 1980, que regulamenta a cobrança da Dívida Ativa, ou outra que a substitua.

TÍTULO V

Capítulo Único DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 107. A prova de quitação do tributo será feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações exigidas pelo fisco, na forma do regulamento próprio.

Art. 108. A certidão será fornecida dentro do prazo máximo de 10(dez) dias úteis a contar da data do protocolo que requereu o documento, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvado erros ou falta de informações na solicitação do requerente que interromperá este prazo.

Parágrafo Único - Havendo débito em aberto, a certidão será indeferida, e o pedido arquivado, dentro prazo fixado no presente artigo.

Art. 109. A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir pelo pagamento do crédito tributário e juros de mora, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 110. A certidão negativa poderá ser expedida pelos sistemas manual, mecânico ou processo eletrônico.

Art. 111. Sempre será exigida a certidão negativa para:

I - aprovação de projetos de loteamentos, qualquer tipo de edificações;

II - concessão de serviços públicos;

III - licitações em geral;

IV - baixa ou cancelamento de inscrições de pessoas físicas ou jurídicas do cadastro mobiliário;

V - para inscrição de pessoas físicas ou jurídicas no cadastro mobiliário, tratando-se de sociedade inclusive dos sócios.

Art. 112. Ocorrendo expedição de certidão negativa e havendo débitos a vencer, será informado o valor do débito.

Parágrafo Único - O prazo de validade da certidão negativa é de 30 (trinta) dias a contar da data de sua expedição, isto quando não constar débito a vencer.

Art. 113. Sem prova por certidão negativa, ou por declaração de isenção ou reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou quaisquer ônus relativos ao imóvel, os escrivães, tabeliães e oficiais de registros não poderão lavrar, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos aos imóveis.

Parágrafo Único - As pessoas enumeradas no referido artigo que transgredirem as normas estabelecidas, ficam obrigadas pelo pagamento do respectivo débito tributário.

Art. 114. A certidão negativa não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal em exigir, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham a ser apurados.

TÍTULO VI

Capítulo I PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 115. O procedimento tributário terá início com:

- I - notificação do lançamento, nas formas previstas neste Código;
- II - lavratura do auto de infração;
- III - lavratura de termo de apreensão de livros ou documentos fiscais.

Parágrafo Único - A impugnação instaura a fase litigiosa do procedimento.

SEÇÃO II DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 116. Verificando - se infração de dispositivo da legislação tributária, que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á o auto de infração pelo fisco municipal.

§ 1º Constitui infração fiscal, toda e qualquer ação ou omissão que importe em inobservância da legislação tributária.

§ 2º Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

Art. 117. O auto de infração será lavrado por agente da fazenda pública municipal ou por fiscais, de receitas tributária, de posturas municipais, por técnicos da vigilância sanitária devidamente habilitados, obras e serviços públicos, ou por qualquer outro servidor com atribuições específicas, e conterà obrigatoriamente:

- I - a qualificação, endereço e a inscrição municipal do autuado e testemunhas, se presente ao ato da lavratura;
- II - o local, a data e hora da lavratura;
- III - a descrição dos fatos;
- IV - o dispositivo legal infringido e a penalidade aplicável;
- V - o valor do crédito tributário, quando devido;

VI - a assinatura do atuado, do seu representante legal ou preposto;

VII - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias;

VIII - a assinatura do atuante e a indicação de seu cargo ou função e o número de sua matrícula ou Registro Geral - RG.

§ 1º Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou recusar-se em assinar o auto de infração, far-se-á necessário mencionar as circunstâncias.

§ 2º A assinatura do atuado não implica em confissão de sua falta, e nem a recusa invalida o auto de infração ou em agravamento da penalidade.

§ 3º As eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo.

Art. 118. Serão apreendidos bens móveis ou mercadorias, livros ou outros documentos, existentes em poder do contribuinte ou de terceiros, como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito.

Art. 119. A apreensão somente se fará lavrando-se termo de apreensão, devidamente fundamentado e a qualificação do depositário, se for o caso além dos demais requisitos mencionados no artigo 117 deste Código.

Parágrafo Único - O atuado será intimado da lavratura do Termo de Apreensão, na forma estabelecida para o Auto de Infração.

Art. 120. A restituição dos documentos e bens apreendidos será feita mediante recibo e após o trâmites legais.

Art. 121. Da lavratura do auto de infração será intimado o atuado:

I - pessoalmente, no ato da lavratura, mediante a entrega da cópia do auto de infração ao próprio atuado, seu representante ou preposto, com contra recibo datado no original, havendo recusa constar do próprio auto de infração o fato;

II - por via postal, endereçado ao domicílio fiscal do atuado, por meio de aviso de recebimento - AR;

III - por edital, com prazo de 30 (trinta) dias quando o resultado for improfícuo o meio referido no inciso I.

Art. 122. As intimações subseqüentes à inicial, far-se-ão pessoalmente, por carta ou edital, conforme as circunstâncias.

Art. 123. Aceitando-se o auto de infração, e o atuado efetuando o pagamento dentro do prazo determinado, a multa será reduzida em 50% (cinquenta por cento) do seu valor, exceto a moratória e o imposto devido se for o caso.

Art. 124. Nenhum auto de infração será arquivado, nem cancelada a multa fiscal, sem o despacho da autoridade fazendária, sob pena de responsabilidade funcional e sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

SEÇÃO III
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-FISCAL

Art. 125. A apuração das infrações fiscais à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas serão procedidas através de processo administrativo-fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas.

Art. 126. O processo administrativo-fiscal tem início e se formaliza na data em que o autuado integrar a instância com a impugnação ou, na sua falta, ao término do prazo para sua apresentação.

§ 1º A impugnação apresentada tempestivamente, contra o lançamento ou auto de infração terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos, objeto dos mesmos.

§ 2º A impugnação apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito de intimação.

§ 3º Não sendo cumprida, nem impugnada a exigência, será declarada a revelia do autuado.

Art. 127. O contribuinte que discordar com o lançamento ou auto de infração, poderá impugnar a exigência fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da intimação do auto de infração ou do lançamento, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, alegando de uma só vez, toda a matéria que entender útil, instruindo-a com os documentos comprobatórios das razões apresentadas.

Parágrafo Único - O Prefeito Municipal despachará a petição de impugnação, remetendo-a a autoridade pública competente.

Art. 128. A impugnação obrigatoriamente conterá:

I - qualificação, endereço e inscrição municipal do contribuinte impugnante;

II - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

III - o pedido com as suas especificações;

IV - as provas com que pretenda demonstrar a veracidade dos fatos alegados.

Parágrafo Único - Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao autuado o direito de vista na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo-fiscal.

Art. 129. O órgão julgador de primeira instância, no caso, o Secretário de Finanças do Município ou Diretor equivalente, recebida a petição de impugnação, determinará a autuação da impugnação abrindo vista da mesma do chefe do Departamento de Fiscalização, para no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, informar e pronunciar-se quanto a procedência ou não da defesa.

Art. 130. O julgador, a requerimento do impugnante ou de ofício, poderá determinar a realização de diligências, requisitar documentos ou solicitar informações que forem julgadas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo.

Art. 131. Antes de proferir a decisão, a autoridade fazendária municipal encaminhará o processo ao Departamento Jurídico do Município, para a apresentação do parecer próprio.

Art. 132. Contestada a impugnação, concluídas as eventuais diligências, e o prazo para produção de provas ou perempto o direito de apresentar defesa, o processo será encaminhado a autoridade julgadora que proferirá a decisão no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 1º A decisão conterá relatório resumido do processo, com fundamentação legais, conclusão e a ordem de intimação.

§ 2º Da decisão de primeira instância não caberá pedido de reconsideração.

Art. 133. O impugnante será intimado da decisão prolatada, na forma do artigo 408, iniciando-se com esse ato processual o prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso voluntário.

~~§ 1º Não sendo interposto recurso, findo o prazo, deverá o impugnante recolher aos cofres do Município as importâncias exigidas, devidamente atualizada monetariamente, sob pena de ser esse crédito tributário inscrito em dívida ativa, para efeito de cobrança judicial.~~

§ 1º Não sendo interposto recurso, findo o prazo, deverá o impugnante recolher aos cofres do Município as importâncias exigidas, devidamente atualizadas monetariamente, sob pena de ser esse crédito tributário inscrito em dívida ativa, para efeitos de cobrança através dos meios previstos nesta lei. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

§ 2º Sendo a decisão final favorável ao impugnante, determinar-se-á, se for o caso no mesmo processo, a restituição total ou parcial do tributo indevidamente recolhido, monetariamente atualizado.

SEÇÃO IV DOS RECURSOS

Art. 134. Os recursos para segunda instância serão apreciados e julgado por uma Junta de Recursos Fiscais, que será instituída pelo Executivo Municipal, com 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) representante do Município, 1 (um) representante nomeado pelo Legislativo Municipal, 1 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Piên ou órgão equivalente. A Junta de Recursos serão instituídas sempre que necessário.

§ 1º Os representantes do Município serão indicados pelo Prefeito Municipal, sendo os demais indicados pelo Presidente da Câmara de Vereadores e Presidente da Associação Comercial e Industrial de Piên, ou representante da entidade classista comercial ou industrial.

§ 2º Os representantes do Município devem ser funcionários relacionados com a área tributária, e que dela domine a matéria em julgamento.

§ 3º Os membros indicados, entre si, elegerão presidente, secretário e relator da Junta de Recursos Fiscais.

Art. 135. O julgamento na Junta de Recursos Fiscais do Município, far-se-á da seguinte forma:

I - recebido o recurso, o relator terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para emitir parecer sobre a matéria;

II - poderá o relator requerer diligências, que não poderá ser superior a 10 (dez) dias úteis, neste caso suspendendo o prazo para emitir parecer, voltando a fluir com o término da diligência, ou expirado o prazo previsto neste inciso;

III - proferido o parecer do Relator, o recurso será encaminhado a votação da Junta de Recursos Fiscais do Município, sendo o prazo para tal fato não superior a 10 (dez) dias úteis;

IV - após decisão final da Junta de Recursos Fiscais do Município, serão intimados recorrente e recorrido.

SEÇÃO V DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 136. Não se conformando com a decisão de primeira instância, o impugnante, poderá interpor recurso voluntário à Junta de Recursos Fiscais do Município.

Parágrafo Único - São definitivas as decisões prolatadas pela Junta de Recursos Fiscais do Município.

Art. 137. É vedado incluir num mesmo processo, recursos referentes as demais decisões, mesmo que trate do mesmo assunto e alcance o mesmo sujeito passivo, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

SEÇÃO VI DO RECURSO DE OFÍCIO

Art. 138. Das decisões de primeira instância, contrárias, no todo ou em parte, a Fazenda Pública Municipal, inclusive por desclassificação de infração, será obrigatoriamente a interposição de recurso de ofício, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio for igual ou superior a 10 (dez) Unidades Fiscal Municipal - UFM.

SEÇÃO VII DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FINAIS

Art. 139. As decisões definitivas serão cumpridas das seguintes condições:

I - pela intimação ao contribuinte, no prazo de 10 (dez) dias, para efetuar o pagamento do valor da condenação, devidamente atualizado monetariamente;

II - pela intimação do contribuinte para vir receber a importância recolhida indevidamente como tributo ou multa;

III - pela liberação dos bens, mercadorias ou documentos apreendidos e depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se houver ocorrido a alienação, como previsto neste Código;

~~IV - pela imediata inscrição em dívida ativa, e a emissão da certidão de débito à cobrança judicial, via execução fiscal, nas formas previstas neste Código.~~

IV - pela imediata inscrição em dívida ativa e a emissão da respectiva certidão, para encaminhamento à cobrança, na forma prevista nesta lei. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

SEÇÃO VIII
DA CONSULTA

Art. 140. Ao contribuinte é assegurado o direito de formular consulta a respeito de interpretação da legislação tributária municipal, mediante petição dirigida à administração fazendária do Município de Piên, desde que protocolada antes do início da ação fiscal, expondo minuciosamente os fatos concretos a que visa atingir, e os dispositivos legais aplicáveis à espécie, instruindo - a se necessário, com documentos.

Parágrafo Único - Ressalvada a hipótese de matérias conexas, não poderão constar numa mesma petição, questões sobre mais de um tributo.

Art. 141. Da petição deverá constar a declaração, sob a responsabilidade do consulente, de que:

I - não se encontra sob procedimento fiscal iniciado ou já instaurado, para apurar fatos que se relacionem com a matéria objeto da consulta;

II - não estar intimado para cumprir obrigações relativas ao fato objeto da consulta;

III - o fato nela exposto não foi objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que foi parte interessado.

Art. 142. Nenhum procedimento tributário será iniciado contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da consulta.

Art. 143. A consulta não suspende o prazo para recolhimento de tributos, retido na fonte ou auto-lançamento ou lançamento por homologação, antes ou depois de sua apresentação.

Art. 144. Não produzirá efeito a consulta formulada nas seguintes condições:

I - em desacordo com os artigos 140 e 141 deste Código;

II - meramente protelatória, assim entendidas as que versem sobre dispositivos claros da legislação tributária, ou sobre tese de direito já resolvida por decisão administrativa ou judicial, definitiva;

III - que não descrevam completa e exatamente a situação de fato;

IV - formulada por consulentes que, à data de sua apresentação, estejam sob ação fiscal, notificados de lançamento, intimados de auto de infração ou termo de apreensão, ou citados para ação de natureza tributária, relativamente à matéria consultada.

Art. 145. Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova regra atingirá a todos os casos, ressalvados o direito daqueles que procederam de acordo com a regra vigente, até a data da alteração ocorrida.

Art. 146. A autoridade fazendária dará a solução no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de sua apresentação, encaminhando o processo para o Secretário de Finanças, para decisão.

Parágrafo Único - Do despacho proferido em processo de consulta, não caberá qualquer tipo de recurso, nem pedido de reconsideração.

Art. 147. O Secretário de Finanças, ao homologar a solução da consulta, fixará ao sujeito

passivo prazo de não superior a 15 (quinze) dias, para o cumprimento da obrigação tributária, principal ou acessória, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Único - O consulente poderá fazer cessar, no todo ou em parte a oneração do eventual débito, efetuando o respectivo depósito cuja importância, se indevida, que será restituída no prazo de máximo de 30 (trinta) dias, contados da intimação ao consulente, devidamente atualizada.

Art. 148. A resposta à consulta será vinculante para a administração, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

Capítulo II CADASTRO FISCAL

SEÇÃO ÚNICA DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 149. O cadastro fiscal do Município compreende:

I - cadastro imobiliário;

II - cadastro das atividades econômicas;

III - cadastro rural.

§ 1º O cadastro imobiliário compreende:

a) os lotes de terras edificados ou não, existentes ou que venham a existir nas áreas urbanas, de expansão urbana ou urbanizáveis;

b) os imóveis mesmo que localizados em áreas rurais, mas que comprovadamente sejam utilizados para outros fins se não o agropastoril.

§ 2º O cadastro das atividades econômicas compreende os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuária, indústria, comércio e prestação de serviços qualquer que sejam, existentes no Município de Piên.

§ 3º Entende-se como prestadores de serviços de qualquer natureza, as empresas ou profissionais autônomos, com ou sem estabelecimento fixos, conforme previsto na lista de serviços anexa ao presente Código.

§ 4º O cadastro rural compreende todos os imóveis localizados dentro do Município de Piên que não façam parte da área urbana do Município, contendo todas as informações necessárias para sua identificação, inclusive produção, e dos seus proprietários.

TÍTULO VII IMPOSTO

Capítulo II MPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZADO FATO IMPONÍVEL E DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR

Art. 150. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ou simplesmente Imposto Sobre Serviços - ISS, tem como hipótese de incidência a prestação de serviços por empresas ou por profissionais autônomos de qualquer categoria, em caráter habitual, eventual ou intermitente com ou sem estabelecimento fixo.

§ 1º A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla e analógica na sua horizontalidade.

§ 2º A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente referidas, não criando direito no, mas, apenas, completando o alcance do direito existente.

Art. 151. Para efeito de incidência considera-se:

I - EMPRESA: é toda e qualquer pessoa jurídica, inclusive as sociedades civis, ou de fato que exercer atividades econômicas com prestação de serviços, bem como o prestador individual de serviços que contar com o trabalho de mais que duas pessoas, empregados ou não, ou com um ou mais, profissionais da mesma qualificação do empregador, firma individual e cooperativas;

II - PROFISSIONAL AUTÔNOMO: é todo aquele que fornecer o próprio trabalho, habitualmente, sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, no máximo com dois auxiliares, empregados ou não, que não possua a mesma habilitação profissional do empregador;

~~III - TRABALHADOR AVULSO: é aquele que exerce atividades de caráter eventual, sem continuidade, sob dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia;~~

III - SOCIEDADE PROFISSIONAL: é toda pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade simples nos termos da lei civil para exercício profissional que não constitua elemento de empresa, cujos profissionais, sócios, empregados ou não, sejam habilitados ao exercício da mesma atividade profissional, a qual constitui o objeto social da sociedade, e prestem serviços sob a forma de trabalho pessoal em nome da sociedade, assumindo, cada um dos profissionais habilitados, responsabilidade pessoal nos termos da legislação específica; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~IV - ESTABELECIMENTO PRESTADOR DE SERVIÇO: é o local onde sejam planejados, contratados, administrados, fiscalizados ou executados os serviços, total ou parcialmente, de modo permanente ou temporário, sendo irrelevante para sua caracterização o fato de que seja sede, matriz, filial, agência, sucursal escritório, loja, oficina, garagem, canteiro de obras, depósito ou outras repartições da empresa prestadora de serviço, bem como o fato de que o pessoal, prédio, materiais, máquinas, veículos e equipamentos utilizados, sejam próprios, contratados, alugados ou emprestados.~~

IV - ESTABELECIMENTO PRESTADOR DE SERVIÇO: considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~Parágrafo Único - Caracteriza-se como estabelecimento prestador de serviço, aquele que, para a execução da atividade, reúna um ou mais dos seguintes elementos:~~

~~I - a manutenção de pessoal, materiais, máquinas, veículos, instrumentos ou equipamentos~~

~~necessários para a execução dos serviços;~~

~~II - estrutura organizacional, administrativa ou operacional, manifestada através da sede, matriz, filial, agência, sucursal, escritório, loja, oficina, canteiro de obras, depósito e outras repartições da empresa;~~

~~III - inscrição nos órgãos previdenciários;~~

~~IV - indicação como domicílio fiscal, para efeitos de tributos federal, estadual e municipal;~~

~~V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço, do telefone, em impressos e formulários, locação de imóvel, propaganda ou publicidade, fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador de serviços ou de seu representante.~~

~~VI - a incidência do imposto independe do estabelecimento fixo e do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à atividade, sem prejuízos das cominações cabíveis.~~

Parágrafo Único - São consideradas sociedades profissionais os serviços prestados por:

I - médicos;

II - enfermeiros;

III - fonoaudiólogos;

IV - protéticos;

V - médicos veterinários;

VI - contadores e técnicos em contabilidade;

VII - agentes da propriedade industrial;

VIII - advogados;

IX - engenheiros;

X - arquitetos;

XI - urbanistas;

XII - agrônomos;

XIII - dentistas;

XIV - economistas;

XV - psicólogos;

XVI - psicólogos e psicanalistas;

XVII - fisioterapeutas;

XVIII - terapeutas ocupacionais;

XIX - nutricionistas;

XX - administradores;

XXI - jornalistas;

XXII - geólogos;

XXIII - biólogos. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

Art. 152. As atividades sujeitas a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são as especificadas na lista de serviços constante do anexo I deste código e, as que mais se aproximarem, ou ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias ou materiais para sua efetiva prestação de serviço.

~~Parágrafo Único — O imposto é devido no Município quando:~~

~~I — o serviço for prestado através de estabelecimento situado em seu território, seja sede, filial, agência, sucursal ou escritório;~~

~~II — na falta de estabelecimento, houver domicílio do seu prestador no seu território;~~

~~III — a execução de obras de construção civil localizar-se no território;~~

~~IV — o prestador de serviço, ainda que autônomo, mesmo não domiciliado, venha exercer atividade no seu território, em caráter habitual ou permanente. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

~~**Art. 153** Considera-se local da prestação de serviços:~~

~~I — o do estabelecimento prestador de serviços e na falta deste, o domicílio do prestador ou de seu representante;~~

~~II — no caso de construção civil, sem sentido amplo, onde se efetuar a prestação de serviço, no local da obra.~~

~~**Art. 153** O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto os serviços tomados e efetivamente prestados neste Município e os previstos nas hipóteses dos incisos I a XX, constantes deste artigo, quando o imposto será devido no local da prestação: (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)~~

Art. 153 O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei nº 1309/2017)

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, do serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~II — da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)~~

~~II — da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)~~

II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1298/2017)

~~III — da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)~~

~~III — da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.17 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)~~

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1298/2017)

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa; (Redação dada

pela Lei nº 1150/2012)

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~X - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)~~

~~X - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)~~

X - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios; (Redação dada pela Lei nº 1298/2017)

~~XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)~~

~~XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)~~

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1298/2017)

~~XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)~~

~~XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)~~

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1298/2017)

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~XIV - dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)~~

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1298/2017)

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)~~

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1298/2017)

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)~~

~~XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.9 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)~~

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa; (Redação dada pela Lei nº 1298/2017)

XX - do porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09; (Redação acrescida pela Lei nº 1309/2017)

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01; (Redação acrescida pela Lei nº 1309/2017)

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09. (Redação acrescida pela Lei nº 1309/2017)

§ 1º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este. (Redação acrescida pela Lei nº 1309/2017)

§ 2º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço. (Redação acrescida pela Lei nº 1309/2017)

Art. 154. A incidência do imposto é independente de:

I - da existência do estabelecimento fixo ou não;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares, ou administrativas relativas à prestação de serviços, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

III - do fornecimento de materiais;

IV - do resultado econômico do exercício da atividade;

V - do recebimento do preço ou resultado econômico da prestação de serviço no mesmo mês ou exercício financeiro.

Art. 155. Ficam excluídas da incidência do imposto os serviços compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.

SEÇÃO I DA ALÍQUOTA E DA BASE IMONÍVEL

~~**Art. 156.** Os contribuintes do Imposto Sobre Serviços, serão enquadrados no regime de tributação fixa ou variável.~~

~~**Art. 156.** O imposto sobre os serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será calculado, anualmente, através da aplicação da alíquota de 3% sobre as seguintes bases imoníveis diferenciadas em função da natureza da atividade:~~

~~I - 500 UFM quando se tratar de serviços referidos nos itens 12 a 16, 18, 38 e 57 da lista do Anexo I;~~

~~II - 5.000 UFM quando se tratar de serviços referidos nos itens 9 a 11, 28, 31 a 33, 39, 61 a 68 e 80 a 82 da lista do Anexo I;~~

~~III - 8.000 UFM quando se tratar de serviços referidos nos itens 4, 20, 24, 26 a 28 e 91 a 93 da lista do Anexo I;~~

~~IV - 15.000 UFM quando se tratar de serviços referidos nos itens 1, 7, 21 a 23, 25, 40 a 53 e 87 a 90 da lista do Anexo I.~~

~~§ 1º A prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho, por profissional autônomo, que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualidade profissional.~~

~~§ 2º Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado:~~

~~I - por firmas individuais;~~

~~II - em caráter permanente, sujeito a normas do tomador, ainda que por trabalhador autônomo. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)~~

Art. 156. Os contribuintes do Imposto Sobre Serviços serão enquadrados no regime de tributação fixa ou variável. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

~~**Art. 157.** As empresas, conforme artigo 151, inciso I, serão enquadradas no regime de tributação variável sobre o valor da receita bruta mensal.~~

~~§ 1º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço ao qual aplica se mensalmente as alíquotas.~~

~~§ 2º Considera se preço do serviço:~~

~~I - a receita bruta sem qualquer dedução, inclusive o próprio imposto quando destacado de sua base de cálculo;~~

~~II - na falta deste preço, ou não sendo ele desde logo conhecido será ele fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento;~~

~~III - o preço do serviço ou receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída sua prestação;~~

~~IV - os sinais e adiantamento recebidos pelo contribuinte durante a prestação de serviços, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos;~~

~~V - quando a prestação de serviço for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual assumida por um contratante em relação ao~~

outro;

~~VI as diferenças resultantes dos reajustamentos dos preços dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.~~

~~§ 3º Fazem parte do preço do serviço entre outros componentes:~~

~~I aquisição de bens, tais como: mercadorias, materiais ou serviços, necessários para a execução das atividades.~~

~~II despesas com salários, mão-de-obra, encargos sociais, energia elétrica, telefone, seguros, fretes, aluguéis, locação e conservação de bens, Imposto Sobre Serviços - ISS pago à terceiro, juros e encargos de operações financeiras, juros passivos, correção monetária, recebidos ou creditados e lucros, bem como despesas de viagens, estadias, alimentação, manutenção de veículos e combustíveis.~~

~~§ 4º Não integram o preço do serviço os valores relativos a:~~

~~I desconto ou abatimento total ou parcial, desde que previamente contratados;~~

~~II materiais produzidos fora do local da obra pelo prestador de serviço e subempreitada comprovadamente já tributada.~~

~~Art. 157 O imposto sobre o serviço prestado sob a forma de sociedade de profissional liberal será determinado, anualmente, pela soma dos valores atribuídos aos sócios segundo o disposto no art. 156 e seus incisos.~~

~~§ 1º Sociedade de profissional liberal é a reunião de pessoas físicas do mesmo grupo ocupacional, habilitadas para o exercício das atividades profissionais especificadas nos incisos I a IV do art. 156.~~

~~§ 2º Deixa de ser profissional liberal a sociedade em que se verifique qualquer uma das seguintes hipóteses:~~

~~a) sócio não habilitado para o exercício da atividade correspondente aos serviços prestados;~~

~~b) sócio pessoa jurídica;~~

~~c) mais de 5 (cinco) empregados profissionalmente não habilitados para o exercício da atividade correspondente aos serviços prestados;~~

~~d) quando a sociedade exercer, também, atividade não prevista nas acima especificadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)~~

Art. 157. As empresas, conforme artigo 151, inciso I, serão enquadradas no regime de tributação variável sobre o valor da receita bruta mensal.

§ 1º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço ao qual aplica-se mensalmente as alíquotas.

§ 2º Considera-se preço do serviço:

I - a receita bruta sem qualquer dedução, inclusive o próprio imposto quando destacado de sua base de cálculo;

II - na falta deste preço, ou não sendo ele desde logo conhecido será ele fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento;

III - o preço do serviço ou receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída sua prestação;

IV - os sinais e adiantamento recebidos pelo contribuinte durante a prestação de serviços, integram a receita bruta no mês em que forem recebidos;

V - quando a prestação de serviço for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual assumida por um contratante em relação ao outro;

VI - as diferenças resultantes dos reajustamentos dos preços dos serviços integrarão a receita

do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

§ 3º Fazem parte do preço do serviço entre outros componentes:

I - aquisição de bens, tais como: mercadorias, materiais ou serviços, necessários para a execução das atividades.

II - despesas com salários, mão-de-obra, encargos sociais, energia elétrica, telefone, seguros, fretes, alugueis, locação e conservação de bens, Imposto Sobre Serviços - ISS pago à terceiro, juros e encargos de operações financeiras, juros passivos, correção monetária, recebidos ou creditados e lucros, bem como despesas de viagens, estadias, alimentação, manutenção de veículos e combustíveis.

§ 4º Não integram o preço do serviço os valores relativos a:

I - desconto ou abatimento total ou parcial, desde que previamente contratados;

II - materiais produzidos fora do local da obra pelo prestador de serviço e subempreitada comprovadamente já tributada. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

~~Art. 158~~ Os profissionais autônomos e trabalhadores avulsos, conforme art.159, incisos II e III, serão enquadrados no regime de tributação fixa e o imposto será calculado de acordo com os percentuais anuais sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal, tantas vezes quantas forem as atividades exercidas.

~~Art. 158~~ A base de cálculo do imposto sobre o serviço prestado sob a forma de pessoa jurídica será determinada, mensalmente, aplicando-se ao preço do serviço, as seguintes alíquotas:

~~I~~ Serviços de construção civil: 2%

~~II~~ Demais serviços: 3 % (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)

~~Art. 158~~ A base de cálculo do imposto sobre o serviço prestado sob a forma de pessoa jurídica será determinada, mensalmente, aplicando-se ao preço do serviço, as seguintes alíquotas:

~~I~~ Serviços de construção civil: 2%

~~II~~ Demais serviços: 3%

~~III~~ Instituições Financeiras: 5% (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

Art. 158. A base de cálculo do imposto constitui-se no preço do serviço (Artigo 7º da LC 116/2003), determinado mensalmente, sobre o qual aplicam-se as seguintes alíquotas: (Redação dada pela Lei nº 819/2003)

I - Serviços de construção civil: 2% (Redação dada pela Lei nº 819/2003)

II - Demais serviços: 3 % (Redação dada pela Lei nº 819/2003)

~~III~~ Instituições Financeiras: 5%. (Redação dada pela Lei nº 819/2003)

III - serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito: 5%. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

§ 1º O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)

§ 2º Na falta deste preço ou não sendo ele desde logo conhecido, será ele fixado mediante estimativa ou através de arbitramento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)

Art. 158-A Os autônomos, conforme artigo 151, inciso II, que exercem prestações de serviços consistentes no trabalho pessoal do próprio contribuinte serão gravados por tributo fixo anual,

nos valores constantes da tabela do Anexo VIII. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

Art. 158-B As sociedades profissionais, conforme artigo 151, inciso III, ficam sujeitas ao imposto na forma fixa anual, calculado mediante a multiplicação do valor do imposto estabelecido para o profissional autônomo pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviços em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

Parágrafo Único - Ficarà descaracterizada como sociedade profissional, para fins de obtenção do tratamento diferenciado previsto no caput deste artigo, e terá como base de cálculo do imposto o valor da receita bruta mensal aplicando-se a respectiva alíquota prevista na lista de serviços disposta nesta lei, o contribuinte que apresentar qualquer dos elementos descritos nas alíneas dos incisos a seguir:

I - elementos que exteriorizam a ausência de trabalho pessoal dos sócios:

- a) a participação no quadro societário de pessoa não habilitada ao exercício das atividades pertinentes ao objeto social da sociedade;
- b) a participação no quadro societário de sócio que não atue na prestação dos serviços pertinentes ao objeto social da sociedade; ou
- c) a contratação de pessoa natural ou jurídica, sem vínculo societário ou empregatício, para a prestação dos serviços pertinentes ao objeto social da sociedade.

II - elementos que exteriorizam o caráter empresarial da sociedade:

- a) o exercício de atividade de natureza financeira, comercial ou industrial, inclusive representação ou intermediação comercial, ainda que não configure atividade principal da sociedade;
- b) a participação no quadro societário de sócio que contribua apenas com aporte de capital; ou
- c) a participação no quadro societário de sócia pessoa jurídica.

III - elementos que demonstram irregularidades cadastrais:

- a) a ausência de registro em conselho ou órgão de registro de classe;
- b) a ausência de registro dos atos constitutivos e alterações no órgão competente de registro das sociedades; ou
- c) a ausência ou desatualização dos dados cadastrais junto ao cadastro fiscal do Município. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO III DO SUJEITO PASSIVO

Art. 159. Na prestação de serviços referente aos itens 31, 32 e 33 da lista de serviços do anexo I, o imposto será calculado sobre o preço deduzido das parcelas correspondentes:

I - os valores correspondentes aos materiais produzidos pelo prestador de serviços fora do local da obra, comprovadamente;

II - os valores das subempreitadas, quando já onerada pelo imposto, cabendo a comprovação por parte do prestador de serviço.

Art. 160. Contribuinte do imposto é o prestador de serviços, na ausência do mesmo seus responsáveis.

§ 1º Considera-se prestador de serviço o profissional ou a empresa que exerça em caráter permanente, temporário ou eventual de quaisquer das atividades constantes da lista de serviços especificado na parte integrante desta lei;

§ 2º Não são contribuintes do imposto os que prestam serviços em relação de emprego, os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades.

~~Art. 161~~ Respondem solidariamente com o contribuinte pelo pagamento do imposto e do crédito tributário dele decorrente:

~~I~~ o proprietário da obra e/ou contratante dos serviços com relação aos serviços de construção civil que lhes forem prestados;

~~II~~ o administrador e/ou empreiteiro com relação aos serviços prestados por subempreitada e demais serviços auxiliares;

~~III~~ o titular do estabelecimento onde se instalarem máquinas, aparelhos, ou equipamentos, pelo imposto devido pelos respectivos proprietários não estabelecidos no município e relativo a exploração dos mesmos;

~~IV~~ os clubes recreativos, danceterias, casas noturnas, boates e congêneres pelos serviços prestados por grupos musicais, artistas, decoradores, organizadores de festas, buffet e locação de bens móveis.

~~Art. 161~~ É responsável pelo ISSQN na condição de contribuinte substituto, o contratante, intermediador ou tomador de serviços efetivamente prestados no Município de Piên, ainda que o prestador possua inscrição na Fazenda Municipal, além de prestadores não inscritos no Cadastro de Atividades Econômicas da Secretaria Municipal de Finanças cujo estabelecimento prestador não esteja localizado no Município de Piên, nas hipóteses previstas no art. 153, incisos I a XX. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~Art. 161~~ É responsável pelo ISSQN na condição de contribuinte substituto, o contratante, intermediador ou tomador de serviços efetivamente prestados no Município de Piên, ainda que o prestador possua inscrição na Fazenda Municipal, além de prestadores não inscritos no Cadastro de Atividades Econômicas da Secretaria Municipal de Finanças cujo estabelecimento prestador não esteja localizado no Município de Piên, nas hipóteses previstas no art. 153, incisos I a XXIII. (Redação dada pela Lei nº 1309/2017)

Parágrafo Único - A solidariedade referida neste artigo, não comporta benefício de ordem, podendo a exigência administrativa ou judicial do pagamento do imposto ou crédito tributário dele correspondente ser feito a qualquer dos co-obrigados ou a todos conjuntamente, não podendo os indicados exigir que em primeiro lugar se convoque ou execute o contribuinte.

~~Art. 162~~ As empresas assim definidas no artigo 9º, inciso I, que gozem de imunidade ou de isenção do imposto ficam obrigadas a retenção na fonte do imposto incidente dos serviços que lhes forem prestados sem emissão de documentos fiscais ou sem a prova que o prestador de serviços é contribuinte do município, ou ainda sem prova do recolhimento do imposto do mês anterior.

~~Art. 162.~~ Os contratantes, intermediadores e tomadores de serviços sujeitos ao ISSQN que gozem de imunidade ou de isenção do imposto ficam obrigados à retenção na fonte do imposto incidente dos serviços que lhes forem prestados. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~§ 1º~~ Para os efeitos previstos neste artigo, o imposto será calculado pelas alíquotas e recolhido aos cofres públicos no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da retenção;

§ 1º Para os efeitos previstos neste artigo, o imposto será calculado pelas alíquotas e recolhido aos cofres públicos até o último dia útil do mês subsequente ao da retenção, em guia própria - GR, fornecida pelo órgão competente do Município. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

§ 2º A inobservância dos dispostos neste artigo implicará em responsabilidade do beneficiário do serviço pelo pagamento do imposto devido e seus acréscimos legais, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 163. A pessoa física ou jurídica, de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de estoque de comércio, ou estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviço ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual, responderá pelos débitos tributários relativo ao estabelecimento, devido até a data do ato.

I - integralmente se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria, ou atividades;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses, a contar da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou outra atividade.

Art. 164. A pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação, será responsabilizada pelos débitos tributários devidos até a data do ato, pelas pessoas jurídicas fusionadas, ou incorporadas.

Parágrafo Único - O dispositivo previsto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoa jurídica, quando a exploração da respectiva atividade for continuada por qualquer um dos sócios remanescentes, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma individual.

Art. 165. O espólio, ou após a partilha ou adjudicação, o sucessor a qualquer título, e o cônjuge meiro, na proporção dos respectivos quinhões, legados ou meação respondem pelos débitos "de cujus" existente até a data da abertura da sucessão.

SEÇÃO IV DAS MODALIDADES DE LANÇAMENTOS

Art. 166. O lançamento do imposto será efetuado:

I - de ofício, por iniciativa da administração, quando tratar-se de serviço sujeito a incidência do imposto fixo;

II - homologado, por iniciativa do sujeito passivo, quando se tratar de serviço sujeito a incidência de tributação variável;

III - por arbitramento da receita bruta, nos casos previstos nesta lei;

IV - por estimativa, a critério da administração.

Art. 167. Para efeito de lançamento considera-se ocorrido o fato gerador no primeiro dia seguinte à aquele que tiver início qualquer das atividade especificadas na lista de serviços.

Parágrafo Único - Em todas as modalidades de lançamento o sujeito passivo será notificado como proceder o recolhimento da obrigação tributária, conforme dispor regulamento próprio.

Art. 168. Decorridos os prazos para pagamento da obrigação tributária, e não havendo sua liquidação, o imposto será acrescido de multa 5% (cinco por cento) até o 31º dia após o vencimento, de 10% (dez por cento) do 32º dia até o 60.º dia, e posterior a este prazo a penalidade será de 20% (vinte por cento), sempre sobre o valor atualizado do débito com juros de

mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração em dias.

a) DO LANÇAMENTO DE OFÍCIO

Art. 169. O lançamento de ofício será efetuado anualmente pela administração, seu vencimento e parcelamento será determinado por regulamento próprio.

Art. 170. De acordo com a categoria de serviço e a critério da administração, o lançamento poderá ser mensal, bimestral, trimestral, semestral ou por temporada, conforme dispor regulamento do executivo municipal.

Art. 171. Enquanto não ocorrer a decadência tributária, poderá ser efetuada a constituição do crédito tributário contra o sujeito passivo, dos lançamentos omissos, permitindo ainda a retificar lançamentos, com a emissão de nova notificação efetuando lançamento substitutivo ou complementar com novo vencimento para sua liquidação.

§ 1º Independente da quitação total ou parcial, poderão ser expedidos lançamentos aditivos sempre que constar constituição do crédito tributário a menor, em razão de erros de fato ou por irregularidade administrativas.

§ 2º O prazo para pagamento da diferença a ser recolhida, não poderá ser inferior a 30 dias a contar da data da emissão da nova notificação.

Art. 172. Quando a prestação de serviços iniciar no curso do exercício financeiro, o imposto será lançado na proporção de 1/12 (um doze avos) para os meses restante do ano.

Parágrafo Único - Para efeito previsto neste artigo será contado o período de lançamento até o dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro.

b) DO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO

Art. 173. No lançamento por homologação, que estão sujeitas as empresas, como definidas no artigo 175, inciso I, o sujeito passivo se obriga a apurar e a recolher o imposto em guias próprias nos prazos, conforme dispor o regulamento, sem qualquer aviso ou notificação por parte do sujeito ativo.

Parágrafo Único - Nos serviços de execução de obras de construção civil o fato gerador do imposto ocorre no momento da efetiva prestação de serviço, independente de medição, vistoria ou conclusão da obra.

Art. 174. As guias de recolhimento e informativa, obedecerão os modelos constantes do regulamento expedido pelo o executivo municipal.

Art. 175. Nos serviços de execução de obras de construção civil, e nos serviços auxiliares o contribuinte fica obrigado a apresentar ao sujeito ativo, juntamente com a guia de recolhimento mensal de Imposto Sobre Serviços, constante do regulamento, os seguintes documentos:

I - cópia das medições que serviram para a apuração da base de cálculo;

II - no caso da obra abranger o território de mais de um município, cópia das medições globais, que envolva toda a obra;

III - cópia das notas fiscais/faturas de serviço, das notas de débitos e das guias de recolhimento de Imposto Sobre Serviço - ISS, que serviram para apuração da base de cálculo, e as primeira vias relativas as medições, parciais e finais e complementares, caso exista e todos os documentos que comprovam o valor total da obra;

IV - notas fiscais e recibos que comprovam a aplicação do material a ser deduzido do valor da obra para compor a base de cálculo do imposto, quando justificar tal dedução do custo total.

Art. 176. Sem prejuízo das penalidades cabíveis o preço do serviço poderá ser arbitrado mediante processo regular nos seguintes casos:

I - quando o sujeito passivo não for inscrito no cadastro fiscal dos prestadores de serviços;

II - quando houve fundadas suspeitas de que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços, ou quando o declarado for notoriamente inferior ao preço corrente na praça;

III - quando o sujeito passivo deixar de apresentar os documentos requisitados pelo fisco municipal, após a segunda notificação.

Art. 177. Para arbitramento do preço do serviço serão considerados entre outros fatores, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza dos serviços prestados, o valor das instalações, máquinas, veículos, e equipamentos do contribuinte, a retirada dos sócios, o número de empregados, o valor de salários pagos e encargos sociais.

Parágrafo Único - O valor dos preços arbitrado não poderá ser inferior a soma das seguintes parcelas:

I - o valor das matérias primas consumidas durante o mês, salvo se tratar de contribuinte concorrente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;

II - valor total dos salários pagos durante o mês;

III - valor das retiradas dos sócios, diretores ou gerentes durante o mês;

IV - despesa mensal com fornecimento de água, luz, telefone, aluguel, seguros, se for o caso inclusive combustíveis.

Art. 178. Far-se-á o arbitramento do preço do serviço sempre através de auto de infração, cuja cópia será entregue para o sujeito passivo, que deverá promover sua defesa no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da autuação.

Parágrafo Único - Vencido o prazo previsto neste artigo, não ocorrendo a liquidação da obrigação tributária e nem a defesa pelo sujeito passivo, o mesmo será notificado para pagamento dos débitos no prazo de 10 (dez) dias, após este prazo o valor será inscrito em dívida ativa para processar a cobrança via execução fiscal.

c) DO LANÇAMENTO POR ARBITRAMENTO

Art. 179. Sem prejuízo das penalidades cabíveis, o preço do serviço poderá ser arbitrado mediante processo regular nos seguintes casos:

I - quando o contribuinte não estiver inscrito no cadastro fiscal de serviços;

II - quando houver fundadas suspeitas que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços declarados, ou quando o declarado for notoriamente inferior ao preço corrente da praça;

III - quando o sujeito passivo criar dificuldades para o fisco municipal tomar conhecimento da receita bruta que é a base de cálculo do imposto.

Art. 180. Para arbitramento do preço do serviço serão considerados entre outros fatores, os

lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza dos serviços prestados, o valor das instalações, máquinas, veículos e equipamentos, a retirada dos sócios, o número de empregados, salário e encargos sociais pagos.

Parágrafo Único - O valor mensal dos preços arbitrados não poderá ser inferior a soma das seguintes parcelas:

I - valor das matérias primas consumidas durante o mês, salvo se tratar de contribuinte concorrente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços;

II - valor total dos salários pagos durante o mês;

III - valor da retirada dos sócios, diretores ou gerentes durante o mês;

IV - despesas mensal com fornecimento de água, luz, telefone, aluguel, se for o caso, combustíveis e encargos financeiros.

Art. 181. Far-se-á o arbitramento do preço do serviço através de auto de infração, cuja cópia será entregue ao sujeito passivo, com direito a defesa no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da autuação ou pagamento do valor arbitrado.

Parágrafo Único - Não sendo apresentada a defesa no prazo legal, e não ocorrendo a liquidação da obrigação tributária, notifica-se o sujeito passivo para o cumprimento da obrigação no prazo de 10 (dez) dias, com os acréscimos legais, sob pena da inscrição em dívida ativa dos débitos para cobrança via execução fiscal.

d) DO LANÇAMENTO POR ESTIMATIVA

Art. 182. Os contribuintes sujeitos a tributação proporcional, cujo o volume ou modalidade de serviço aconselha tratamento mais simples, e econômico no regime de estimativa, com observância das seguintes normas:

I - com base em dados fornecidos ou declarados pelo sujeito passivo ou em outros elementos informativos, serão estimados o valor da receita bruta e o montante do imposto devido no período considerado;

II - o montante do imposto a recolher assim estimado será dividido em parcelas iguais, em número correspondente aos dos meses compreendidos no período constituindo cada parcela o valor do imposto a ser recolhido mensalmente, sendo cada parcela atualizada monetariamente em cada mês.

Art. 183. Sendo o sujeito passivo enquadrado no regime de lançamento por estimativa, o mesmo será notificado do montante do imposto estimado para o período e o valor de cada parcela.

Parágrafo Único - Após a notificação do enquadramento do sujeito passivo no regime de lançamento por estimativa, o contribuinte terá prazo de 30 (trinta) dias para contestar o lançamento.

Art. 184. O pagamento da primeira parcela será 30 (trinta) dias após a data da notificação, e as demais parcelas, serão efetuadas sempre nos mesmos dias dos meses subseqüentes.

Art. 185. O contribuinte tratado em regime de lançamento por estimativa, terá seu imposto apurado através de declaração de movimento econômico, com os valores efetivos de sua receita bruta do exercício findo, e o montante do imposto devido correspondente de suas operações.

Parágrafo Único - A declaração de movimento deverá ser apresentada até o dia 31 de março de cada exercício financeiro.

Art. 186. Verificada a receita bruta do sujeito passivo, conhecido o montante de imposto devido, procederá da seguinte forma:

I - havendo diferença a ser recolhida pelo sujeito passivo, entre o valor estimado e o valor efetivamente devido, deverá ser efetuado o pagamento até 30 (trinta) dias após a data da entrega da declaração de movimento econômico, independente de aviso ou notificação por parte do sujeito ativo, sendo seu saldo devedor atualizado monetariamente na proporção de 1/12 (um doze avos) de janeiro a dezembro do exercício anterior;

II - verificado-se saldo pró sujeito passivo, será restituído o valor do crédito em forma de dedução de imposto devido nos meses seguintes, aplicando-se a mesma correção prevista no presente artigo, inciso I, sendo que o prazo para tal restituição não poderá ser superior a 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Único - Suspensa a aplicação do regime por estimativa, antecipará o cumprimento da obrigação prevista neste artigo, restituindo-se o valor integral para o sujeito passivo se houver, ou o contribuinte liquidará de uma só vez o saldo devedor.

Art. 187. O fisco municipal poderá a seu critério a qualquer tempo:

I - promover o enquadramento no regime por estimativa;

II - rever os valores estimados e reajustar as parcelas, mesmo no curso do período considerado;

III - suspender a aplicação do regime por estimativa.

Art. 188. As reclamações elencadas com o enquadramento no regime por estimativa serão decididas pelo fisco municipal.

Parágrafo Único - As reclamações e os recursos não produzirão efeitos suspensivo do fato.

SEÇÃO V DOS LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

Art. 189. Cada estabelecimento prestador de serviço manterá obrigatoriamente a escrituração fiscal das suas atividades econômicas, conforme dispôr regulamento próprio do executivo municipal.

Art. 190. Os modelos de livros e notas fiscais somente poderão ser utilizados após a autenticação pelo departamento competente, e após terem sido estabelecidos por decreto do executivo municipal.

Parágrafo Único - Os livros novos somente serão autenticados mediante a apresentação do livro anterior.

Art. 191. As notas fiscais de prestação de serviços, para sua impressão é obrigatória a autorização do agente fazendário, contendo todas as exigências previstas em regulamento próprio, bem como seu registro em livro próprio, que ficará a disposição do fisco municipal.

Parágrafo Único - Sem prejuízo das penalidades cabíveis, respondem juntamente com o sujeito passivo, a gráfica que imprimir documentos fiscais ou quem desenvolver qualquer sistema com a finalidade de fraudar, omitir ou reduzir pagamentos de tributos.

Art. 192. Os livros e notas fiscais serão mantidos nos estabelecimentos e ficando a disposição do fisco sempre que solicitados, inclusive os demais documentos que possam servir como prova de fonte de receitas tributárias do município.

Art. 193. Toda prestação de serviço será precedida de expedição da respectiva nota fiscal, contendo nome do tomador do serviço, seu endereço e a descrição dos serviços executados, em carbono em dupla face em tantas quantas vias que compor o talonário.

Art. 194. A administração poderá autorizar a emissão de notas fiscais através de processamento de dados, desde que cumpridas as formalidades previstas em regulamento próprio.

Art. 195. Dependendo da atividade do sujeito passivo, a administração poderá dispensar a emissão de notas fiscais de prestação de serviços, uma vez que cumpridas as formalidades regulamentadas.

Art. 196. Ensino de qualquer grau e natureza manterá livro de registros de alunos, contendo no mínimo o nome do aluno, endereço, valor da mensalidade, período, turno ou hora aula mensal.

Parágrafo Único - A exigência do artigo anterior aplica-se também às academias, as saunas e outros estabelecimentos congêneres.

Art. 197. Os escritórios de contabilidade e serviços, bem como as imobiliárias manterão registros em livro próprio de seus clientes sejam eles mensalistas ou temporários, contendo seu endereço e o valor dos serviços prestados.

Art. 198. Fica vedado o uso da nota fiscal de prestação de serviços em conjunto com outros tributos, bem como sua cessão para uso de terceiros.

SEÇÃO VI DA RETENÇÃO NA FONTE

~~**Art. 199** Ficam obrigados a efetuar retenção de imposto na fonte, toda pessoa jurídica, inclusive os condomínios e as cooperativas, que utilizar se de serviços de terceiros de outros municípios. Parágrafo Único - A falta de retenção da obrigação tributária na fonte implicará no pagamento do tributo, sem prejuízo das demais penalidades já previstas na presente lei.~~

~~**Art. 199** Ficam obrigados a efetuar retenção de imposto na fonte, toda pessoa jurídica, inclusive os condomínios e as cooperativas, que utilizar se de serviços de terceiros com domicílio fiscal dentro ou fora do território municipal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)~~

~~**Art. 199** Ficam obrigados a efetuar retenção de imposto na fonte, toda pessoa jurídica, inclusive os condomínios e as cooperativas, que utilizarem se dos serviços de terceiros com domicílio fiscal dentro do território municipal, devendo também reter o imposto dos terceiros com domicílio fora do território municipal que prestarem os seguintes serviços:~~

~~I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, do serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;~~

~~II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;~~

~~III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;~~

~~IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;~~

~~V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;~~

~~VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;~~

~~VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis,~~

~~chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;~~
~~VIII da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;~~
~~IX do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;~~
~~X do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;~~
~~XI da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;~~
~~XII da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;~~
~~XIII onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;~~
~~XIV dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;~~
~~XV do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;~~
~~XVI da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;~~
~~XVII do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;~~
~~XVIII do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;~~
~~XIX da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;~~
~~XX do porto, aeroporto, ferropuerto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)~~

Art. 199 Ficam obrigados a efetuar retenção de imposto na fonte, toda pessoa jurídica, inclusive os condomínios e as cooperativas, que utilizarem-se dos serviços de terceiros com domicílio fiscal no Município de Piên, devendo também reter o imposto dos terceiros com domicílio fora do território municipal, quando enquadrar-se na condição de tomadora dos serviços previstos nas hipóteses dos incisos I a XX do art. 153 deste código. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

Art. 199 Ficam obrigados a efetuar retenção de imposto na fonte, toda pessoa jurídica, inclusive os condomínios e as cooperativas, que utilizarem-se dos serviços de terceiros com domicílio fiscal no Município de Piên, devendo também reter o imposto dos terceiros com domicílio fora do território municipal, quando enquadrar-se na condição de tomadora dos serviços previstos nas hipóteses dos incisos I a XXIII do art. 153 deste código. (Redação dada pela Lei nº 1309/2017)

Art. 200 ~~As empresas e departamentos públicos ou de economia mista estabelecidos ou não no Município de Piên, ficam obrigadas quando utilizar de serviços de terceiros de outros municípios, além da retenção na fonte dos impostos devidos, remeter para o Município de Piên todos os documentos referentes aos serviços prestados, como cópias de contratos, cópias de notas fiscais, recibos e outros documentos que possam identificar as fontes de receitas.~~

Art. 200 ~~As empresas e departamentos públicos ou de economia mista estabelecidos ou não no município de Piên ficam obrigadas, quando utilizar serviços de terceiros com domicílio fiscal dentro ou fora do território do município, além da retenção na fonte dos impostos devidos, remeter para o Município de Piên todos os documentos referentes aos serviços prestados, como cópias de contratos, cópias de notas fiscais, recibos e outros documentos que possam identificar as fontes de receitas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)~~

Art. 200. As empresas e departamentos públicos ou de economia mista estabelecidos ou não no município de Piên ficam obrigadas, quando utilizar serviços de terceiros com domicílio fiscal dentro ou fora do território do município, além da retenção na fonte dos impostos devidos, remeter para o Município de Piên todos os documentos referentes aos serviços prestados, como

cópias de contratos, cópias de notas fiscais, recibos e outros documentos que possam identificar as fontes de receitas. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

Art. 201. Os distribuidores de loterias, bilhetes, cupons, cartelas e outras formas de jogos são obrigados a reter na fonte o Imposto Sobre Serviço - ISS, dos revendedores, independente dos mesmos estarem ou não cadastrados no Município de Piên.

Art. 202. A retenção na fonte ocorrerá no ato do pagamento dos serviços prestados, sendo que a retentora fornecerá ao prestador de serviços comprovante dos valores retidos, conforme guia fornecida por órgão responsável do Município.

~~Parágrafo Único - Os valores retidos serão recolhidos aos cofres públicos no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da data da retenção, em guia própria - DAM, fornecida por órgão responsável do Município.~~

Parágrafo Único - Os valores retidos serão recolhidos aos cofres públicos até o último dia útil do mês subsequente ao da retenção, em guia própria - GR, fornecida pelo órgão competente do Município. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

SEÇÃO VII DA ARRECADAÇÃO

~~**Art. 203** - O Imposto Sobre Serviços será recolhido na tesouraria da Prefeitura do Município de Piên, ou nos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços autorizados pelo Município conforme regulamento expedido pelo executivo municipal.~~

Art. 203. O Imposto Sobre Serviços será recolhido através de instituições financeiras ou estabelecimentos que atuam como correspondentes bancários conveniados ou contratados pelo Município, podendo ainda ser recolhido através da utilização de cartão de crédito/débito. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~**Art. 204** - Todo recolhimento será efetuado em guia própria, expedida ou fornecida por órgão responsável do Município, Documento de Arrecadação Municipal - DAM, com custos para o sujeito passivo a título de preço público.~~

Art. 204. Todo recolhimento será efetuado em Guia de Recolhimento - GR, expedida pelo órgão competente do Município. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

Parágrafo Único - O imposto poderá ser recolhido individualmente ou em conjunto com outros tributos, conforme dispor regulamento próprio.

Art. 205. Os recibos de recolhimento de tributos somente serão válidos quando autenticados mecanicamente por caixa registradora ou sistema eletrônico equivalente.

Art. 206. No ato do recolhimento o sujeito passivo se identificará no Documento de Arrecadação Municipal, fornecendo seu número de inscrição no cadastro municipal de prestadores de serviços, o valor da receita bruta, sua alíquota de tributação e o valor do imposto devido.

Parágrafo Único - Quando tratar de lançamento de ofício, as informações serão fornecidas pelo cadastro do sujeito passivo já existente no órgão competente do Município.

Art. 207. Ocorrendo recolhimento a menor do valor devido, o sujeito passivo fica obrigado ao recolhimento da diferença, com todos os acréscimos legais, sem prejuízo das penalidades cabíveis quando for o caso.

Art. 208. Os vencimentos de impostos em feriados, serão prorrogados sempre para o próximo dia útil após sábados, domingos e feriados.

~~**Art. 209.** Quando ocorrer a liquidação da obrigação tributária por meio de cheque, somente será extinto o crédito tributário após o saque do mesmo, não sendo aceite cheques de terceiros para pagamento de tributos, salvo se o documento de crédito for nominativo para o sujeito passivo, o qual ficará co-obrigado pela sua liquidação.~~

~~Parágrafo Único — Quando ocorrer o previsto no presente artigo, será vinculado ao cheque a discriminação do pagamento do imposto no verso do mesmo, contendo o número do cadastro do sujeito passivo e seu endereço. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

Art. 210. Ocorrendo recurso por parte do sujeito passivo, contra liquidação do imposto, o mesmo somente será atendido quando acompanhado de recibo autenticado pelo órgão arrecador autorizado, sem rasuras ou emendas.

SEÇÃO VIII DA INSCRIÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Art. 211. O contribuinte do Imposto Sobre Serviços, promoverá sua inscrição na repartição fiscal, ou seu representante legal, independentemente de sua condição jurídica ou profissional, imunes ou isentos:

I - até a data do início de suas atividades;

II - quando já em funcionamento, até o quinto dia útil, após a expedição da notificação pelo órgão municipal competente, sob pena de inscrição de ofício com as penalidades cabíveis e demais imposições legais.

Art. 212. O cadastro será atualizado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sempre que ocorrer alterações, modificação societária, encerramento de atividade, troca de endereço, nas formas previstas pela administração.

Art. 213. A inscrição será efetuada em formulário próprio, para cada estabelecimento ou local de atividade, exceto ambulante que ficará sujeito ao cadastro único.

§ 1º No ato da inscrição o prestador de serviços apresentará requerimento protocolado, acompanhado dos documentos exigidos por regulamento próprio.

§ 2º Os estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte, mas localizados em endereços diferentes, serão tratados como unidades independentes e autônomas para fins fiscais.

Art. 214. O número de cadastro do sujeito passivo será permanente, devendo o mesmo ser impresso em todos os documentos do contribuinte, quando tratar de assunto municipal, bem como constar de qualquer requerimento quando dirigido ao fisco municipal.

Art. 215. Quando da inscrição do interessado, serão efetuadas pesquisas nos cadastros existentes para verificar pendências junto ao Município de Piên, sendo constatado tal fato, somente será concluída sua inscrição após solucionadas tais exigências.

Parágrafo Único - As pendências que trata o presente artigo refere-se ao conjunto das obrigações principais e acessórias, ficando vedado o fornecimento de certidões e outros documentos para a pessoa física e jurídica, e também de seus sócios.

Art. 216. As declarações prestadas pelo contribuinte, seu representante e, ou responsável no ato da inscrição ou da utilização dos dados cadastrais, não implicam na sua aceitação por parte do fisco municipal, que poderá revê-las a qualquer época independente de avisos ou comunicações.

Art. 217. O contribuinte que deixar de recolher seu imposto por 02 (dois) anos consecutivos, e não for encontrado em seu domicílio tributário indicado para fins de tributação, sua inscrição e seu cadastro serão baixados de ofício, conforme dispôr regulamento próprio.

Parágrafo Único - O fato da cessação ou paralisação das atividades, não implicará na extinção dos débitos existentes, ou dos que venham a ser apurados após ação fiscal, posterior a declaração do contribuinte, ou da baixa de ofício.

Art. 218. O fato de o contribuinte ter cumprido as exigências previstas em notificações ou auto de infração, não exime o infrator das penalidades previstas pelo não cumprimento das obrigações principais e acessórias, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

SEÇÃO IX DAS PENALIDADES

Art. 219. O sujeito passivo que deixar de cumprir as obrigações tributárias seguintes, sofrerão as penalidades abaixo:

I - pela falta de pagamento, conforme esta disposto no artigo 61 deste código;

II - pela falta de cumprimento das obrigações acessórias:

- a) não promover sua inscrição no cadastro de prestadores de serviço até o prazo previsto, multa igual a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal, após ação fiscal, a penalidade será em dobro cada vez que o fisco for acionado;
- b) falta de comunicação de encerramento de atividade, transferência de endereço, alteração societária, ou qualquer modificação que venha alterar o cadastro do sujeito passivo, multa de 50% (cinquenta por cento) sobre a unidade fiscal, por cada infração cometida;
- c) falta de livros fiscais, escrituração irregulares, documentos fiscais com irregularidades, omissão de dados que importe em redução da receita bruta para reduzir o valor do imposto, falta de registro ou escrituração fiscal das operações realizadas pelo sujeito passivo, multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da unidade fiscal para cada infração cometida;
- d) deixar de apresentar guias, livros, balanços, notas fiscais, ou qualquer documento que possa servir como fonte de referência de receitas tributária, omitir informações, criar embaraços para o fisco municipal, recusa ou sonegação de documentos que possa apurar o preço do serviço ou sua estimativa, multa igual a 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da unidade fiscal para cada infração cometida;
- e) impressão de documentos fiscais, sem a devida autorização do fisco municipal e a gráfica que confeccionar os impressos ficam sujeitos a multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da unidade fiscal, para cada documento impresso;
- f) impressão de documentos fiscais em duplicata, além do recolhimento do imposto e a gráfica que confeccionar os documentos, fica sujeito a multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da unidade fiscal para cada documento impresso, sem prejuízo do processo criminal;
- g) desenvolver processo eletrônico ou processamento de dados que envolva redução, omissão ou fraude recolhimento de imposto, multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da unidade fiscal por dia a contar da data da implantação do sistema, aplicando-se a mesma penalidade para o autor do processo, sem prejuízo da cobrança dos tributos, e do processo criminal contra ambos;
- h) destruir, extraviar, facilitar o furto ou roubo, de documentos fiscais implicará em multa de

100% (cem por cento) sobre o valor da unidade fiscal para cada documento;
i) deixar de atender solicitação do fisco municipal no prazo determinado em notificação ou termo de início de fiscalização, para entrega de documentos fiscais implicará em multa igual a 30% (trinta por cento) sobre o valor da unidade fiscal para cada dia de atraso.

Capítulo II IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

SEÇÃO I DO FATO GERADOR

Art. 220. O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou posse a qualquer título do bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definida na lei civil, localizado em zona urbana ou de expansão urbana do Município de Piên.

Parágrafo Único - O fato gerador do imposto ocorre anualmente, no dia 1º(primeiro) de janeiro de cada exercício financeiro, nas condições que encontrar-se o imóvel.

Art. 221. A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 222. O bem imóvel para efeito do Imposto Predial e Territorial Urbano serão classificados como imóveis edificados e não edificados.

§ 1º Considera-se não edificado o bem imóvel:

I - sem edificação;

II - em que houver construção paralisada ou em andamento, bem como aquelas em ruínas, em demolição, condenadas ou interditadas;

III - quando a edificação for temporária ou provisória, ou possa ser removida sem destruição, alteração ou modificação;

IV - os imóveis que forem constituídos de edificação considerada pela administração pública como inadequadas, seja pela situação, dimensão, destino ou utilidade da mesma, bem como a sua área edificada em relação a área do terreno;

V - os imóveis onde haja edificação com seu valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor do terreno, localizados em áreas pré determinadas pelo executivo municipal;

VI - Os imóveis destinados para estacionamento de veículos, depósitos de materiais, depósitos de combustíveis de qualquer natureza, exceto se a edificação for específica e reconhecida pelo município com a sua devida aprovação.

§ 2º Consideram-se imóveis edificados:

I - o bem imóvel no qual exista edificação destinada para habitação ou para o exercício de qualquer atividade, seja qual for sua denominação, forma ou destino, desde que não contrarie o parágrafo anterior.

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

Art. 223. O contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano é o proprietário de bem imóvel, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título.

§ 1º Conhecido o proprietário, ou o titular do domínio útil e o possuidor, para efeito do sujeito passivo, dar-se-á preferência àqueles e não a este, dentre aqueles, tomar-se-á o titular do domínio útil.

§ 2º Na impossibilidade de eleição do proprietário ou titular do domínio útil, devido ao fato do mesmo ser imune, ou estar isento, ser desconhecido, ou não localizado, será considerado sujeito passivo aquele que estiver de posse do imóvel.

§ 3º O promitente comprador imitado na posse, os titulares de direito real sobre o bem imóvel alheio e o fideicomissário serão considerados sujeitos passivos da obrigação tributária.

Art. 224. A incidência e a cobrança do imposto independem da legitimidade do título de aquisição ou da posse do bem imóvel, do resultado econômico, da sua exploração, ou do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas a ele relativas.

Art. 225. O imposto constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transferência de propriedade ou de direitos relativos a ele.

SEÇÃO III
DA BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

~~**Art. 226.** A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual aplica-se a alíquota.~~

~~**Art. 226.** A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual se aplicará a alíquota prevista no Anexo VII. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)~~

Art. 226. A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sobre o qual aplica-se a alíquota. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

~~**Art. 227.** O valor venal do imóvel será determinado pelas informações constantes do cadastro imobiliários.~~

~~**Art. 227.** A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, assim entendido aquele valor pecuniário que o mercado imobiliário atribui a um dado imóvel, numa transação de compra e venda. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)~~

Art. 227. O valor venal do imóvel será determinado pelas informações constantes do cadastro imobiliários. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

~~**Art. 228.** Para elaboração da Planta Genérica de Valores Imobiliários que compõe o valor venal do imóvel, o executivo municipal constituirá comissão específica por regulamento próprio.~~

~~Parágrafo Único — A atualização monetária dos valores que trata o presente artigo não constitui aumento do valor venal do imóvel, devendo ser efetuado somente por Lei específica.~~

~~**Art. 228.** O valor venal a que se refere o artigo anterior constará do Cadastro Imobiliário e no seu cálculo serão considerados o valor de terreno e, sendo o caso, cumulativamente, o da edificação, levando-se em conta os dados da Planta Genérica de Valores — PGV.~~

~~§ 1º O imóvel que se limitar com mais de um logradouro será considerado como situado naquele onde for atribuído maior valor venal ao metro quadrado urbano.~~

~~§ 2º A ocorrência de fatores depreciativos do imóvel, como topografia irregular, acidentes geográficos ou a exploração agropecuária, poderão ser opostos ao valor venal obtido pelos critérios legais descritos na PGV e reconhecidos pela Administração Fazendária, para alteração dos dados do Cadastro Imobiliário Municipal, por despacho fundamentado do Secretário de finanças ou quem lhe faça as vezes, em recurso contra base de cálculo, a ser protocolado na forma de regulamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)~~

Art. 228. A Planta Genérica de Valores, que compõe o valor venal do imóvel, será fixada mediante Lei, com base em estudo de comissão específica nomeada pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - A atualização monetária dos valores que trata o presente artigo não constitui aumento do valor venal do imóvel, devendo ser efetuado somente por Lei específica. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

~~Art. 229~~ Sobre os valores constantes do cadastro imobiliário serão aplicados os fatores corretivos para cada situação do imóvel, conforme dispõe regulamento próprio da administração.

~~Art. 229~~ A PGV será avaliada anualmente, para eventual reajuste, por uma "Comissão de Avaliação Imobiliária" instituída por ato próprio do Prefeito Municipal, composta de 5 (cinco) membros.

~~Parágrafo Único - A comissão de que trata o caput deste artigo irá apresentar parecer conclusivo ao Prefeito Municipal, devidamente fundamentado e instruído, que indique a necessidade de reajuste dos valores venais do metro quadrado urbano, no qual estará vinculado o Prefeito Municipal, para reajustar, por ato próprio, os valores venais do metro quadrado urbano. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)~~

Art. 229. Sobre os valores constantes do cadastro imobiliário serão aplicados os fatores corretivos para cada situação do imóvel, conforme dispõe regulamento próprio da administração. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

~~Art. 230~~ O executivo municipal regulamentará, por Lei específica, a Planta Genérica de Valores Imobiliários, baseando-a por região geográfica para efeitos tributários, segundo suas características predominante de uso, atribuindo valor do terreno por face de quadra, bem como estabelecerá os fatores corretivos, e suas aplicações, o sistema de cálculo e as suas respectivas fórmulas, inclusive para prédios, e os tipos de construções.

~~Art. 230~~ No exercício da competência descrita no artigo anterior, a "Comissão de Avaliação Imobiliária" levará em conta tão somente, para apuração do eventual reajuste, os índices inflacionários do período e eventos que tenham agregado valor às áreas urbanas descritas na PGV, como obras públicas e investimentos privados de que decorra valorização imobiliária, ou alterações no Plano Diretor. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)

Art. 230. O executivo municipal regulamentará, por Lei específica, a Planta Genérica de Valores Imobiliários, baseando-a por região geográfica para efeitos tributários, segundo suas características predominantes de uso, atribuindo valor do terreno por face de quadra, bem como estabelecerá os fatores corretivos, e suas aplicações, o sistema de cálculo e as suas respectivas fórmulas, inclusive para prédios, e os tipos de construções. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

~~Art. 231~~ Anualmente, antes da ocorrência do fator gerador, do exercício seguinte, o valor venal dos imóveis será revisto, levando-se em consideração os seguintes elementos em conjunto ou isoladamente:

~~I - declaração do contribuinte;~~

~~II - índice de desvalorização da moeda nacional no período;~~

~~III - índice médio de valorização correspondente ao zoneamento em que esteja localizado o imóvel;~~

~~IV - existência de equipamentos urbanos ou melhorias decorrentes de obras públicas, tais como~~

~~água, esgoto, pavimentação, iluminação pública, limpeza urbana, saneamento e drenagem de área alagada, construção de ponte, viaduto, e outras benfeitorias que beneficie os imóveis ali localizados;~~

~~V - quaisquer outros dados informativos que possam ser dimensionados pelo serviços de cadastro e fiscalização de receitas tributárias.~~

~~Art. 231. É lícito à comissão de Avaliação Imobiliária emitir parecer que revele a depreciação imobiliária de determinadas áreas ou a deflação do período. (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)~~

Art. 231. Anualmente, antes da ocorrência do fator gerador, do exercício seguinte, o valor venal dos imóveis será revisto, levando-se em consideração os seguintes elementos em conjunto ou isoladamente:

I - declaração do contribuinte;

II - índice de desvalorização da moeda nacional no período;

III - índice médio de valorização correspondente ao zoneamento em que esteja localizado o imóvel;

IV - existência de equipamentos urbanos ou melhorias decorrentes de obras públicas, tais como água, esgoto, pavimentação, iluminação pública, limpeza urbana, saneamento e drenagem de área alagada, construção de ponte, viaduto, e outras benfeitorias que beneficie os imóveis ali localizados;

V - quaisquer outros dados informativos que possam ser dimensionados pelo serviço de cadastro e fiscalização de receitas tributárias. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

Art. 232. Não compõe o valor do bem imóvel:

I - o valor dos bens móveis nele existente, em caráter permanente ou temporário, para efeito de sua utilização, exploração, embelezamento ou comodidade;

II - as vinculações de direito de propriedade;

III - o valor da construção conforme previsto no artigo 222.

SEÇÃO IV DA INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO MUNICIPAL

Art. 233. Todos os imóveis serão inscritos no Cadastro Imobiliário Municipal, mesmo tratando-se de imóveis pertencentes às pessoas imunes ou isentas, sendo responsável pela inscrição o proprietário ou seu representante legal, ou possuidor a qualquer título, bem como o promitente comprador ou vendedor.

§ 1º Para fins de inscrição e lançamento, todos os proprietários, titular de domínio útil ou possuidor de bem imóvel é obrigado a declarar, em formulário, os dados ou elementos necessários a perfeita identificação do mesmo.

§ 2º A declaração deverá ser efetivada dentro prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da:

I - convocação que eventualmente poderá ser efetuada pela Prefeitura do Município de Piên;

II - conclusão da construção, em seu total ou parcial, que permita seu uso ou habitação;

III - aquisição da propriedade de bem imóvel, no total ou em parte certa, desmembrada a parte ideal;

IV - aquisição do domínio útil ou da posse de bem imóvel;

V - demolição ou do perecimento da construção existente no imóvel.

Art. 234. Os elementos ou dados da declaração deverão ser atualizados dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência de fatos ou circunstância que venha alterar a inscrição, inclusive nas hipóteses de reformas, com ou sem aumento da área edificada, e do registro de compromisso de compra e venda de bem imóvel ou de sua cessão.

Parágrafo Único - O dever previsto neste artigo estende-se à pessoa do compromissário vendedor e ao cedente do compromisso de compra e venda de bem imóvel.

Art. 235. Será objeto de uma única declaração, acompanhada da respectiva planta do imóvel, do loteamento ou do arruamento:

I - a gleba de terra bruta desprovida de melhoramentos, cujo aproveitamento dependa de realização de obras de arruamento ou de urbanização;

II - quadra indivisa de áreas arruadas;

III - o lote isolado ou o grupo de lotes contíguos, quando já tenha ocorrido a venda ou promessa de venda de lotes na mesma quadra.

Art. 236. O contribuinte poderá retificar os dados da declaração ou sua atualização, antes de ser notificado do lançamento, desde que comprove o erro em que se fundamente.

Art. 237. Na impossibilidade de obtenção de dados exatos sobre o imóvel ou de elementos necessários à fixação da base de cálculo do imposto, o lançamento será efetuado de ofício, com base nas informações que dispuser o órgão responsável do Município, arbitrados os dados físicos do imóvel, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art. 238. O responsável por loteamento fica obrigado a apresentar junto a Prefeitura do Município de Piên:

I - título de propriedade da área loteada;

II - planta completa do loteamento, contendo em escala que permita sua anotação, os logradouros, quadras, lotes, área total, áreas cedidas ao patrimônio Público Municipal;

III - mensalmente, comunicação das alienações realizadas, contendo os dados indicativos dos adquirentes, inclusive Cadastro de Pessoa Física e Cadastro Geral de Contribuintes, endereço completo para correspondência e informações das unidades alienadas.

Art. 239. Os cartórios ficam obrigados a exigir sob pena de responsabilidade, para efeito de escrituração pública de compra e venda de bens imóveis certidão negativa do imóvel, bem como a planta aprovada pelo Município de Piên.

Art. 240. O lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano será:

I - anual, respeitada a situação do bem imóvel no 1º (primeiro) dia do mês de janeiro de cada exercício financeiro, separadamente ou em conjunto com outros tributos;

II - distinto, um para cada imóvel ou unidade imobiliária autônoma, ainda que contíguos ou vizinhos e pertencente ao mesmo contribuinte;

§ 1º Havendo interesse por parte do sujeito passivo, e não contrariando normas tributárias, o contribuinte poderá solicitar anexação ou seccionamento de lançamento desde que cumpridas as exigências regulamentares.

§ 2º Na caracterização da unidade imobiliária, a situação de fato, que deverá ser verificada pelo órgão responsável do Município, terá predominância sobre a descrição do bem imóvel contida no respectivo título.

Art. 241. O imposto será lançado em nome do contribuinte, levando-se em conta os dados ou elementos contidos no cadastro imobiliário do Município de Piên.

§ 1º Se tratando de bem imóvel objeto de compromisso de compra ou venda, a constituição do crédito poderá ser procedido contra o promitente vendedor ou do comprador, ou ainda em nome de ambos, sendo solidária a responsabilidade pelo pagamento do imposto.

§ 2º O lançamento do imposto sobre bem imóvel objeto de enfiteuse, usufruto ou fideicomisso, será procedido em nome do enfiteuta, do usufrutuário ou do fiduciário.

§ 3º Na hipótese de condomínio, o lançamento será constituído:

a) em nome de um, de alguns ou de todos condôminos, sem prejuízo da solidariedade pelo pagamento do imposto por qualquer um dos condôminos;

b) em nome do proprietário, do titular do domínio útil ou do possuidor da unidade autônoma.

§ 4º Para proceder lançamento individualizado no caso do § 3º, alínea "b", o interessado deverá solicitar junto ao órgão responsável do Município de Piên a atualização do cadastro em seu nome, apresentando título de propriedade ou da posse do imóvel.

Art. 242. O sujeito passivo será notificado do lançamento do imposto, por via postal, pessoal, ou por edital, a critério da administração.

§ 1º Tratando-se de terreno, e o sujeito passivo elegendo o domicílio tributário, aceito pelo sujeito ativo, a notificação poderá ser remetida via postal.

~~§ 2º A notificação não implicará necessariamente na entrega do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, ficando o sujeito passivo obrigado a retirá-lo nos locais e prazos indicados pela administração fazendária.~~

§ 2º A notificação não implicará necessariamente na entrega da Guia de Recolhimento - GR, ficando o sujeito passivo obrigado a retirá-la nos locais e prazos indicados pela administração fazendária. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~§ 3º A falta da entrega do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, não tem efeito suspensivo da cobrança do imposto, não garante direito de benefício fiscal após vencimento para pagamento, ficando ainda sujeito as penalidades cabíveis.~~

§ 3º A falta da entrega da Guia de Recolhimento - GR não tem efeito suspensivo da cobrança do imposto, não garante direito de benefício fiscal após vencimento para pagamento, ficando ainda sujeito as penalidades cabíveis. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

§ 4º Quando ocorrer notificação pessoal, a mesma poderá ser feita:

I - diretamente para o sujeito passivo, seus familiares ou empregados;

II - para o ocupante do imóvel tributado;

III - para o administrador do imóvel.

Art. 243. Contestação ou reclamação contra o lançamento deverá ser efetuada 15 (quinze) dias antes do vencimento, fundamentando os fatos em requerimento protocolado.

Parágrafo Único - Após o prazo previsto no presente artigo, somente serão atendidas as solicitações acompanhadas da comprovação do pagamento do tributo.

Art. 244. O lançamento do imposto não implica no reconhecimento da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel.

Art. 245. Os prazos, prorrogação de vencimento, quantidade de parcelas, serão determinados por regulamento do executivo municipal.

Art. 246. Enquanto não ocorrer a decadência tributária, poderá ser efetuado a constituição do crédito tributário contra o sujeito passivo, dos lançamentos omissos, permitindo ainda a retificar lançamentos com a emissão de nova notificação, efetuar lançamentos substitutivos ou complementares, com novo vencimento para sua liquidação.

§ 1º Independente da liquidação, total ou parcial do imposto, poderão ser expedidos lançamentos aditivos, sempre que constatar constituição a menor do crédito tributário, em razão de erro de fato ou por irregularidades administrativas.

§ 2º O prazo para liquidação da obrigação tributária, que trata o parágrafo anterior, não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias da data da emissão da nova notificação.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

~~**Art. 247.** O Imposto Predial e Territorial Urbano será pago de uma só vez ou parceladamente, nos locais indicados e nos prazos previstos nos avisos, notificação ou no Documento de Arrecadação Municipal - DAM.~~

Art. 247. O Imposto Predial e Territorial Urbano será pago de uma só vez ou parceladamente, nos locais indicados e nos prazos previstos nos avisos, notificação ou na Guia de Recolhimento - GR. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

Parágrafo Único - Os vencimentos, a quantidade de parcelas e locais de pagamento, serão determinados por decreto do executivo municipal.

Art. 247-A No caso de pagamento a vista, numa única parcela, na data do vencimento fixado por decreto, haverá desconto de dez por cento do valor do lançamento do imposto. (Redação acrescida pela Lei nº 1006/2009)

Art. 248. Fica o chefe do executivo municipal autorizado a celebrar convênio com estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para efetuar arrecadação de tributos municipais.

Art. 249. O pagamento das parcelas vincendas não implicará na liquidação das parcelas vencidas ou mesmo dos débitos já inscritos em dívida ativa.

~~**Art. 250** Ocorrendo a liquidação da obrigação tributária através de cheque, o mesmo será extinto somente após o saque do referido título ou compensação.~~

~~Parágrafo Único — Na hipótese de ocorrer o pagamento por meio de cheque, será vinculado ao referido documento ao pagamento do imposto, constando do verso do cheque o número do cadastro liquidado, ficando vedado cheques de terceiros, salvo se nominal ao sujeito passivo, que ficará responsável pela liquidação do mesmo. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

Art. 251. Após a liquidação do imposto, o sujeito passivo deverá guardar os recibos autenticados por 5 (cinco) anos, cabendo a ele provar a liquidação da obrigação tributária.

Art. 252. Quando o vencimento do imposto coincidir em dia de sábado, domingo ou feriado, seu vencimento será prorrogado para o próximo dia útil após o feriado.

Art. 253. Ocorrendo o pagamento após o vencimento determinado pela administração fazendária, o contribuinte ficará sujeito as penalidades do artigo 61 deste codex.

Art. 254. Ocorrendo o pagamento da obrigação tributária após o vencimento, sobre o montante serão cobrados juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor, ou fração.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 255. Será considerado infração a inobservância das seguintes exigências:

I - deixar de promover sua inscrição no cadastro imobiliário, ou alterações no prazo determinado pela administração, multa igual 100% (cem por cento) sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal;

II - efetuar reformas, com ou sem acréscimo de área, sem a autorização do município, multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal;

III - realizar obras sem o projeto de construção devidamente aprovado pelo Município de Piên, multa de 20% (vinte por cento) do valor da Unidade Fiscal Municipal para cada metro quadrado de construção, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas nos códigos de obras e posturas municipais;

IV - utilizar o imóvel antes das devidas vistorias, com o fornecimento de habite-se, multa igual a 100% (cem por cento) sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal;

§ 1º Os imóveis lindeiros para ruas e avenidas já pavimentadas com ou mais de cinco anos, que não possuir calçamento e muros serão penalizados com a elevação da alíquota de tributação do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU em 50% (cinquenta por cento) sobre a sua alíquota normal de tributação, desde que disposto no Plano Diretor do Município ou no Plano de Uso e Ocupação de Solo.

§ 2º As edificações que permanecerem por um período igual ou superior a cinco anos sem

utilização poderá ter sua alíquota de tributação elevada em até 100% (cem por cento) a critério da administração, desde que disposto no Plano Diretor do Município ou no Plano de Uso e Ocupação de Solo.

Parágrafo Único - Entende-se por sem utilização, aquele imóvel que não está cumprindo sua função social como habitação, comércio, indústria e prestação de serviços.

§ 3º Os imóveis, edificados ou não, que permanecer por um período igual ou superior a 6 (seis) meses sem os devidos cuidados com a limpeza, será penalizado com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre sua alíquota de tributação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, desde que disposto no Plano Diretor do Município ou no Plano de Uso e Ocupação de Solo.

I - os cuidados com a limpeza a que refere o presente artigo, entende-se manutenção dos terrenos capinados, roçados, livres de entulhos, lixos e manutenção da edificação existente, inclusive muros e calçadas;

II - a penalidade que trata o presente artigo, para sua aplicação independe de notificação, aviso ou auto de infração por parte do fisco municipal.

Art. 256. Após o contribuinte executar os serviços, que por falta dos mesmos está sendo penalizado, deverá requerer junto ao município vistoria do imóvel para retornar a alíquota normal de tributação.

Parágrafo Único - A alíquota de tributação será reduzida somente para o exercício seguinte, sem direito de restituição dos valores recolhidos até a data da solicitação.

SEÇÃO VIII DAS ISENÇÕES

Art. 257. As isenções serão concedidas por leis específicas, sempre que justificar sua aplicação em razão do benefício sócio econômico.

Art. 258. As isenções concedidas com prazo certo, somente serão revogadas atendendo o princípio da anualidade, as demais conforme dispor regulamento do executivo municipal.

Parágrafo Único - As isenções serão sempre concedidas em caráter geral e impessoal, para os contribuintes que se encontrem em situação igual ou equivalente.

Art. 259. Os favores fiscais concedidos não geram direito adquirido, podendo serem revogados a qualquer tempo, salvo se por tempo determinado, respeitando o princípio da anualidade.

SEÇÃO IX DA NÃO-INCIDÊNCIA (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

Art. 259-A Não incide o Imposto Predial e Territorial Urbano sobre a área do imóvel que comprovadamente seja utilizada para exploração de atividade extrativista, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, nos termos do disposto no art. 15 do Decreto Lei Federal nº 57, de 18 de novembro de 1966.

§ 1º Entende-se por atividade extrativista a coleta, recolhida, extração ou captura de produtos de origem animal, vegetal ou mineral.

§ 2º Entende-se por atividade agrícola o conjunto de técnicas utilizadas para cultivar plantas com o objetivo de obter alimentos, fibras, energia, matéria-prima para roupas, construções, medicamentos, ferramentas, ou apenas para contemplação estética.

§ 3º Entende-se por atividade pecuária a arte ou o conjunto de processos técnicos usados na domesticação e criação de animais com objetivos econômicos, feita no campo.

§ 4º Entende-se por atividade agroindustrial a atividade econômica de produção de mercadorias destinadas à alimentação humana ou animal.

§ 5º Para reconhecimento por parte da administração fazendária da não incidência de que trata o art. 259-A o contribuinte deverá comprovar a utilização do imóvel predominantemente para exploração econômica de uma ou mais atividades previstas no caput deste artigo, preferencialmente acompanhada de memorial descritivo da área utilizada para exploração das atividades e mapa, elaborados por profissional habilitado. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

Capítulo III

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS A ELE RELATIVOS - ITBI

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 260. O imposto sobre transmissão de bens imóveis, mediante ato oneroso "inter vivos", tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física, conforme definido no código civil;

II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referentes aos incisos anteriores.

Art. 261. A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

I - compra e venda, atos ou condição equivalente;

II - dação em pagamento;

III - permuta;

IV - arrematação ou adjudicação, hasta pública;

V - incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica, exceto os previstos no artigo 262, incisos III e IV;

VI - transferência do patrimônio de pessoa jurídica para qualquer um dos seus sócios, acionistas, ou seus sucessores;

VII - reposições que ocorram:

- a) nas partilhas efetuadas em virtude de dissolução da sociedade conjugal ou morte quando o cônjuge ou herdeiros receber, dos imóveis situados no Município de Piên, quota-parte, cujo valor seja maior do que o da parcela que lhe caberia na totalidade desses bens imóveis;
- b) nas divisões para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida por qualquer condômino quota-parte superior a que lhe caberia da quota parte ideal.

VIII - mandato em causa própria em seus substabelecimentos, quando o instrumento conter os requisitos essenciais à compra e venda;

IX - instituição de fideicomisso;

X - enfiteuse e subenfiteuse;

XI - constituídas expressamente nas rendas sobre o imóvel;

XII - concessão real de uso;

XIII - concessão de direitos de usufruto;

XIV - cessão de direitos ao usucapião;

XV - cessão de direitos do arrematante ou adjudicante, depois de assinado o auto de arrematação ou de adjudicação;

XVI - cessão de promessa de venda ou cessão de promessa de cessão;

XVII - cessão física quando houver pagamento de indenização;

XVIII - cessão de direitos sobre permuta de bens imóveis;

XIX - qualquer ato judicial ou extrajudicial "inter vivos" não especificados neste artigo que importe ou se resolva em transmissão a título oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, ou de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

XX - cessão de direitos relativos aos atos mencionados no artigo anterior.

§ 1º Será devido novo imposto:

I - quando o vendedor exercer o direito de prelação;

II - no pacto de melhor comprador;

III - na retrocessão;

IV - na retrovenda.

§ 2º Equipara-se ao contrato de compra e venda para efeitos fiscais:

I - a permuta de bens imóveis por direitos de outra natureza;

II - a permuta de bens imóveis por outros quaisquer bens localizados no território do município;

III - a transação em que seja reconhecido direito que implique em transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos.

SEÇÃO II
DAS IMUNIDADES E DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 262. O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos quando:

I - o adquirente for a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e suas respectivas autarquias e fundações quando atendidos aos requisitos da lei;

II - o adquirente tratar-se de partido político, inclusive suas fundações, atendendo os requisitos da lei; templo de qualquer culto, instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, atendendo os requisitos da lei, e entidades sindicais de trabalhadores, para atendimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes;

III - efetuada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica para realização de seu capital social;

IV - decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

§ 1º O disposto nos incisos III e IV deste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locação e bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 2º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subseqüentes à aquisição decorrer de compra e venda de bens imóveis ou de direitos a ele relativos, de locação ou de arrendamento mercantil de imóveis.

§ 3º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando em consideração os três primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§ 4º Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da sua aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles.

§ 5º As instituições sindicais, de educação e de assistência social deverão observar os seguintes requisitos:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação em resultado;

II - aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

III - manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua perfeita exatidão.

SEÇÃO III
DAS ISENÇÕES

Art. 263. São isentos de impostos:

- I - a extinção do usufruto, quando o seu instituidor tenha continuado dono da sua propriedade;
- II - a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens do casamento;
- III - a transmissão em que o alienante seja o Município de Piên;
- IV - a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;
- V - a transmissão decorrente de investidura;
- VI - a transmissão decorrente da execução de plano de habitação para população de baixa renda, promovido ou executado por órgão do governo ou por seus agentes, quando o mutuário for o próprio construtor de sua unidade, pelo sistema de mutirão ou equivalente;
- VII - as transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

SEÇÃO IV DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 264. O imposto é devido pelo adquirente ou cessionário do bem imóvel ou do direito a ele relativo.

Art. 265. Nas condições que se efetuarem sem o pagamento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis, por esse pagamento, o transmitente e o cedente, bem como o tabelião que lavrar o documento público sem o recolhimento do imposto devido.

SEÇÃO V DA BASE DE CÁLCULO

Art. 266. A base de cálculo do imposto é o valor da transação pactuada no negócio jurídico, ou valor venal atribuído ao imóvel, conforme dispor regulamento do executivo municipal, ou direito transmitido.

§ 1º Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou preço pago, caso este seja maior.

§ 2º Nas reposições a base de cálculo será o valor da fração ideal.

§ 3º Na instituição de fideicomisso, a base de cálculo será o valor do negócio, ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem ou do direito transmitido, caso seja maior.

§ 4º Nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis, a base de cálculo será o valor do negócio, ou 30% (trinta por cento) do valor venal do bem imóvel, se maior.

§ 5º Na concessão real de uso, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 40% (quarenta por cento) do valor venal do bem imóvel, caso seja maior.

§ 6º No caso de cessão de direitos de usufruto, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico, ou 70% (setenta por cento) do valor venal do bem imóvel, caso seja maior.

§ 7º No caso de acessão física, a base de cálculo será o valor da indenização ou valor da fração ou acréscimo transmitido, se maior.

§ 8º Quando a fixação do valor venal do bem imóvel ou direito transmitido conter o valor da terra nua atribuído pelo órgão federal competente, o Município deverá reavaliá-lo.

§ 9º Quando tratar-se de bem imóvel localizado dentro do perímetro urbano, ou de expansão urbana, conforme legislação vigente, poderá utilizar-se como base de cálculo o mesmo valor utilizado para o lançamento de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, com seus valores atualizados para o dia do recolhimento do imposto devido, quando este for maior que os demais valores.

§ 10. A impugnação do valor fixado como base de cálculo do imposto, será remetida para o órgão competente do Município, acostado do laudo técnico de avaliação do imóvel ou direito transmitido, fundamentando sua impugnação.

SEÇÃO VI DAS ALÍQUOTAS

Art. 267. O imposto será calculado aplicando-se, sobre o valor estabelecido como base de cálculo a alíquota de 2% (dois por cento).

Parágrafo Único - Tratando - se do primeiro imóvel residencial e único do contribuinte, com área edificada não superior a 80,00 m2 e a área do terreno inferior a 300,00 m2 a alíquota será de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

SEÇÃO VII DO PAGAMENTO

Art. 268. O pagamento do imposto será efetuado no ato do fato impositivo, não cabendo parcelamento ou dilatação de prazo.

Art. 269. Ocorrendo redução da base de cálculo, pós transmissão, não caberá direito de restituição de valor pago.

Art. 270. O imposto uma vez recolhido, somente será restituído nos seguintes casos:

I - anulação de transmissão decretada por autoridade judiciária, em decisão definitiva;

II - nulidade do ato jurídico;

III - rescisão contratual ou cancelamento de arrematação conforme previsto no artigo 1.136 do Código Civil ou o que venha a substituir.

Art. 271. A guia de recolhimento do imposto será expedida pelo órgão competente do órgão competente, conforme dispor regulamento próprio.

~~**Art. 272.** Ocorrendo a liquidação do imposto através de cheque, somente será extinto o crédito tributário após a compensação do referido documento em favor do sujeito ativo. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

~~**Art. 273.** Na hipótese de pagamento do imposto com cheque, não será aceite cheques de terceiros, sendo que deverá ser vinculado o pagamento do imposto ao cheque do sujeito passivo. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

SEÇÃO VIII DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Art. 274. O sujeito passivo é obrigado a apresentar na repartição competente do órgão competente do Município, os documentos e informações necessárias ao lançamento do imposto conforme dispor regulamento próprio.

Art. 275. Os tabeliães e escrivães não poderão lavrar instrumentos, escritura ou termos judiciais sem que o imposto devido tenha sido recolhido, sob pena do pagamento do valor imposto.

Art. 276. Os tabeliães e escrivães transcreverão a guia de recolhimento do imposto nos instrumentos, escrituras ou termos judiciais que lavrarão, constando todas as informações da guia.

Art. 277. Todos aqueles que adquirirem bens ou direitos, cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador do imposto, estão obrigados a apresentar seu título, ao fisco municipal no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que foi lavrado o contrato, carta de adjudicação, ou de arrematação ou qualquer outro título representativo do ato de transmissão do bem ou do direito.

SEÇÃO IX DAS PENALIDADES

Art. 278. O adquirente de imóvel ou direito que não apresentar o seu título à repartição fiscalizadora, no prazo legal, fica sujeito a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do imposto.

Art. 279. A falta do recolhimento do imposto no prazo determinado, implicará em multa, igual a 30% (trinta por cento) sobre o valor do imposto devido.

Parágrafo Único - A falta do cumprimento do artigo 275, implicará aos serventuários multa igual a 40% (quarenta por cento) do valor do imposto devido.

Art. 280. A omissão ou documentos com erros, e declaração fraudulenta que possa reduzir a base de cálculo do imposto sujeitará o contribuinte a multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor omisso ou sonegado.

Parágrafo Único - A mesma penalidade do presente artigo, será aplicada a qualquer pessoa que

intervir nos negócios jurídico ou declaração que possa precisar o valor do bem imóvel ou direito transmitido.

Art. 281. O crédito tributário, não sendo liquidado no prazo determinado, fica sujeito a atualização do valor, sem prejuízo das demais penalidades previstas.

Art. 282. Aplicam-se, no que couberem, os princípios, normas e demais disposições desta lei relativo a administração tributária.

TÍTULO VIII DAS TAXAS

Capítulo I DAS TAXAS DECORRENTES DAS ATIVIDADES DO PODER DE POLÍCIA

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 283. Considera-se poder de polícia a atividade da administração municipal que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática do ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público, concernente à segurança, à ordem, aos costumes, à disciplina de produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas, dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou respeito à propriedade e ao direito individual ou coletivo, no território do Município de Piên.

Art. 284. As taxas decorrentes das atividades do poder de polícia do Município de Piên classificam-se em:

~~I - licença para localização e funcionamento de estabelecimento de produção comércio, indústria, prestação de serviços e congêneres;~~

I - taxa de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos de produção comércio, indústria, prestação de serviços e congêneres; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~II - licença para comércio ambulante;~~

II - taxa de fiscalização e verificação regular de funcionamento de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e outros; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~III - licença para execução de arruamento, loteamento e obras em geral;~~

III - taxa de licença para execução de obras e aprovação de desmembramentos e loteamentos; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~IV - licença para publicidade;~~

IV - taxa de licença para comércio ambulante; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~V - licença para ocupação de solo em vias e logradouros públicos;~~

V - taxa de licença para publicidade; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~VI - licença para fiscalização de saúde pública e da vigilância sanitária;~~

VI - taxa de licença para ocupação de solo em vias e logradouros públicos; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~VII - taxa de fiscalização e verificação regular de funcionamento de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e outros;~~

VII - taxa de licença sanitária; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~VIII - taxa de fiscalização de obra pública; (Revogado pela Lei nº 1180/2013)~~

~~XIX - taxa de fiscalização de impacto ambiental;~~

IX - taxa de fiscalização de impacto ambiental; (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~X - taxa de fiscalização de transporte urbano; (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

~~XI - taxa de fiscalização de funcionamento de estabelecimentos com funcionamento em horários extraordinários; (Revogado pela Lei nº 1180/2013)~~

~~XII - taxa de fiscalização de utilização de som mecânico e som ao vivo; (Revogado pela Lei nº 1180/2013)~~

~~XIII - taxa para cobrança de limpeza pública, coleta de lixo, iluminação pública, conservação de vias e logradouros públicos e combate a incêndio; (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

~~XIV - taxa de licença e taxa de fiscalização, vistoria e segurança contra incêndio. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

Art. 285. É contribuinte das taxas de poder de polícia, o beneficiário do ato concessivo, pessoa jurídica ou física.

Capítulo II

DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 286. Todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial, prestadores de serviços, agropecuária e demais atividades, não poderão localizar-se no Município de Piên, sem o prévio exame e fiscalização das condições de localização concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranqüilidade pública ou o respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, bem como para garantir o cumprimento da legislação urbanística.

§ 1º Pela prestação dos serviços que trata o presente artigo, será cobrada a taxa no ato da vistoria, independente de ser ou não concedido o alvará de licença para localização funcionamento.

§ 2º A licença para localização será concedida após a vistoria inicial das instalações, levando em consideração o tipo de atividade constante da solicitação de alvará de licença e o local onde pretende exercer as atividades.

§ 3º O alvará de licença deverá ser fixado em local visível e de fácil acesso do fisco municipal, conforme dispor regulamento próprio da administração fazendária.

§ 4º Toda licença será concedida a título precário, ficando sujeita a fiscalização de regular funcionamento anualmente para os exercícios seguintes.

§ 5º As atividades cujo exercício dependem de autorização de competência da União ou do Estado, não estão dispensadas do pagamento da taxa que trata o presente artigo, inclusive serviços advocatícios quer como escritórios ou não.

§ 6º Consideram-se contribuintes distintos para efeito da concessão e cobrança da taxa:

I - os que, estejam localizados em prédios distintos ou diversos, contudo sob a mesma responsabilidade e ramos de negócios;

II - os que, embora no mesmo local, ainda que com idênticos ramos de negócios, pertencem à diferentes pessoas jurídicas ou físicas.

§ 7º O valor da taxa será calculado conforme tabela própria, e deverá ser liquidado de uma só vez, conforme dispor regulamento da administração fazendária.

Art. 287. A concessão de toda e qualquer licença tem validade somente para o exercício em que foi concedida, ficando sujeita a fiscalização para o exercício seguinte, através do serviço de fiscalização de regular funcionamento.

Parágrafo Único - Será exigida a renovação da licença, sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.

Art. 288. As taxas pelo exercício do poder de polícia cobradas pelo Município de Piên, tem como fato gerador o exercício regular do poder polícia, materializado no boletim de vistoria lavrado no ato da fiscalização ou qualquer outro ato equivalente.

SEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO

Art. 289. A base de cálculo das taxas pelo exercício do poder polícia será o valor estimado pelas atividades administrativas tendentes à realização do fato imponible.

Art. 290. O poder executivo fixará em ato administrativo a unidade de valor estimado para atividades tendentes à realização do fato imponible de cada taxa, multiplicado pelo número de atividades exercidas pelo sujeito passivo, constante da sua concessão, conforme a tabela própria.

Art. 291. O valor referência para compor a base de cálculo a que se refere o artigo 290 da presente lei, será a Unidade Fiscal Municipal ou qualquer outra que a venha substituí-la, conforme regulamentação própria do executivo municipal

Art. 292. Fica vedado o uso da área do estabelecimento comercial, industrial ou prestadores de serviços, bem como o número de empregados para base de cálculo da taxa de licença para

localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e outros.

SEÇÃO III DA INSCRIÇÃO

Art. 293. No ato da inscrição o sujeito passivo deverá informar ao fisco municipal, os elementos necessários para sua inscrição no cadastro de atividades econômicas, permitindo sua perfeita identificação e qualificação, bem como dos seus responsáveis, conforme dispor regulamento próprio.

§ 1º Deverão ser promovidas tantas inscrições quantos forem os estabelecimentos ou locais de atividades, independente de tratar-se de pessoa jurídica ou física.

§ 2º A inscrição do estabelecimento ou local da atividade deverá ser realizada até a data do início do funcionamento, após este prazo o sujeito passivo será penalizado com as medidas cabíveis.

§ 3º Para alterar o ramo ou endereço comercial, o sujeito passivo deverá solicitar sua alteração no cadastro municipal no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da ocorrência do fato.

§ 4º Ocorrendo alterações societária ou aumento de capital ou fato equivalente, o sujeito passivo deverá comunicar o fisco municipal no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 294. O requerente ou seus sócios que constar pendências junto ao fisco municipal terá sua solicitação suspensa até que as mesmas sejam solucionadas.

Parágrafo Único - Entende-se por pendências, débitos inscritos ou não em dívida ativa, pessoa jurídica ou física cadastrada e paralisada sem a devida baixa ou cancelamento, ou ainda em processo de falência, e para verificar tal fato será utilizado o Cadastro de Pessoa Física ou Cadastro Geral de Contribuintes dos requerentes.

SEÇÃO IV DO LANÇAMENTO

Art. 295. O lançamento da taxa que trata o artigo 284, inciso I, será efetuado de ofício pela administração fazendária anualmente, ou na concessão da licença, com a expedição dos atos que constituem seu fato imponível, conforme regulamento próprio da administração fazendária.

Art. 296. O lançamento será efetuado com as informações constantes do cadastro do sujeito passivo, por ele fornecido ou constatado pelo fisco municipal.

~~**Art. 297.** Todo lançamento será efetuado com a expedição do Documento de Arrecadação Municipal - DAM.~~

Art. 297. Todo lançamento será efetuado com a expedição da Guia de Recolhimento - GR. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

Art. 298. Sendo constatado a existência de estabelecimento, sem a sua inscrição no cadastro municipal, o fisco municipal poderá arbitrar seu lançamento, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Parágrafo Único - Sempre que o fisco municipal arbitrar o lançamento, será efetuado através de auto de infração, onde identificará o sujeito passivo.

SEÇÃO V DA ARRECADAÇÃO

Art. 299. A taxa será recolhida de uma só vez nos prazos e locais indicados pela administração fazendária, conforme regulamento próprio.

Art. 300. O fato do recolhimento da taxa não implicará no reconhecimento por parte da administração da autorização do funcionamento do estabelecimento ou da obrigação de conceder a licença requerida.

Art. 301. O executivo municipal fica autorizado a celebrar convênio com estabelecimentos comerciais ou prestadores de serviços para arrecadar a referida taxa.

SEÇÃO VI DAS PENALIDADES

Art. 302. O sujeito passivo que deixar de cumprir as normas previstas, sofrerá as seguintes penalidades:

I - deixar de promover sua inscrição no cadastro municipal até a data do início de suas atividades, multa 100% (cem por cento) sobre a Unidade Fiscal Municipal;

II - quando notificado pelo fisco municipal e não cumprir as exigências no prazo determinado, a penalidade será de 100% (cem por cento) sobre a Unidade Fiscal Municipal;

III - na reincidência o sujeito passivo será penalizado em dobro da penalidade do inciso I, com o fechamento de imediato do estabelecimento, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis;

~~IV - deixar de comunicar a troca de ramo de atividade ou alteração societária, ou qualquer outra modificação do estabelecimento, multa de 100% (cem por cento) sobre a unidade fiscal;~~

IV - deixar de comunicar a troca ou ampliação de ramo de atividade, a alteração societária, a alteração de endereço, o encerramento da atividade ou qualquer outra modificação do estabelecimento, multa de 100% (cem por cento) sobre a unidade fiscal. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

V - pelo funcionamento de atividades em desacordo com aquelas autorizadas no Alvará de Licença concedido pelo órgão fazendário, multa de 100% (cem por cento) sobre a Unidade Fiscal Municipal; (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

VI - no caso de não estar o estabelecimento funcionando de acordo com as disposições legais que lhe forem pertinentes, poderá ser aplicada a interdição do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação das penas de caráter pecuniário; (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

VII - pelo não cumprimento de Edital de Interdição, multa diária de 100% (cem por cento) sobre a unidade fiscal. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

Art. 303. Falta de pagamento da taxa, implicará nas penalidades elencadas nos artigo 61 deste codex.

SEÇÃO VII DAS ISENÇÕES

Art. 304. Ficam dispensados do pagamento da taxa de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e outros congêneres, as seguintes atividades:

I - os vendedores ambulantes de jornais e revistas, exclusivamente;

II - os engraxates ambulantes;

III - os vendedores de artigos de artesanato e arte, sendo os produtores;

IV - os vendedores ambulantes de frutas e verduras, sendo os produtores;

V - as associações de classes, religiosas, estudantil, clubes esportivos, instituições educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos e atendido os princípios legais.

Parágrafo Único - A dispensa do pagamento da taxa não desobriga o contribuinte a proceder sua inscrição no cadastro fiscal da Prefeitura Municipal.

~~Capítulo III~~

~~TAXA DE FISCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO REGULAR DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONGÊNERES E ESTABELECIMENTOS COM FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO EXTRAORDINÁRIO~~

Capítulo III

TAXA DE FISCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO REGULAR DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONGÊNERES (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 1180/2013)

SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA

Art. 305. Todo e qualquer estabelecimento, comercial, industrial, prestadores de serviços, agropecuária e demais atividades, estabelecidos no Município de Piên, estão sujeitos a vistorias do serviço de fiscalização, das condições de higiene, segurança, à saúde, da ordem e dos costumes e do regular funcionamento conforme autorização inicial.

Art. 306. Toda reformulação de alvará implicará em nova vistoria e fiscalização.

Art. 307. A Prefeitura do Município de Piên promoverá diligência, anualmente ou quando julgar necessário, com finalidade de verificar se os estabelecimentos ou locais de atividades mantêm as necessárias condições concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem e aos costumes.

Art. 308. É passível de revogação a licença inicial quando não observadas as exigências desse código e das demais legislações pertinentes.

SEÇÃO II DA SUJEIÇÃO PASSIVA E DO FATO GERADOR

Art. 309. São contribuintes da taxa de verificação de regular funcionamento os estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços, e congêneres, nas formas de pessoas físicas ou jurídicas que explore qualquer atividade em estabelecimento ou local a que se refere a diligência e fiscalização anual ou periódica das condições do estabelecimento ou local concernentes à segurança, à higiene, à saúde, à ordem e aos costumes.

Parágrafo Único - Aplica-se o presente artigo para todas as classes profissionais, sem distinção de atividade ou profissão.

~~**Art. 310.** A taxa de verificação e regular funcionamento tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia exercido pelo Município de Piên, materializado no laudo de vistoria efetuado pelo serviço de fiscalização do Município de Piên.~~

~~Parágrafo Único - O laudo de vistoria a que refere o presente artigo será lavrado no ato da diligência na presença do responsável pelo estabelecimento ou do local de atividade, ou do seu representante, que será oferecido uma cópia para o vistoriado.~~

Art. 310. A Taxa de Fiscalização e Verificação Regular de Funcionamento de Estabelecimentos tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia exercido pelo Município de Piên, materializado pela atuação dos órgãos competentes do Executivo, desenvolvendo atividades permanentes de controle, vigilância ou fiscalização do cumprimento da legislação municipal disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, transportes, ordem ou tranquilidade públicas, relativamente aos estabelecimentos de produção, indústria, comércio, prestação de serviços e congêneres situados no Município.

Parágrafo Único - Sempre que for realizada diligência ou vistoria no local do estabelecimento será lavrado laudo ou termo respectivo no ato da diligência ou vistoria na presença do responsável pelo estabelecimento ou atividade, ou do seu representante, sendo oferecida cópia do documento expedido. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO E DO LANÇAMENTO

~~**Art. 311.** A taxa de verificação de regular funcionamento de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e congêneres será calculada conforme disposto na tabela própria.~~

Art. 311. A Taxa de Fiscalização e Verificação Regular de Funcionamento de Estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e congêneres tem como base de cálculo as atividades desenvolvidas pelos órgãos competentes do Executivo voltadas ao controle, vigilância ou fiscalização do cumprimento da legislação municipal disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, transportes, ordem ou tranquilidade públicas, conforme disposto na tabela própria. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

Art. 312. O lançamento será efetuado anualmente conforme dispor regulamento próprio da

administração fazendária.

Parágrafo Único - O crédito tributário poderá ser constituído antes ou depois da vistoria do fisco municipal, desde que dentro do exercício financeiro.

Art. 313. O lançamento da taxa a que se refere o artigo 311 será efetuado de ofício, pelo departamento competente com base nas informações constante do cadastro inicial do sujeito passivo, ou pelas informações coletadas pelo serviço de fiscalização no ato da vistoria.

Art. 314. O contribuinte fica obrigado a atualizar seu cadastro sempre que ocorrer alterações, conforme previsto no artigo 293 e seus parágrafos.

SEÇÃO IV DA ARRECADAÇÃO

Art. 315. A taxa será arrecadada nos termos dos artigos 299 a 301 da presente lei.

SEÇÃO V DAS PENALIDADES

Art. 316. Estão sujeitos as penalidades previstas nos artigos 61 e 302 da presente lei.

SEÇÃO VI DAS ISENÇÕES

Art. 317. Concedem-se os mesmos benefícios previstos no artigo 304 deste codex.

~~Capítulo IV TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS~~

Capítulo IV TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTOS E LOTEAMENTOS (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 1180/2013)

SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

~~**Art. 318** A taxa de licença para execução de obras particulares tem como fato gerador a atividade municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências da administração a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, que pretenda realizar obras particulares de construção civil, de qualquer espécie, inclusive reconstrução, reformas e demolição, bem como~~

~~executar arruamentos e loteamentos em terrenos particulares ou não.~~

Art. 318. A Taxa de Licença para Execução de Obras e Aprovação de Desmembramentos e Loteamentos tem como fato gerador a atividade de poder de polícia municipal de vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências da legislação aplicável ao zoneamento, uso, ocupação e parcelamento do solo, a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, que pretenda executar obras de construção civil, de qualquer espécie, inclusive reconstrução, reformas e demolição, bem como executar desmembramentos e loteamentos em terrenos particulares ou não. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO II DA SUJEIÇÃO PASSIVA

Art. 319. É contribuinte da taxa a pessoa física ou jurídica, interessada na realização das obras sujeitas ao licenciamento ou a fiscalização da Prefeitura do Município de Piên.

SEÇÃO III DA INSCRIÇÃO

Art. 320. No ato da solicitação da licença em forma de alvará, o contribuinte deverá fornecer à fazenda municipal, todos os elementos necessários à perfeita inscrição no cadastro fiscal municipal

SEÇÃO IV DA BASE DE CÁLCULO

~~**Art. 321.** A taxa de licença para execução de obras particulares será calculada de conformidade com tabela própria.~~

Art. 321. A Taxa de Licença para Execução de Obras e Aprovação de Desmembramentos e Loteamentos tem como base de cálculo as atividades desenvolvidas pelos órgãos municipais no controle e fiscalização do cumprimento da legislação municipal disciplinadora do zoneamento, uso, ocupação e parcelamento do solo, calculada de conformidade com tabela própria. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 322. A taxa de licença será lançada em nome do contribuinte de uma só vez.

Parágrafo Único - Ocorrendo o deferimento do pedido, e não havendo o início das obras no prazo de 6 (seis) meses, a licença ficará sujeita a sua renovação, sem prejuízo da cobrança da taxa de renovação da autorização.

SEÇÃO VI
DA ARRECADAÇÃO

Art. 323. A taxa será arrecadada no ato da expedição da licença, nos locais indicados pela administração fazendária, conforme regulamento próprio.

SEÇÃO VII
DAS ISENÇÕES

~~**Art. 324.** Ficam dispensados do pagamento da taxa de licença para execução de obras particulares:~~

Art. 324. Ficam dispensados do pagamento da taxa de licença para execução de obras: (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

I - limpeza ou pintura externa de prédios ou residências, muros, grades ou equivalente;

II - construções de muros e passeios;

III - as construções provisórias destinadas a guardar materiais no local da obra licenciada;

IV - construção residencial padrão popular com área máxima de 70,00 m² (setenta metros quadrados), quando o projeto de construção for fornecido pelo Município de Piên ou por entidade conveniada.

V - aprovação de projetos de interesse público ou social, vinculados direta ou indiretamente pela administração municipal.

VI - obras de instituições, sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública pelo Município de Piên.

Parágrafo Único - A dispensa do pagamento da taxa que trata o presente artigo, não exime o contribuinte de sua inscrição no cadastro fiscal da Prefeitura do Município de Piên.

SEÇÃO VIII
DAS PENALIDADES

~~**Art. 325.** O sujeito passivo que iniciar qualquer obra sem a sua devida inscrição no cadastro fiscal do Município de Piên, ficará sujeito as seguintes penalidades:~~

Art. 325. O sujeito passivo que iniciar qualquer obra sem a sua devida inscrição no cadastro fiscal do Município de Piên ou sem o respectivo Alvará de Licença para Execução de Obra, ficará sujeito as seguintes penalidades: (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

I - interdição das obras;

~~II - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal por metro quadrado de construção;~~

II - multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal. (Redação dada pela

Lei nº 1180/2013)

Parágrafo Único - O sujeito passivo que descumprir a ordem de interdição das obras será penalizado com multa diária de 100% (cem por cento) sobre a unidade fiscal. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

Capítulo V
TAXA DE LICENÇA PARA COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA

Art. 326. A taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante tem como fato gerador a atividade municipal de permissão, vigilância, controle e fiscalização do cumprimento das exigências da administração a que se submete qualquer pessoa física ou jurídica que pretenda praticar o comércio eventual ou ambulante no território do Município de Piên.

SEÇÃO II
DA SUJEITO PASSIVO

Art. 327. É contribuinte da taxa a pessoa física ou jurídica que exerça a prática do comércio eventual ou ambulante, sem localização fixa, com ou sem a utilização de veículos ou qualquer outro equipamento, sujeito ao licenciamento ou à ação fiscal da Prefeitura do Município de Piên.

Parágrafo Único - A atividade do comércio eventual ou ambulante, será regulamentada por decreto específico do executivo municipal.

Art. 328. Considera-se como comércio eventual ou ambulante toda e qualquer atividade exercida em vias e logradouros públicos, inclusive os vendedores de lanches, doces, e outros congêneres.

SEÇÃO III
DA INSCRIÇÃO

Art. 329. No ato da solicitação da licença em forma de alvará, o contribuinte fornecerá para a administração fazendária todas as informações necessárias para sua perfeita inscrição no cadastro fiscal do Município de Piên, conforme dispor regulamento próprio da administração fazendária.

Parágrafo Único - O interessado deverá anualmente procurar o órgão competente no Município de Piên para renovar sua inscrição, que vencerá sempre no dia 31 de dezembro de cada ano.

SEÇÃO IV
DA BASE DE CÁLCULO

Art. 330. A taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante, será calculada proporcionalmente ao número de dias requeridos para exercer a atividade conforme tabela própria.

SEÇÃO V DO LANÇAMENTO

Art. 331. A taxa será lançada em nome do contribuinte de uma só vez.

SEÇÃO VI DA ARRECADAÇÃO

Art. 332. A taxa será arrecadada de uma só vez no ato da concessão da licença.

SEÇÃO VII DAS ISENÇÕES

Art. 333. Ficam dispensados do pagamento da taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante:

I - os vendedores ambulantes, maiores de 14 (quatorze) anos e menores de 18 (dezoito) anos, de jornais e revistas;

II - os engraxates ambulantes;

III - os cegos, surdos-mudos e deficientes físicos que exercer atividades para sua própria sobrevivência.

Parágrafo Único - A dispensa do pagamento da taxa não desobriga o contribuinte de proceder sua inscrição no cadastro fiscal do Município de Piên.

Art. 334. É vedado o fornecimento de alvará de licença para exercer atividades laborativas para os menores de 14 (quatorze) anos de idade, conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO VIII DAS PENALIDADES

Art. 335. A falta da inscrição do vendedor ambulante, tanto a pessoa física como a jurídica, implicará nas seguintes penalidades:

I - apreensão da mercadoria e dos equipamentos, inclusive do veículo;

II - multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, para cada

autuação.

Capítulo VI
DA TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE

SEÇÃO I
DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 336. A taxa de licença para publicidade tem como fato gerador a atividade do Município de Piên, do ato de fiscalizar qualquer pessoa, física ou jurídica que pretenda utilizar ou explorar por qualquer meio, publicidade em geral, seja em ruas, logradouros públicos ou em locais deles visíveis ou de acesso ao público, incluindo inclusive os cartazes, letreiros, quadros, painéis, placas, anúncios, mostruários fixos ou itinerantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas, quando permitido, e a propaganda falada por meio de amplificadores, alto-falantes e os demais meios.

Parágrafo Único - A propaganda falada por qualquer meio de reprodução, será regulamentada por decreto do executivo municipal, contendo no mínimo as seguintes exigências:

- I - horário para ser realizada;
- II - local onde poderá ser efetuada;
- III - a quantidade máxima de decibéis permitida;
- IV - período de duração.

Art. 337. São solidários todas e quaisquer pessoas pela observância dos dispositivos previstos nesta legislação, inclusive os beneficiados pelos serviços de publicidade.

Art. 338. O requerimento para a licença deverá ser instruído com as informações necessárias e da foto em cores quando tratar-se de painéis ou equivalente, conter suas dimensões e o local em que será fixado.

§ 1º Para instalação de painéis, placas, letreiros ou equivalentes, deverá observar as normas próprias do município, se o local pretendido será ou não permitido a instalação de tais equipamentos.

§ 2º Pretendendo instalar os equipamentos em propriedades particulares, a solicitação do interessado deverá fazer-se acompanhada da autorização do proprietário.

§ 3º O Município de Piên, reserva-se o direito de remover qualquer dos equipamentos previstos neste artigo, quando os mesmos não atenderem as normas legais previstas.

Parágrafo Único - Em todo anúncio, é obrigatório sua identificação, com a fixação do número da autorização fornecida pelo departamento competente, sob pena de remoção dos instrumentos de publicidade.

SEÇÃO II
DO CÁLCULO E DA ARRECADAÇÃO DA TAXA

Art. 339. A taxa de licença para publicidade será calculada em função de sua modalidade conforme tabela própria.

Art. 340. A arrecadação será efetuada no ato da autorização, nos locais determinados pela administração fazendária.

Parágrafo Único - Quando tratar-se de publicidade de cigarros, bebidas alcoólicas, destiladas ou fermentadas, a taxa será cobrada em dobro do anexo correspondente, ficando vedado sua localização próximo de escolas, colégios ou praças de esportes.

SEÇÃO III DAS ISENÇÕES

Art. 341. Ficam dispensados do pagamento da taxa de licença para publicidade:

I - os letreiros e caracteres destinados para fins cívicos, religiosos e eleitorais;

II - as indicações de endereços sem fins publicitários;

III - as denominações de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços, quando fixas em suas fachadas, paredes, e vitrines internas e externas;

IV - os anúncios publicados em jornais, revistas, catálogos, panfletos e irradiadas por meio dos serviços de radiodifusão.

SEÇÃO IV DAS PENALIDADES

Art. 342. A falta do cumprimento das normas previstas, implicará nas seguintes penalidades:

I - multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM;

II - apreensão dos equipamentos de publicidades, inclusive o veículo se for o caso;

III - serão aplicadas as mesmas penalidades para os anunciantes.

Capítulo VII DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE SOLO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA DO FATO GERADOR

Art. 343. A taxa de licença para ocupação de solo em vias e logradouros públicos, fundada no

poder de polícia do município, tem como fato gerador a atividade municipal de fiscalização a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, que pretenda ocupar o solo em vias e logradouros públicos, mediante localização e instalação e a permanência de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e qualquer outro objeto, depositados ou colocados em vias e logradouros públicos com a finalidade comercial ou prestadora de serviços, em observância as normas municipais de posturas relativas à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranqüilidade, à higiene, ao trânsito e a segurança pública.

Parágrafo Único - Aplicam-se as mesmas normas para os estacionamentos privativos de veículos de aluguel ou não, bem como colocação de postes ou tubulação em locais permitidos ou permissíveis.

SEÇÃO II DO CÁLCULO E DA ARRECADAÇÃO DA TAXA

Art. 344. A taxa de licença para ocupação de solo em vias e logradouros públicos, será calculada conforme disposto em tabela própria.

Art. 345. A taxa a que se refere o artigo 343, será arrecadada no ato da concessão de uma só vez, nos locais indicados pela administração fazendária.

SEÇÃO III DAS ISENÇÕES

Art. 346. Ficam dispensados do pagamento da taxa constante do artigo 343 da presente lei:

- I - as entidades com fins filantrópicos;
- II - as promoções e eventos realizados por entidades religiosas e estudantis;
- III - eventos culturais e artísticos.

SEÇÃO IV DAS PENALIDADES

Art. 347. A inobservância das normas previstas na presente lei implicará na seguintes penalidades:

- I - multa de 100% (cem por cento) sobre a Unidade Fiscal Municipal;
- II - apreensão dos objetos e equipamentos expostos nas vias e logradouros públicos, sem prejuízo dos tributos devidos.

Capítulo VIII
TAXA DE LICENÇA SANITÁRIA (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 1180/2013)

SEÇÃO ID
A INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

~~Art. 348~~ A taxa de vigilância sanitária e de saúde pública tem como fato gerador a atividade municipal de controle e fiscalização de atividades comerciais, industriais, prestadora de serviços e agropastoril, efetuando sobre elas efetiva vigilância sanitária, quanto a qualidade dos produtos para consumo humano ou animal, do local e das condições de trabalho e habitação.

Art. 348. A Taxa de Licença Sanitária tem como fato gerador a atividade municipal dos órgãos competentes de controle, autorização, vigilância e fiscalização das instalações e atividades de pessoa física ou jurídica, estabelecida ou não, que fabrique, produza, beneficie, manipule, acondicione, conserve, deposite, armazene, transporte, distribua, aplique ou venda alimentos, medicamentos e outros produtos, bem como exerça as atividades mencionadas em legislação sanitária específica ou ocupe os locais específicos e os abertos ao público, que, por sua natureza, guardem relação com a saúde, nos termos da legislação mencionada. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~Art. 349~~ É contribuinte da taxa de saúde pública toda pessoa física ou jurídica que utilizar-se das atividades dos serviços prestados pelo Município de Piên em qualquer circunstância.

Art. 349. É contribuinte da Taxa de Licença Sanitária toda pessoa física ou jurídica que exerça as atividades listadas no art. 348 e utilizar-se das atividades dos serviços prestados pelo Município de Piên em fiscalização ou licenciamento a cargo dos órgãos competentes. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO II
DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 350. O lançamento da taxa que trata o artigo 348 da presente lei, será efetuado anualmente ou no ato da concessão da licença ou da prestação dos serviços, conforme dispor regulamento próprio da administração fazendária.

Art. 351. A base de cálculo da taxa de saúde pública é o valor estimado pela administração para manutenção dos serviços, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal Municipal de Piên que será aplicada nos termos de tabela própria.

Parágrafo Único - O valor da taxa será progressivo de acordo com o grau de risco epidemiológico constante da tabela própria.

Art. 352. O sujeito passivo fica obrigado ao pagamento da taxa de uma só vez, nos locais e prazos determinados pela administração fazendária.

~~Art. 353~~ A licença será válida para o exercício em que for concedida, ficando sujeita a sua renovação anual conforme regulamento próprio e aplicação dos Códigos Sanitário Federal e Estadual, no que couber.

Art. 353. A licença será válida para o período de 12 (doze) meses após a sua expedição, ficando sujeita a sua renovação anual conforme regulamento próprio e aplicação dos Códigos Sanitário Federal e Estadual, no que couber. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~**Art. 354** Consideram-se distintos para efeito de lançamento e concessão da taxa de saúde pública:~~

Art. 354. Consideram-se distintos para efeito de lançamento da taxa e concessão de Licença Sanitária: (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

I - os que, embora sob as mesmas responsabilidades e ramos de negócios, estejam situados em locais diversos;

II - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas.

SEÇÃO III DA INSCRIÇÃO

Art. 355. A inscrição será efetuada no cadastro da vigilância sanitária pelo interessado até na data do início das atividades do sujeito passivo, em requerimento protocolado e instruído com documentos conforme regulamento próprio do Município de Piên.

Art. 356. Serão efetuadas tantas inscrições quantas atividades exercer o sujeito passivo para cada estabelecimento ou local de atividades.

~~**Art. 357** A falta da inscrição do contribuinte no cadastro da vigilância sanitária implicará além das penalidades cabíveis, o fechamento do estabelecimento ou local de atividades por tempo indeterminado, sem prejuízo das demais penalidades.~~

Art. 357. Considera-se local de atividades ou estabelecimento, qualquer parte onde se fabrique, produza, beneficie, manipule, acondicione, conserve, deposite, armazene, transporte, distribua, aplique ou venda alimentos, medicamentos e outros produtos, inclusive em vias públicas sobre bancas ou veículos de qualquer natureza. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

Parágrafo Único - Considera-se local de atividades ou estabelecimento, qualquer parte onde exerça manipulação de alimentos, medicamentos, comércio, indústria, prestação de serviços, inclusive em vias públicas sobre bancas ou veículos de qualquer natureza.

SEÇÃO IV DAS PENALIDADES

Art. 358. A falta de pagamento da taxa de saúde pública implicará nas sanções elencadas nos artigo 61 desta lei.

~~**Art. 359** A falta de inscrição no cadastro da vigilância sanitária implicará em multa igual a 100% (cem por cento) sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal, sendo reincidente a multa será aplicada em dobro.~~

Art. 359. O sujeito passivo que deixar de cumprir as normas previstas neste código, sofrerá as seguintes penalidades:

I - A falta de inscrição no cadastro da vigilância sanitária e do respectivo licenciamento até a data do início das atividades do sujeito passivo implicará em multa igual a 100% (cem por cento) sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal, incorrendo na mesma sanção aquele que deixar de renovar a Licença Sanitária no prazo hábil;

II - quando notificado pelo órgão competente pela fiscalização sanitária e não cumprir as exigências no prazo determinado, a penalidade será de 100% (cem por cento) sobre a Unidade Fiscal Municipal;

III - na reincidência o sujeito passivo será penalizado em dobro da penalidade do inciso II, com o fechamento de imediato do estabelecimento, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis;

IV - no caso de não estar o estabelecimento funcionando de acordo com as disposições legais que lhe forem pertinentes, poderá ser aplicada a interdição sumária do estabelecimento, sem prejuízo da aplicação das penas de caráter pecuniário, até a devida regularização;

V - pelo descumprimento da ordem de interdição, multa diária de 100% (cem por cento) sobre a unidade fiscal. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~Art. 360.~~ As demais penalidades serão aplicadas levando em consideração a gravidade da infração cometida, cabendo ao serviço de vigilância sanitária a notificação e a autuação do infrator conforme previsto na legislação Federal e Estadual, que trata sobre o assunto e regulamento próprio da Vigilância Sanitária do Município de Piên.

Art. 360. As penalidades serão aplicadas levando em consideração a gravidade da infração cometida, cabendo ao serviço de vigilância sanitária a notificação e a autuação do infrator conforme previsto na legislação Federal e Estadual, que trata sobre o assunto e regulamento próprio da Vigilância Sanitária do Município de Piên. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO V DAS ISENÇÕES

Art. 361. Ficam dispensados do pagamento da taxa de saúde pública, as seguintes atividades:

I - os serviços de caráter social, sem fins lucrativos;

II - as associações de classes, religiosas, estudantis, clubes esportivos, instituições educacionais, e de assistência social sem fins lucrativos, atendido os princípios legais.

Capítulo IX DAS TAXAS DECORRENTES DA UTILIZAÇÃO EFETIVA OU POTENCIAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECÍFICOS E DIVISÍVEIS, PRESTADOS AO CONTRIBUINTE OU COLOCADOS A SUA DISPOSIÇÃO

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 362. As taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou colocados a sua disposição, são as

seguintes:

~~I - taxa de limpeza pública e coleta de lixo doméstico;~~

I - taxa de coleta de lixo; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~II - taxa de combate a incêndio;~~

II - taxa de autenticação de livros e documentos fiscais em geral; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~III - taxa de iluminação pública;~~

III - taxa de conservação e liberação de bem apreendidos; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~IV - taxa de conservação de vias e logradouros públicos.~~

~~IV - taxa de consulta prévia; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012) (Revogado pela Lei nº 1244/2015)~~

V - taxa de fornecimento de certidões. (Redação acrescida pela Lei nº 1150/2012)

VI - taxa de combate a sinistros. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

~~Parágrafo Único - A base de cálculo das taxas é o valor estimado para seu custeio e manutenção, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal Municipal que será aplicado conforme tabelas próprias.~~

Parágrafo Único - A base de cálculo das taxas é o valor estimado para o custeio e manutenção da atividade administrativa a que se relaciona, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal Municipal que será aplicado conforme tabelas próprias. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~Art. 363 - As isenções do pagamento da taxa de que trata o artigo 359 da presente lei serão regulamentadas através decreto do executivo municipal. (Revogado pela Lei nº 1180/2013)~~

~~Capítulo X~~

~~DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO~~

Capítulo X

DA TAXA DE COLETA DE LIXO (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 1180/2013)

~~SEÇÃO I~~

~~DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR~~

SEÇÃO I

DO FATO GERADOR (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~Art. 364 - Os serviços decorrentes da utilização da limpeza pública e da coleta de lixo específicos e divisíveis, prestados ou colocados a disposição do sujeito passivo, são os seguintes:~~

~~I - a limpeza de galerias pluviais, bocas de lobo, bueiros e irrigações;~~

~~II - a varrição, lavagem de vias e logradouros públicos;~~

~~III - coleta de lixo superior a 1,00 m³ (um metro cúbico) por dia, com taxa diferenciada~~

~~regulamentada através de decreto municipal.~~

~~Parágrafo Único - O fato gerador das taxas constantes do presente artigo é a efetiva prestação do serviço ou a sua colocação a disposição do sujeito passivo.~~

Art. 364. A Taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo, domiciliar ou não, prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo Único - As remoções especiais de lixo, entulhos, escombros e resíduos industriais serão feitas mediante o pagamento de Preço Público, que será estabelecido mediante Decreto do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~SEÇÃO II~~

~~DO SUJEITO PASSIVO~~

SEÇÃO II

DO SUJEITO PASSIVO (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~**Art. 365** - O sujeito passivo da taxa é o proprietário, o titular do domínio ou o possuidor a qualquer título de imóveis localizados em logradouros públicos ou particulares onde o Município mantenha, com regularidade, quaisquer dos serviços constantes do artigo anterior.~~

Art. 365. É contribuinte da taxa o gerador de resíduos sólidos convencionais e recicláveis, identificado pela condição de proprietário, de titular do domínio útil ou de possuidor a qualquer título de unidade imobiliária edificada autônoma, estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço de qualquer natureza, individualizado e identificado pelo cadastro municipal de contribuintes, devidamente atendido pelo serviço regular de coleta de resíduos sólidos.

Parágrafo Único - No caso de edifícios de apartamentos, salas comerciais, condomínios residenciais ou comerciais, a taxa incidirá sobre as unidades autônomas e condomínios. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~SEÇÃO III~~

~~DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO~~

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~**Art. 366** - Os serviços referidos no artigo 364, incisos I, II, III e IV, serão cobrados de acordo com tabela própria.~~

Art. 366. A Taxa de Coleta de Lixo tem como base de cálculo geral o custo despendido com a prestação do serviço, assim entendido o valor gasto na contratação de empresas terceirizadas para a realização da coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo ou nos custos da administração quando esta prestar todos ou alguns dos serviços referentes à coleta, calculado proporcionalmente ao volume de lixo produzido pelo sujeito passivo. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~**Art. 367** - A taxa que trata o artigo 364 será lançada de ofício pelo departamento competente, em conjunto com outros tributos ou individualmente, conforme dispor regulamento próprio.~~

Art. 367. A Taxa de Coleta de Lixo incide sobre o recolhimento de lixo comercial, industrial, de prestação de serviços e residencial, não se aplicando ao recolhimento de lixo proveniente de

serviços de saúde. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~Art. 368~~ O chefe do poder executivo municipal fica autorizado a transferir os serviços que trata o artigo 364, incisos I, II e III, através de licitação para iniciativa privada.

Art. 368. A Taxa de Coleta de Lixo corresponde aos valores expressos em UFM na tabela própria constante do Anexo VI, obtidos através de metodologia que especifica. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

Art. 369. Ocorrendo lançamento em conjunto, será obrigatório a identificação na notificação dos tributos lançados.

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

~~Art. 370~~ O pagamento da taxa será efetuado conforme dispôr regulamento próprio da administração fazendária.

Art. 370. O lançamento da Taxa de Coleta de Lixo é anual, ocorrendo através de edital publicado a cada ano, tendo por base a Unidade Fiscal Municipal - UFM, considerando a classificação do gerador de lixo (residencial e utilidade pública, comercial e industrial), a categoria (segundo padrões de consumo) e número de economias de uso do imóvel. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

Art. 370-A A taxa será paga em cota única ou em parcelas mensais.

§ 1º Regulamento tratará sobre o pagamento parcelado da taxa.

§ 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a arrecadação da Taxa de Coleta de Lixo através das faturas mensais de água ou de energia elétrica, emitidas pelas concessionárias locais desses serviços públicos, desde que a contratação se dê conforme as regras de licitação vigentes ou convênio.

§ 3º Quando a arrecadação da taxa se der através das faturas mensais de água ou energia elétrica, será mantida a mesma data de vencimento da conta de água ou energia elétrica. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO V

DAS ISENÇÕES (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

Art. 370-B Desde que cumpridas as exigências da legislação tributária, fica isento da Taxa de Coleta de Lixo o bem imóvel:

I - de uso exclusivamente residencial, pertencente à pessoa física com renda per capita não superior à 1/2 (meio) salário mínimo mensal, cujo imóvel não possua mais de 70 m² e consumo mensal de água não superior a 10m³, atestado mediante parecer social da Secretaria de Ação Social e Defesa Civil, respeitada as condições e normas fixadas em regulamento;

II - pertencente a entidade sem fins lucrativos declarados de utilidade pública por Lei deste Município, desde que de uso exclusivo em atividades assistenciais de caráter geral. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

Art. 370-C O contribuinte beneficiário do serviço de coleta de lixo de forma parcial terá reduzido o valor de sua taxa anual proporcionalmente ao seu atendimento pelo serviço.

Parágrafo Único - Entende-se como serviço de coleta de forma parcial a necessidade de deslocamento dos resíduos até o ponto de coleta por distância superior a dois mil metros. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

Art. 370-D A forma de redução e análise das situações mencionadas no artigo anterior serão tratadas em decreto específico, a ser publicado pelo chefe do Poder Executivo. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

~~—Capítulo—XI~~
~~DA TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO~~

Capítulo XI
DA TAXA DE COMBATE A SINISTROS (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 1180/2013)

~~SEÇÃO I~~
~~DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA~~

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~**Art. 371** Os serviços decorrentes da utilização da vigilância e prevenção de combate a incêndio, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto sua disposição compreendem:~~

~~I — potencial, quando sendo de utilização compulsória, seja posto à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;~~

~~II — específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou necessidade pública.~~

~~Parágrafo Único — O fato gerador da taxa que trata o presente artigo é a efetiva prestação do serviço ou posto a disposição do sujeito passivo.~~

Art. 371. A Taxa de Combate a Sinistros tem como fato gerador o serviço público municipal realizado pela Defesa Civil, isoladamente ou em conjunto com outros órgãos municipal, estaduais ou federais, relativo ao combate a incêndios, prevenção e atendimento a desastres, específico e divisível, efetivamente prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO II
DO SUJEITO PASSIVO

~~**Art. 372** É contribuinte da taxa o proprietário, o titular do domínio útil, ou possuidor a qualquer título de imóveis atingidos ou abrangidos pelos serviços.~~

Art. 372. O contribuinte da Taxa de Combate a Sinistros é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, de imóveis edificadas existentes na zona urbana do

Município de Piên. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~SEÇÃO III~~

~~DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO~~

SEÇÃO III

DA BASE DE CÁLCULO (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~Art. 373~~ A taxa que trata o artigo 371 poderá ser lançada em conjunto com outros tributos ou individualmente conforme dispôr regulamento da administração fazendária.

Art. 373. A Taxa de Combate a Sinistros tem como base de cálculo geral o custo despendido com a prestação do serviço, assim entendido o valor gasto com o custeio das atividades de combate a incêndios e de prevenção e atendimento a desastres, bem como o reaparelhamento da atividade administrativa. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

Parágrafo Único - A base de cálculo da taxa é o custo do serviço estimado pela administração para sua manutenção, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal Municipal - UFM.

~~Art. 374~~ A taxa de combate a incêndio será lançada conforme tabela própria.

Art. 374. A Taxa de Combate a Sinistros corresponde aos valores expressos em UFM na tabela própria, obtidos através da metodologia que especifica em que considera o tipo de ocupação e a medida do imóvel edificado sobre o qual será lançada a taxa. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO IV

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

~~Art. 375~~ A arrecadação da taxa de combate a incêndio será efetuada conforme dispôr regulamento próprio da administração fazendária, indicando a época e o local do pagamento.

Art. 375. O lançamento da Taxa de Combate a Sinistros é anual, ocorrendo através de edital publicado no início de cada ano. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

~~Art. 376~~ Fica o chefe do executivo municipal autorizado a celebrar convênio com a Polícia Militar do Paraná para executar os serviços de combate a incêndio no Município de Piên, atendido os princípios da lei.

Art. 376. A taxa será arrecadada individualmente ou juntamente com outro tributo, e poderá ser paga em cota única ou em parcelas mensais.

§ 1º Regulamento tratará sobre o pagamento parcelado da taxa.

§ 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a arrecadação da Taxa de Combate a Sinistros a através das faturas mensais de água ou de energia elétrica, emitidas pelas concessionárias locais desses serviços públicos, desde que a contratação se dê conforme as regras de licitação vigentes ou convênio. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO V

DAS ISENÇÕES (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

Art. 376-A Fica isento da cobrança da Taxa de Combate a Sinistros o contribuinte, pessoa física

ou jurídica, que se enquadrar na legislação municipal referente à isenção de tributos Municipais incidentes sobre a propriedade imobiliária urbana, assim como imóveis residenciais e comerciais de até 100m². (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

SEÇÃO VI
DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

Art. 376-B O Poder Executivo poderá instituir fundo especial para gerir os valores arrecadados referente a Taxa de Combate a Sinistros. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

Art. 376-C Fica o Poder Executivo municipal autorizado a celebrar convênio ou outro ajuste com outras entidades ou órgãos governamentais, visando ações conjuntas ligadas as áreas de atuação da Defesa Civil. (Redação acrescida pela Lei nº 1180/2013)

~~Capítulo XII~~
~~DA TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA~~

Capítulo XII
DAS DEMAIS TAXAS DE SERVIÇO (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 1180/2013)

~~SEÇÃO ÚNICA~~
~~DO FATO GERADOR E DA INCIDÊNCIA~~

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

Art. 377. A taxa de iluminação pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços de operação, manutenção do sistema de iluminação pública, em vias e logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou colocados a sua disposição. (Vide Lei nº 1150/2012)

§ 1º A taxa de iluminação pública será devida pelos proprietários, titulares de domínio útil, ou ocupantes de imóveis urbanos e rurais, beneficiados, ou que venha se beneficiar direta ou indiretamente com serviço de iluminação pública.

Art. 378. O lançamento e a cobrança da taxa de iluminação pública será efetuado: (Vide Lei nº 1150/2012)

I - pelo Município de Piên, quando tratar de imóveis considerados sem edificações, conforme dispor regulamento próprio da administração fazendária, e de acordo com tabela própria;

II - pela empresa concessionário do serviço de eletricidade, dos imóveis onde haja ligação permanente à rede de distribuição domiciliar, conforme dispor regulamento próprio baixado pelo executivo municipal.

Parágrafo Único - Fica o chefe do executivo municipal autorizado e firmar convênio com a empresa concessionário de energia para lançamento e cobrança da taxa que trata o presente artigo, inciso

II.

Art. 379. A arrecadação da taxa de iluminação pública, quando efetuada pelo Município de Piên, poderá ser em conjunto com outros tributos, atendendo o princípio da identificação de cada lançamento, ou separadamente conforme dispor regulamento, determinando o local e a época do pagamento, quando pela companhia de energia conforme dispor o convênio celebrado com o Município de Piên. (Vide Lei nº [1150/2012](#))

Parágrafo Único - A base de cálculo da taxa de iluminação pública é o custo do serviço estimado pela administração para sua manutenção, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal Municipal - UFM.

Capítulo XIII DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR

Art. 380. Os serviços decorrentes da utilização de conservação de vias e logradouros, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou posto a sua disposição, compreende: (Vide Lei nº [1150/2012](#))

I - conservação de logradouros pavimentados;

II - reparação de logradouros não pavimentados.

§ 1º Consideram-se logradouros as ruas, avenidas, parques, jardins e similares, estradas e caminhos rurais localizados no Município de Piên.

§ 2º Os serviços de reparação de logradouros não pavimentados serão cobrados dos contribuintes lindeiros com as vias e logradouros, que objetivem os serviços de restauração, nivelamento, manutenção de pontes e canaletas.

§ 3º Tratando-se de logradouros que serve a zona rural, além dos imóveis lindeiros para a estrada ou caminho, os imóveis que utilizarem desses logradouros também serão tratados como se fosse lindeiros para efeito de tributação.

§ 4º O fato gerador da obrigação tributária é a efetiva prestação dos serviços ou a sua colocação a disposição do sujeito passivo.

SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO

Art. 381. É contribuinte da taxa o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título de imóveis edificados ou não, localizado em logradouros público que forem servidos por um dos serviços constantes do artigo anterior, inclusive os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis localizados na zona rural. (Vide Lei nº [1150/2012](#))

SEÇÃO III

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

Art. 382. O preço da taxa é o valor estimado pela administração para custeio e manutenção dos serviços, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal Municipal - UFM, conforme tabela própria. (Vide Lei nº 1150/2012)

Parágrafo Único - Tratando-se de imóveis localizados na zona rural a taxa será cobrada conforme dispôr regulamento do executivo municipal.

Art. 383. A taxa de conservação de vias e logradouros públicos, poderá ser lançada em conjunto com outros tributos ou individualmente, quando em conjunto deverá ser identificado o valor da taxa entre os demais tributos. (Vide Lei nº 1150/2012)

~~**Art. 384.** O pagamento da taxa será efetuado nas épocas e nos locais conforme dispôr regulamento da administração fazendária. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

~~Capítulo XIV~~

~~DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO, VISTORIA E SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO~~

~~SEÇÃO I~~

~~DA INCIDÊNCIA E DO FATO GERADOR~~

~~**Art. 385.** A Taxa de Vistoria e Segurança Contra Incêndios, tem como fato gerador a vistoria técnica exercida anualmente, pelo Corpo de Bombeiros ou na ausência deste por técnico habilitado, nos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços, agremiações e edifícios residenciais ou não, com mais de 3 (três) pavimentos ou com área superior a 1.500,00 m² (um mil e quinhentos metros quadrados), neste caso, independentemente do número de pavimentos, que incidirá sobre estes estabelecimentos. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

~~SEÇÃO II~~

~~DO SUJEITO PASSIVO~~

~~**Art. 386.** É contribuinte da taxa que trata o artigo 385, toda e qualquer pessoa física ou jurídica, estabelecida com comércio, indústria, prestador de serviços, proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de edifício residencial, comercial, industrial e prestação de serviços com mais de 3 (três) pavimentos ou de imóveis com área superior a 1.500,00m² (um mil e quinhentos metros quadrados) independentemente do número de pavimentos. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

~~SEÇÃO III~~

~~DA INSCRIÇÃO~~

~~**Art. 387.** Todos os imóveis serão inscritos no cadastro imobiliário do Município de Piên, mesmo que pertencentes a pessoas isentas ou imunes, obedecendo, para tal no que couber, o disposto sobre a matéria relativa ao imposto predial e territorial urbano. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

~~**Art. 388.** A concessão do alvará de licença para localização e funcionamento, bem com sua verificação de regular funcionamento para estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, ou locais para esses fins destinados, e o habite-se dos imóveis atingidos pelo fato impositivo, somente será concedido mediante a apresentação do competente certificado de vistoria passado pelo corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná ou na ausência deste por técnico habilitado. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

~~Art. 389~~ Compete ao Grupamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná ou órgão equivalente, a organizar e reformular as normas de vistorias e fiscalização previstas na presente lei, com anuência do executivo municipal. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)

~~Art. 390~~ O Comando do destacamento do Corpo de Bombeiros, ou órgão equivalente, solicitará sempre que necessário, os serviços de engenharia do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná ou na ausência deste por técnico habilitado, ou de empresa de reconhecida capacidade técnica para realizar as vistorias em instalações comerciais, industriais ou prestadoras de serviços, quando não dispuser de elementos suficientes, em razão da área de construção, do tipo de instalação, sua destinação, complexidade e risco de operação.

~~Parágrafo Único~~ A juízo do executivo municipal, levando em consideração o risco iminente ou de interesse público, e também do requerente, poderá a qualquer tempo constituir comissão especial para vistorias, sendo a mesma composta por três elementos, o comandante do Corpo de Bombeiros e dois engenheiros, que juntos lavrarão o laudo de vistoria objeto da comissão. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)

~~Art. 391~~ As vistorias que trata o artigo anterior e seu parágrafo único, serão executadas de ofício ou a pedido do interessado. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)

~~Art. 392~~ A inclusão do contribuinte num dos grupos especificados na presente lei, não exclui o mesmo da obrigação do pagamento da taxa de combate a incêndio. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)

SEÇÃO IV

DA BASE DE CÁLCULO

~~Art. 393.~~ A base de cálculo da Taxa de Fiscalização, Vistoria e Segurança Contra Incêndio, será a despesa estimada pela administração para a manutenção dos serviços, tendo como parâmetro a Unidade Fiscal Municipal — UFM, sendo sua aplicação efetuada conforme tabela própria.

~~Parágrafo Único~~ O valor da taxa poderá ser progressivo dependendo do grau de risco de cada atividade, ou de sua localização, conforme dispor regulamento próprio. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)

SEÇÃO V

DO LANÇAMENTO E DA ARRECADAÇÃO

~~Art. 394.~~ A Taxa de Fiscalização, Vistoria e Segurança Contra Incêndio, será lançada pela administração fazendária, de ofício no ato da concessão do alvará de licença ou na sua fiscalização anual, bem como da concessão do habite-se ou visto de conclusão de obras.

~~Parágrafo Único~~ A análise de projeto em que for exigível sistema de proteção fixa sob comando, com hidrante ou automático será considerado como vistoria técnica, sendo tributado o favorecido pelos valores devidos, inclusive a expedição de documentos ou laudo técnico, aplicando-se a mesma norma para aprovação de projetos quando for o caso. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)

~~Art. 395~~ A Taxa de Fiscalização, Vistoria e Segurança Contra Incêndio, poderá ser arrecadada individualmente ou em conjunto com outros tributos, nos prazos e locais indicados pela administração, conforme dispor regulamento. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)

SEÇÃO VI

DAS PENALIDADES

~~Art. 396.~~ A infração das normas de segurança recomendadas pelo Corpo de Bombeiros, pela legislação municipal e demais atos pertinentes, implicarão, isoladas ou cumulativamente, além das responsabilidades específicas cabíveis as seguintes sanções administrativas:

I — advertência;

II — multa igual a 100% (cem por cento) sobre o valor da Unidade Fiscal Municipal, e na

~~reincidência a penalidade será aplicada sempre em dobro a anterior;~~

~~III — suspensão, impedimento ou interdição temporária do estabelecimento ou do local de atividade, bem como do prédio ou locação, até o cumprimento das normas previstas;~~

~~IV — cassação ou cancelamento do alvará de licença, bem como do habite-se ou visto de conclusão de obras se for o caso.~~

~~§ 1º As multas serão aplicadas mediante a emissão do auto de infração, contendo informações das infrações cometidas e das penalidades aplicadas.~~

~~§ 2º O contribuinte reincidente poderá ser submetido ao sistema especial de fiscalização. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

SEÇÃO VII

DAS ISENÇÕES

~~Art. 397. Ficam dispensados do pagamento da Taxa de Fiscalização, Vistoria e Segurança Contra Incêndio:~~

~~I — todos os órgãos da administração pública municipal;~~

~~II — as associações de classe, religiosas, estudantis, clubes esportivos, sindicatos, instituições educacionais e de assistência social, sem fins lucrativos, e atendido os princípios legais. (Revogado pela Lei nº 1150/2012)~~

Capítulo XV

DOS DEMAIS SERVIÇOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO DE PIÊN

SEÇÃO ÚNICA

DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 398. Os demais serviços prestados pelo Município de Piên, serão tratados como preço público ou tarifas, não havendo necessidade do atendimento do princípio da anualidade ou anterioridade, seus preços serão determinados por decreto do executivo municipal, entre eles serão tratados como preço público:

~~I — fornecimento de certidões e cópias de documentos, inclusive segunda via de carnês ou equivalentes;~~

I - fornecimento de cópias de documentos; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~II — protocolizar documentos em geral autenticação de livros e documentos fiscais;~~

II - fornecimento de segundas vias de carnês, boletos bancários ou equivalentes; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

III - numeração de prédios;

IV - alinhamento e nivelamento;

~~V — liberação de bens apreendidos;~~

V - utilização, mediante autorização, permissão ou concessão, de bens imóveis do município; (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

VI - serviços técnicos;

VII - serviços de cemitério, inclusive título de aforamento perpétuo;

VIII - serviços de máquinas, caminhões e veículos em geral de propriedade do Município;

IX - serviços de limpeza de imóveis com ou sem edificações;

X - serviço de água e esgoto;

XI - serviço de transporte de passageiros, inclusive transporte de alunos;

XII - serviço de retirada de entulhos ou lixo;

XIII - serviço de matadouro.

TÍTULO IX CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Capítulo Único

SEÇÃO I DO FATO GERADOR E DA SUJEIÇÃO PASSIVA

Art. 399. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a execução de obras públicas.

Art. 400. A Contribuição de Melhoria terá como limite total as despesas realizadas, na qual serão incluídas as parcelas relativas a estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamentos, inclusive encargos de natureza financeira ou sociais.

§ 1º Os valores que trata o presente artigo serão atualizados por ocasião do lançamento;

§ 2º Os elementos referidos no "caput" deste artigo serão definidos para cada obra ou conjunto de obras integrantes de um mesmo projeto, em memorial descritivo e orçamento detalhado de custo, elaborados pela administração municipal.

Art. 401. A Contribuição de Melhoria será devida em decorrência de obras públicas realizadas pela administração municipal, direta ou indireta, inclusive quando decorrente de convênios com o Estado ou União, ou mesmo em conjunto com entidades Estadual ou Federal.

Art. 402. As obras públicas que justifiquem sua cobrança na categoria de Contribuição de Melhoria, classificar-se-ão em dois grupos:

I - ordinária, quando referente as obras preferenciais, e de iniciativa da própria administração municipal;

II - extraordinária, quando referente a obras de menor interesse geral, solicitada por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos contribuintes atingidos pela área da obra solicitada.

Parágrafo Único - Para caracterizar a solicitação da obra que trata o presente artigo item II, deverá ser manifestada seu interesse através de abaixo assinado pelos contribuintes que as interesse, contendo endereço do imóvel e a assinatura do interessado.

~~**Art. 403** O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na zona atingida pela obra pública.~~
~~Parágrafo Único - Os bens indivisos serão lançados em nome de quem estiver cadastrado no~~

~~cadastro imobiliário do Município de Piên.~~

Art. 403. O sujeito passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na zona atingida pela obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de quem estiver cadastrado no cadastro imobiliário do Município de Piên.

§ 2º Ficam isentos do pagamento da Contribuição de Melhoria os legítimos proprietários possuidores que percebam, a título de salários, vencimentos, remuneração, aposentadoria ou pensão, cumulativamente entre todos os membros da família, valor igual ou inferior a dois salários mínimos mensais, cujo terreno não ultrapasse 600m² (seiscentos metros quadrados) e a área construída seja de no máximo 70m² (setenta metros quadrados), devendo ser utilizado exclusivamente como residência própria.

§ 3º Em caso de ocorrer venda, troca, permuta, dação em pagamento ou qualquer outra modalidade em que os legítimos proprietários possuidores se desfaçam do imóvel atendido pelo parágrafo anterior, deverá pelo adquirente ser paga aos cofres municipais a correspondente Contribuição de Melhoria, não prescrita, em seus valores originais, atualizados monetariamente. (Redação dada pela Lei nº 887/2006)

Art. 404. A Contribuição de Melhoria constitui ônus real, acompanhando imóvel, mesmo após a transmissão a qualquer título.

SEÇÃO II DO CÁLCULO, LANÇAMENTO E DO EDITAL

Art. 405. A Contribuição de Melhoria será calculada, levando-se em consideração o valor total e a natureza de cada obra pública realizada.

Art. 406. Para a constituição da Contribuição de Melhoria, o órgão fazendário do Município de Piên deverá publicar edital contendo os seguintes elementos:

I - memorial descritivo, orçamento do custo parcial ou total da obra;

II - determinação da parcela do custo a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria;

III - relação dos imóveis localizados na zona atingida pelas obras públicas e o valor da Contribuição de Melhoria de cada um dos imóveis atingidos pelas obras realizadas.

Art. 407. Os titulares de imóveis relacionados no artigo anterior, nos incisos I, II e III, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do edital, para impugnação contra:

I - erros de localização ou da área de testada do imóvel;

II - montante da Contribuição de Melhoria;

III - da forma e dos prazos de seu pagamento.

Art. 408. O órgão fazendário do município poderá fazer a comunicação pessoal do edital aos titulares de imóveis atingidos pelas obras públicas, ou publicar no órgão oficial do Município.

Art. 409. Executada a obra em sua totalidade ou em parte suficiente para determinados imóveis, de modo justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á o lançamento para os imóveis já atingidos pelas obras totalmente concluídas ou em fase de conclusão.

Art. 410. O órgão fazendário responsável pelo lançamento providenciará a constituição do crédito tributário de cada imóvel atingido pelas obras, notificando seus titulares diretamente ou por meio de edital publicado no órgão oficial do Município contendo no mínimo as seguintes informações:

I - valor da Contribuição de Melhoria;

II - prazo para pagamento de uma só vez ou parcelamento do débito e local de pagamento;

III - prazo para impugnação.

Art. 411. O sujeito passivo terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do referido edital para a impugnação de quaisquer dos elementos dele constante, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo Único - A impugnação deverá ser dirigida ao órgão competente do Município de Piên, através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo-fiscal e não terá efeito suspensivo da cobrança da Contribuição de Melhoria.

SEÇÃO III DO PAGAMENTO

Art. 412. A Contribuição de Melhoria poderá ser paga à vista ou em parcelas, sendo que cada parcela não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de uma Unidade Fiscal Municipal.

Parágrafo Único - Quando parcelado o pagamento da Contribuição de Melhoria, incidirá juros de 1% (um por cento) ao mês e terão seus valores atualizados conforme dispôr regulamento próprio.

Art. 413. A falta de pagamento de duas parcelas consecutivas, implicará no vencimento das demais parcelas vincendas, ficando o débito total sujeito a inscrição em dívida ativa, independente de qualquer aviso ou notificação por parte do Município.

Parágrafo Único - A falta de pagamento das parcelas ou total do débito, implicará além de juros de 1% (um por cento) ao mês, as penalidades do artigo 61 desta lei.

SEÇÃO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 414. Fica o chefe do poder executivo municipal autorizado a firmar convênio com a União e com o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria decorrente de obra pública executada na esfera Federal ou Estadual, cabendo ao Município porcentagem na receita arrecada.

Art. 415. O Prefeito Municipal poderá delegar a entidade da administração indireta, as funções de cálculo, cobrança e arrecadação de Contribuição de Melhoria, bem como do julgamento das

impugnações e recursos por parte do sujeito passivo.

Art. 416. Nos casos das obras serem executadas ou fiscalizadas por entidades da administração indireta, o valor arrecadado. Que constitui a receita de capital, lhe será automaticamente repassado ou retido, caso a entidade esteja autorizada a arrecadar para aplicação em obras geradora de tributos.

Parágrafo Único - O chefe do poder executivo poderá firmar convênio com o comércio e prestadores de serviços para efetuar arrecadação da Contribuição de Melhoria, conforme dispor regulamento próprio.

TITULO IX - A

CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 2/2002)

Capítulo (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 2/2002)

Art. 416-A A Contribuição de Iluminação Pública - CIP tem como fato gerador a prestação mensal do serviço de iluminação pública nos logradouros públicos municipais. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 2/2002)

Art. 416-B O sujeito passivo da contribuição da iluminação pública é o possuidor a qualquer título de imóvel localizado em logradouro público dotado do serviço de iluminação pública. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 2/2002)

~~**Art. 416 c** - O valor da contribuição de iluminação pública será cobrada conforme as seguintes faixas de consumo:-~~

~~I - Categoria residencial:-~~

(em KWh)	Valor (R\$)
a)00 a 50	0,00
b)51 a 100	0,56
c)101 a 150	1,41
d)151 a 200	2,82
e)201 a 500	4,94
f)acima de 500	8,46

~~II - Categoria Comercial:-~~

a)00 a 300	5,64
b)301 a 500	8,46
c)501 a 1000	11,28
d)acima de 1000	14,10

~~III - Categoria Industrial:-~~

a)00 a 300	10,00
b)301 a 1000	15,40
c)1001 a 2000	50,40
d)2001 acima	84,00 (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 2/2002)

Art. 416 - C - O valor da contribuição de iluminação pública será cobrada conforme as seguintes faixas de consumo:

I - Categoria Residencial:

(em Kwh)	Valor (R\$)
a) 0000 a 0030	0,75
b) 0031 a 0050	1,01
c) 0051 a 0070	1,73
d) 0071 a 0100	2,76
e) 0101 a 0150	4,74
f) 0151 a 0200	6,91
g) 0201 a 0500	9,44
h) acima de 050	10,00

(Redação dada pela Lei nº 868/2005)

II - Categoria Comercial:

(em Kwh)	Valor (R\$)
a) 0000 a 0030	1,81
b) 0031 a 0050	1,94
c) 0051 a 0070	2,38
d) 0071 a 0200	4,64
e) 0201 a 0300	9,21
f) 0301 a 0500	14,52
g) acima de 050	15,00

(Redação dada pela Lei nº 868/2005)

III - Categoria Industrial:

(em Kwh)	Valor (R\$)
a) 0000 a 0070	2,35
b) 0071 a 0200	5,66
c) 0201 a 0300	9,54
d) 0301 a 0600	16,88
e) 0601 a 1000	30,56
f) acima de 100	50,00

(Redação dada pela Lei nº 868/2005)

~~IV - Categoria Rural:~~

(em kWh)	valor (R\$)
a) 0000 a 0030	0,74
b) 0031 a 0050	0,76
c) 0051 a 0070	1,07
d) 0071 a 0100	1,46
e) 0101 a 0150	2,15
f) 0151 a 0200	2,95
g) 0201 a 0500	5,03
h) 0501 a 0600	9,03
i) acima de 0601	9,99

(Redação dada pela Lei nº ~~868/2005~~) (Revogado pela Lei nº 905/2006)

V ~~Categoria Poder Público:~~

(em kWh)	valor (R\$)
a) 0000 a 0100	2,80
b) acima de 0101	15,00

(Redação dada pela Lei nº ~~868/2005~~) (Revogado pela Lei nº 905/2006)

§ 1º A determinação da classe/categoria de consumidor observará as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ou órgão regulador que vier substituí-la.

§ 2º O valor da CIP para os exercícios subsequentes a 2003 será determinado mediante aplicação anual (entre 1º de janeiro e 31 de dezembro) medida pela variação do IGPM/FGV, ou outro índice de preços que vier a ser aplicado para correção dos débitos tributários municipais. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 2/2002)

§ 2º O valor da CIP para os exercícios subsequentes será determinado mediante aplicação anual (entre 1º de janeiro e 31 de dezembro) medida pela variação do INPC apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice de preços que vier a ser aplicado para correção dos débitos tributários municipais. (Redação dada pela Lei nº 819/2003)

§ 3º Caso haja, por norma federal, admitida a correção monetária de débito fiscais por período inferior a um ano civil, o valor da CIP devida mensalmente passará a ser atualizada em periodicidade mensal, a partir do mês subsequente ao da previsão normativa federal. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 2/2002)

Art. 416-D O valor da contribuição de iluminação pública poderá ser cobrado juntamente com a fatura da conta de luz, mediante convênio celebrado com a prestadora do serviço. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 2/2002) (Regulamentado pelo Decreto nº 127/2020)

Art. 416-E Ficam isentos do pagamento da CIP os consumidores de energia elétrica das classes residencial e rural enquadrados no Programa Luz Fraterna, nos termos da lei do Estado do Paraná sob nº 14.087, de 11 de setembro de 2003. (Redação acrescida pela Lei nº 819/2003)

Capítulo Único
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 417. Todos os atos relativos a matéria fiscal serão praticados dentro dos prazos previstos neste Código Tributário ou Código Tributário Nacional.

Parágrafo Único - Os prazos serão contínuos, excluído do seu cômputo o dia do início, e incluído o do vencimento.

Art. 418. Considera-se todos os anexos e tabelas como parte integrante da presente lei.

~~**Art. 419** O valor da Unidade Fiscal Municipal de Piên - UFM para o exercício de 1999, para cobrança de impostos, taxas e penalidades será de 60 (sessenta) UFIR's - Unidade Fiscal de Referência ou outro Valor de Referência equivalente que venha a substituir.~~

~~**Art. 419** Fica instituída a Unidade Fiscal Municipal - UFM, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em reais na legislação tributária municipal, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza.~~

~~§ 1º O valor da UFM, que será reajustado na forma do § 2º deste artigo, fica fixado, a partir da data da vigência desta lei, em R\$ 1,06.~~

~~§ 2º O Prefeito Municipal, por ato próprio, divulgará a expressão monetária da UFM no dia 02 de janeiro de cada ano, mediante o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (Redação dada pela Lei Complementar nº 2/2002)~~

Art. 419. Fica instituída a Unidade Fiscal Municipal - UFM, como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em reais na legislação tributária municipal, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

§ 1º O valor da UFM, que será reajustado na forma do § 2º deste artigo, fica fixado, a partir da data da vigência desta lei, em R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais). (Redação dada pela Lei nº 815/2003)

~~§ 2º O Prefeito Municipal, por ato próprio, divulgará a expressão monetária da UFM no dia 02 de janeiro de cada ano. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)~~

§ 2º O Poder Executivo deverá promover a atualização monetária do valor da UFM anualmente, mediante decreto, cuja publicação deverá ocorrer até o último dia útil do exercício financeiro vigente, estabelecendo o valor para o exercício subsequente. (Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

§ 3º Na atualização de que trata o § 2º, será utilizado como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado no período. (Redação acrescida pela Lei nº 1150/2012)

Art. 420. Todo sujeito passivo de tributos de qualquer esfera administrativa que ficar provado sua participação de forma direta ou indireta, ou que tenha contribuído para crime de natureza fiscal, terá seu alvará de licença cassado temporariamente ou definitivamente, dependendo de sua participação.

Parágrafo Único - Considera-se crime de natureza fiscal toda ação ou omissão que resultar em redução ou sonegação de tributos com a intenção e dolo do sujeito passivo em deixar de recolher os valores efetivamente devidos aos sujeitos ativos.

Art. 421. A cassação do alvará de licença será efetuada mediante a solicitação do sujeito ativo que sofrer prejuízo tributário conforme previsto no artigo anterior.

Parágrafo Único - Para efetivar a cassação do alvará de licença do sujeito passivo, o sujeito ativo deverá solicitar junto ao Município de Piên tal medida juntamente com o processo administrativo que condenou o infrator pelo crime cometido.

Art. 422. O sujeito passivo que sofrer a penalidade prevista no artigo 420 deverá apresentar defesa no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da cassação do seu alvará de licença, sob pena da penalidade tornar-se definitiva.

Art. 423. Esta lei será regulamentada por decreto do Executivo Municipal no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua publicação, ficando o mesmo autorizado, através de ato próprio, a proceder consolidação das leis de natureza tributária.

Art. 424. Esta lei entrará em vigor no dia 01º (primeiro) de janeiro de 1999, com a denominação de CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE PIÊN, revogando as leis que versem sobre a mesma matéria, especialmente a Lei Municipal nº 382 de 07 de dezembro de 1983.

Edifício da Prefeitura do Município de Piên, em 24 de novembro de 1998.

ORLANDO DRANKA
Prefeito Municipal de Piên

ANEXO I (Vide Lei Complementar nº 2/2002)

~~LISTA DE SERVIÇOS SUJEITOS A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS~~

~~LISTA DE SERVIÇOS~~

~~1 - Serviços de informática e congêneres.~~

~~1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.~~

~~1.02 - Programação.~~

~~1.03 - Processamento de dados e congêneres.~~

~~1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.~~

~~1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.~~

~~1.06 - Assessoria e consultoria em informática.~~

~~1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.~~

~~1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.~~

~~2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.~~

~~2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.~~

~~3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.~~

~~3.01 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.~~

~~3.02 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.~~

~~3.03 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.~~

~~3.04 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.~~

~~4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.~~

~~4.01 - Medicina e biomedicina.~~

~~4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrasonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.~~

~~4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.~~

~~4.04 - Instrumentação cirúrgica.~~

~~4.05 - Acupuntura.~~

~~4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.~~

~~4.07 - Serviços farmacêuticos.~~

~~4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.~~

~~4.09 — Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.~~
~~4.10 — Nutrição.~~
~~4.11 — Obstetrícia.~~
~~4.12 — Odontologia.~~
~~4.13 — Ortóptica.~~
~~4.14 — Próteses sob encomenda.~~
~~4.15 — Psicanálise.~~
~~4.16 — Psicologia.~~
~~4.17 — Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.~~
~~4.18 — Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.~~
~~4.19 — Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.~~
~~4.20 — Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.~~
~~4.21 — Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.~~
~~4.22 — Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.~~
~~4.23 — Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do rio.~~
~~5 — Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.~~
~~5.01 — Medicina veterinária e zootecnia.~~
~~5.02 — Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos socorros e congêneres, na área veterinária.~~
~~5.03 — Laboratórios de análise na área veterinária.~~
~~5.04 — Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.~~
~~5.05 — Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.~~
~~5.06 — Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.~~
~~5.07 — Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.~~
~~5.08 — Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.~~
~~5.09 — Planos de atendimento e assistência médico veterinária.~~
~~6 — Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.~~
~~6.01 — Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.~~
~~6.02 — Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.~~
~~6.03 — Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.~~
~~6.04 — Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.~~
~~6.05 — Centros de emagrecimento, spa e congêneres.~~
~~7 — Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.~~
~~7.01 — Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.~~
~~7.02 — Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).~~
~~7.03 — Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.~~
~~7.04 — Demolição.~~
~~7.05 — Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).~~
~~7.06 — Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.~~
~~7.07 — Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.~~
~~7.08 — Calafetação.~~

~~7.09 — Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.~~

~~7.10 — Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.~~

~~7.11 — Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.~~

~~7.12 — Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.~~

~~7.13 — Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.~~

~~7.14 — Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres.~~

~~7.15 — Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.~~

~~7.16 — Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.~~

~~7.17 — Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.~~

~~7.18 — Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.~~

~~7.19 — Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.~~

~~7.20 — Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.~~

~~8 — Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.~~

~~8.01 — Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.~~

~~8.02 — Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.~~

~~9 — Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.~~

~~9.01 — Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).~~

~~9.02 — Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.~~

~~9.03 — Guias de turismo.~~

~~10 — Serviços de intermediação e congêneres.~~

~~10.01 — Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.~~

~~10.02 — Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.~~

~~10.03 — Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.~~

~~10.04 — Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).~~

~~10.05 — Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.~~

~~10.06 — Agenciamento marítimo.~~

~~10.07 — Agenciamento de notícias.~~

~~10.08 — Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.~~

~~10.09 — Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.~~

~~10.10 — Distribuição de bens de terceiros.~~

~~11 — Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.~~

~~11.01 — Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.~~

~~11.02 — Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.~~

~~11.03 Escolta, inclusive de veículos e cargas.~~
~~11.04 Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.~~
~~12 Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.~~
~~12.01 Espetáculos teatrais.~~
~~12.02 Exibições cinematográficas.~~
~~12.03 Espetáculos circenses.~~
~~12.04 Programas de auditório.~~
~~12.05 Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.~~
~~12.06 Boates, taxi dancing e congêneres.~~
~~12.07 Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.~~
~~12.08 Feiras, exposições, congressos e congêneres.~~
~~12.09 Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.~~
~~12.10 Corridas e competições de animais.~~
~~12.11 Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.~~
~~12.12 Execução de música.~~
~~12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.~~
~~12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.~~
~~12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.~~
~~12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.~~
~~12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.~~
~~13 Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.~~
~~13.01 Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.~~
~~13.02 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.~~
~~13.03 Reprografia, microfilmagem e digitalização.~~
~~13.04 Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.~~
~~14 Serviços relativos a bens de terceiros.~~
~~14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).~~
~~14.02 Assistência técnica.~~
~~14.03 Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).~~
~~14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.~~
~~14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.~~
~~14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.~~
~~14.07 Colocação de molduras e congêneres.~~
~~14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.~~
~~14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.~~
~~14.10 Tinturaria e lavanderia.~~
~~14.11 Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.~~
~~14.12 Funilaria e lanternagem.~~
~~14.13 Carpintaria e serralheria.~~
~~15 Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.~~
~~15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e~~

congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

~~15.02 — Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.~~

~~15.03 — Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.~~

~~15.04 — Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.~~

~~15.05 — Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.~~

~~15.06 — Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.~~

~~15.07 — Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.~~

~~15.08 — Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.~~

~~15.09 — Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).~~

~~15.10 — Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.~~

~~15.11 — Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.~~

~~15.12 — Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.~~

~~15.13 — Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.~~

~~15.14 — Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.~~

~~15.15 — Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.~~

~~15.16 — Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.~~

~~15.17 — Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.~~

~~15.18 — Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.~~

~~16 — Serviços de transporte de natureza municipal.~~
~~16.01 — Serviços de transporte de natureza municipal.~~
~~17 — Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.~~
~~17.01 — Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.~~
~~17.02 — Dactilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.~~
~~17.03 — Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.~~
~~17.04 — Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão de obra.~~
~~17.05 — Fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.~~
~~17.06 — Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.~~
~~17.07 — Franquia (franchising).~~
~~17.08 — Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.~~
~~17.09 — Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.~~
~~17.10 — Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).~~
~~17.11 — Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.~~
~~17.12 — Leilão e congêneres.~~
~~17.13 — Advocacia.~~
~~17.14 — Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.~~
~~17.15 — Auditoria.~~
~~17.16 — Análise de Organização e Métodos.~~
~~17.17 — Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.~~
~~17.18 — Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.~~
~~17.19 — Consultoria e assessoria econômica ou financeira.~~
~~17.20 — Estatística.~~
~~17.21 — Cobrança em geral.~~
~~17.22 — Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).~~
~~17.23 — Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.~~
~~18 — Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.~~
~~18.01 — Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.~~
~~19 — Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.~~
~~19.01 — Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.~~
~~20 — Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.~~
~~20.01 — Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.~~

~~20.02 — Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.~~

~~20.03 — Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.~~

~~21 — Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.~~

~~21.01 — Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.~~

~~22 — Serviços de exploração de rodovia.~~

~~22.01 — Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.~~

~~23 — Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.~~

~~23.01 — Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.~~

~~24 — Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.~~

~~24.01 — Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.~~

~~25 — Serviços funerários.~~

~~25.01 — Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembarço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.~~

~~25.02 — Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.~~

~~25.03 — Planos ou convênio funerários.~~

~~25.04 — Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.~~

~~26 — Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.~~

~~26.01 — Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.~~

~~27 — Serviços de assistência social.~~

~~27.01 — Serviços de assistência social.~~

~~28 — Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.~~

~~28.01 — Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.~~

~~29 — Serviços de biblioteconomia.~~

~~29.01 — Serviços de biblioteconomia.~~

~~30 — Serviços de biologia, biotecnologia e química.~~

~~30.01 — Serviços de biologia, biotecnologia e química.~~

~~31 — Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.~~

~~31.01 — Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.~~

~~32 — Serviços de desenhos técnicos.~~

~~32.01 — Serviços de desenhos técnicos.~~

~~33 — Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.~~

~~33.01 — Serviços de desembarço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.~~

~~34 — Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.~~

~~34.01 — Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.~~

~~35 — Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.~~

~~35.01 — Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.~~

~~36 — Serviços de meteorologia.~~

~~36.01 — Serviços de meteorologia.~~

~~37 — Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.~~

~~37.01 — Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.~~

~~38 — Serviços de museologia.~~

~~38.01 — Serviços de museologia.~~

~~39 — Serviços de ourivesaria e lapidação.~~

~~39.01 — Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).~~

~~40 — Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.~~

~~40.01 — Obras de arte sob encomenda.~~

~~ANEXO I~~

~~LISTA DE SERVIÇOS~~

~~1 — Serviços de informática e congêneres.~~

~~1.01 — Análise e desenvolvimento de sistemas.~~

~~1.02 — Programação.~~

~~1.03 — Processamento de dados e congêneres.~~

~~1.04 — Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.~~

~~1.05 — Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.~~

~~1.06 — Assessoria e consultoria em informática.~~

~~1.07 — Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.~~

~~1.08 — Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.~~

~~2 — Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.~~

~~2.01 — Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.~~

~~3 — Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.~~

~~3.01 — Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.~~

~~3.02 — Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.~~

~~3.03 — Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.~~

~~3.04 — Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.~~

~~4 — Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.~~

~~4.01 — Medicina e biomedicina.~~

~~4.02 — Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrasonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.~~

~~4.03 — Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.~~

~~4.04 — Instrumentação cirúrgica.~~

~~4.05 — Acupuntura.~~

~~4.06 — Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.~~

~~4.07 — Serviços farmacêuticos.~~

~~4.08 — Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.~~

~~4.09 — Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.~~

~~4.10 — Nutrição.~~

~~4.11 — Obstetrícia.~~

~~4.12 — Odontologia.~~

~~4.13 — Ortóptica.~~

~~4.14 — Próteses sob encomenda.~~

~~4.15 — Psicanálise.~~

~~4.16 — Psicologia.~~

~~4.17 — Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.~~

~~4.18 — Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.~~

~~4.19 — Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.~~

~~4.20 — Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.~~

~~4.21 — Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.~~

~~4.22 — Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.~~

~~4.23 — Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados,~~

~~credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do rio.~~

~~5 — Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.~~

~~5.01 — Medicina veterinária e zootecnia.~~

~~5.02 — Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos socorros e congêneres, na área veterinária.~~

~~5.03 — Laboratórios de análise na área veterinária.~~

~~5.04 — Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.~~

~~5.05 — Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.~~

~~5.06 — Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.~~

~~5.07 — Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.~~

~~5.08 — Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.~~

~~5.09 — Planos de atendimento e assistência médico veterinária.~~

~~6 — Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.~~

~~6.01 — Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.~~

~~6.02 — Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.~~

~~6.03 — Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.~~

~~6.04 — Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.~~

~~6.05 — Centros de emagrecimento, spa e congêneres.~~

~~7 — Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.~~

~~7.01 — Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.~~

~~7.02 — Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).~~

~~7.03 — Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.~~

~~7.04 — Demolição.~~

~~7.05 — Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).~~

~~7.06 — Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.~~

~~7.07 — Recuperação, raspagem, polimento e lustre de pisos e congêneres.~~

~~7.08 — Calafetação.~~

~~7.09 — Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.~~

~~7.10 — Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.~~

~~7.11 — Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.~~

~~7.12 — Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.~~

~~7.13 — Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.~~

~~7.14 — Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres.~~

~~7.15 — Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.~~

~~7.16 — Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.~~

~~7.17 — Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.~~

~~7.18 — Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.~~

~~7.19 — Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretização, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.~~

~~7.20 — Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.~~

~~8 — Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.~~

~~8.01 — Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.~~

~~8.02 — Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.~~

~~9 — Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.~~

~~9.01 — Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).~~

~~9.02 — Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.~~

~~9.03 — Guias de turismo.~~

~~10 — Serviços de intermediação e congêneres.~~

~~10.01 — Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.~~

~~10.02 — Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.~~

~~10.03 — Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.~~

~~10.04 — Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).~~

~~10.05 — Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.~~

~~10.06 — Agenciamento marítimo.~~

~~10.07 — Agenciamento de notícias.~~

~~10.08 — Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.~~

~~10.09 — Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.~~

~~10.10 — Distribuição de bens de terceiros.~~

~~11 — Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.~~

~~11.01 — Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.~~

~~11.02 — Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.~~

~~11.03 — Escolta, inclusive de veículos e cargas.~~

~~11.04 — Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.~~

~~12 — Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.~~

~~12.01 — Espetáculos teatrais.~~

~~12.02 — Exibições cinematográficas.~~

~~12.03 — Espetáculos circenses.~~

~~12.04 — Programas de auditório.~~

~~12.05 — Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.~~

~~12.06 — Boates, taxi dancing e congêneres.~~

~~12.07 — Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.~~

~~12.08 — Feiras, exposições, congressos e congêneres.~~

~~12.09 — Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.~~

~~12.10 — Corridas e competições de animais.~~

~~12.11 — Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.~~

~~12.12 Execução de música.~~

~~12.13 Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.~~

~~12.14 Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.~~

~~12.15 Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.~~

~~12.16 Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.~~

~~12.17 Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.~~

~~13 Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.~~

~~13.01 Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.~~

~~13.02 Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.~~

~~13.03 Reprografia, microfilmagem e digitalização.~~

~~13.04 Composição gráfica, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia, fotolitografia.~~

~~14 Serviços relativos a bens de terceiros.~~

~~14.01 Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).~~

~~14.02 Assistência técnica.~~

~~14.03 Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).~~

~~14.04 Recauchutagem ou regeneração de pneus.~~

~~14.05 Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.~~

~~14.06 Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.~~

~~14.07 Colocação de molduras e congêneres.~~

~~14.08 Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.~~

~~14.09 Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.~~

~~14.10 Tinturaria e lavanderia.~~

~~14.11 Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.~~

~~14.12 Funilaria e lanternagem.~~

~~14.13 Carpintaria e serralheria.~~

~~15 Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.~~

~~15.01 Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré datados e congêneres.~~

~~15.02 Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.~~

~~15.03 Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.~~

~~15.04 Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.~~

~~15.05 Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.~~

~~15.06 Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.~~

~~15.07 Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, facsímile, internet e telex, acesso a terminais de~~

~~atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.~~

~~15.08 — Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.~~

~~15.09 — Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).~~

~~15.10 — Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.~~

~~15.11 — Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.~~

~~15.12 — Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.~~

~~15.13 — Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.~~

~~15.14 — Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.~~

~~15.15 — Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.~~

~~15.16 — Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.~~

~~15.17 — Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.~~

~~15.18 — Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.~~

~~16 — Serviços de transporte de natureza municipal.~~

~~16.01 — Serviços de transporte de natureza municipal.~~

~~17 — Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.~~

~~17.01 — Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.~~

~~17.02 — Dactilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra estrutura administrativa e congêneres.~~

~~17.03 — Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.~~

~~17.04 — Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.~~

~~17.05 — Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.~~

~~17.06 — Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.~~

~~17.07 — Franquia (franchising).~~

~~17.08 — Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.~~
~~17.09 — Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.~~
~~17.10 — Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).~~
~~17.11 — Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.~~
~~17.12 — Leilão e congêneres.~~
~~17.13 — Advocacia.~~
~~17.14 — Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.~~
~~17.15 — Auditoria.~~
~~17.16 — Análise de Organização e Métodos.~~
~~17.17 — Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.~~
~~17.18 — Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.~~
~~17.19 — Consultoria e assessoria econômica ou financeira.~~
~~17.20 — Estatística.~~
~~17.21 — Cobrança em geral.~~
~~17.22 — Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).~~
~~17.23 — Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.~~
~~18 — Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.~~
~~18.01 — Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.~~
~~19 — Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.~~
~~19.01 — Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.~~
~~20 — Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.~~
~~20.01 — Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.~~
~~20.02 — Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.~~
~~20.03 — Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.~~
~~21 — Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.~~
~~21.01 — Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.~~
~~22 — Serviços de exploração de rodovia.~~
~~22.01 — Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.~~
~~23 — Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.~~
~~23.01 — Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.~~
~~24 — Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.~~
~~24.01 — Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners,~~

~~adesivos e congêneres.~~
~~25 — Serviços funerários.~~
~~25.01 — Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.~~
~~25.02 — Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.~~
~~25.03 — Planos ou convênio funerários.~~
~~25.04 — Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.~~
~~26 — Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.~~
~~26.01 — Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.~~
~~27 — Serviços de assistência social.~~
~~27.01 — Serviços de assistência social.~~
~~28 — Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.~~
~~28.01 — Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.~~
~~29 — Serviços de biblioteconomia.~~
~~29.01 — Serviços de biblioteconomia.~~
~~30 — Serviços de biologia, biotecnologia e química.~~
~~30.01 — Serviços de biologia, biotecnologia e química.~~
~~31 — Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.~~
~~31.01 — Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.~~
~~32 — Serviços de desenhos técnicos.~~
~~32.01 — Serviços de desenhos técnicos.~~
~~33 — Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.~~
~~33.01 — Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.~~
~~34 — Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.~~
~~34.01 — Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.~~
~~35 — Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.~~
~~35.01 — Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.~~
~~36 — Serviços de meteorologia.~~
~~36.01 — Serviços de meteorologia.~~
~~37 — Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.~~
~~37.01 — Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.~~
~~38 — Serviços de museologia.~~
~~38.01 — Serviços de museologia.~~
~~39 — Serviços de ourivesaria e lapidação.~~
~~39.01 — Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).~~
~~40 — Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.~~
~~40.01 — Obras de arte sob encomenda. (Redação dada pela Lei nº 815/2003)~~

Anexo I

Lista de serviços anexa ao Código Tributário Municipal

1. Serviços de informática e congêneres.

- 1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.
- 1.02 - Programação.
- 1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.
- 1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos,

independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 - Assessoria e consultoria em informática.

1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

2. Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3. Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 - (VETADO)

3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4. Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 - Medicina e biomedicina.

4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrasonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, pronto-socorros, ambulatórios e congêneres.

4.04 - Instrumentação cirúrgica.

4.05 - Acupuntura.

4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 - Serviços farmacêuticos.

4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 - Nutrição.

4.11 - Obstetrícia.

4.12 - Odontologia.

4.13 - Ortóptica.

4.14 - Próteses sob encomenda.

4.15 - Psicanálise.

4.16 - Psicologia.

4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados,

credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5. Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.

5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6. Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

7. Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 - Demolição.

7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 - Calafetação.

7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 - (VETADO)

7.15 - (VETADO)

7.16 - Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8. Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9. Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 - Guias de turismo.

10. Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).

10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 - Agenciamento marítimo.

10.07 - Agenciamento de notícias.

10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 - Distribuição de bens de terceiros.

11. Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12. Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 - Espetáculos teatrais.

12.02 - Exibições cinematográficas.

12.03 - Espetáculos circenses.

12.04 - Programas de auditório.

12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 - Corridas e competições de animais.

12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 - Execução de música.

12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13. Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 - (VETADO)

13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.

14. Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 - Assistência técnica.

14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 - Colocação de molduras e congêneres.

14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 - Tinturaria e lavanderia.

14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

14.12 - Funilaria e lanternagem.

14.13 - Carpintaria e serralheria.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

15. Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.

15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito;

cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16. Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17. Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 - (VETADO)

17.08 - Franquia (franchising).

17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 - Leilão e congêneres.

17.14 - Advocacia.

17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 - Auditoria.

17.17 - Análise de Organização e Métodos.

17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 - Estatística.

17.22 - Cobrança em geral.

17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).

17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

18. Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19. Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20. Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21. Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 - Serviços de exploração de rodovia.

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 - Planos ou convênio funerários.

25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

27 - Serviços de assistência social.

27.01 - Serviços de assistência social.

28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 - Serviços de biblioteconomia.

29.01 - Serviços de biblioteconomia.

30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 - Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

- 35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
- 35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
- 36 - Serviços de meteorologia.
- 36.01 - Serviços de meteorologia.
- 37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
- 37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
- 38 - Serviços de museologia.
- 38.01 - Serviços de museologia.
- 39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.
- 39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
- 40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
- 40.01 - Obras de arte sob encomenda. (Redação dada pela Lei nº 1298/2017)

~~ANEXO II~~

~~CLASSIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE RISCO~~

~~TABELA PARA COBRANÇA DE LICENÇA E/OU TAXA DE FISCALIZAÇÃO, VISTORIA E SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO~~

Grupo	Discriminação	Vlr. em URM
A	Indústria ou comércio de tintas, verniz, graxas, gasolina, álcool, benzinhas, óleo, celulose, oleaginosas, querosene, breu, fogos de artifícios, armas e munições, explosivos, postos de combustíveis, oficinas de pinturas em geral, comércio ou depósito de GLP, indústria ou comércio de móveis funerárias, artefatos de madeiras, serrarias, móveis de vime e derivados, papelarias, livrarias, gráficas, tipografias, depósitos de papéis, bibliotecas ou similares.	01
B	Indústria ou comércio de tecidos, roupas, cortinas, tapetes, estopas, algodão, armarinhos, colchoarias, crinas, borrachas, plásticos, couros, peles, calçados, malharias, bazar, casas de diversões, cinemas, clubes, teatros, associações e congêneres, indústria e comércio de produtos químicos, farmácias, produtos farmacêuticos, agropecuária, siderúrgicos, metalúrgicos, laminados, silos, serralheiras, depósitos, comércio de cereais, indústria e comércio de produtos alimentícios, automóveis, máquinas agrícolas, auto peças, baterias oficinas mecânicas, torrefação, descascadores, moinhos, material de limpeza, hotéis, frigoríficos, laticínios, matadouros, empresas de transportes, pensões, motéis, dormitórios, hospedarias, hospitais, clínicas, casas de saúde e repouso, escolas, colégios em geral, indústria e comércio ou depósito de bebidas em geral, bares, supermercados, empórios, mercearias e congêneres em geral.	0,75
C	Rádio, televisão, bancos, agências seguradoras, casas lotéricas, guichês, auto escolas, escritórios profissionais, consultórios, indústria e comércio de materiais de construções, ferragens, materiais elétricos, metais sanitários, joalheiras, óticas, bijuterias, vidraçarias, comércio de discos, eletroeletrônico, ferro velho, indústria ou comércio de artefatos cerâmicos ou de cimento, indústria e comércio de massas, biscoitos, pães, macarrão, bolos, doces, e congêneres, casas de frios, sorveterias, carnes, peixes, frutas, verduras em geral, produtos agrícolas, floriculturas, produtos hortigranjeiros, lavanderias e congêneres, alfaiataria e congêneres, bombonieri, bancas de jornais, revistas, bicicletarias, borracharias, carvoaria, institutos de beleza, barbearias, e congêneres, residências ou condomínios prediais, de outras finalidades localizadas em edifícios com 3 (três) ou mais pavimentos.	0,50

(Revogado pela Lei nº 1150/2012)

ANEXO III

TABELA PARA COBRANÇA DE LICENÇA E/OU TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E DE SAÚDE PÚBLICA E LISTAGEM DE ESTABELECIMENTOS POR RISCO EPIDEMIOLÓGICO POR ATIVIDADES

Grupo	Discriminação	Vlr. em UFM
A	FÁBRICAS DE MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO Conservas de produtos de origem animal, conservas de produtos de origem vegetal, desidratadoras de carnes, doces e produtos de confeitarias (com cremes), embutidos em geral, granja produtora de ovos (armazenamento), mel, massas frescas e produtos derivados semi-processados perecíveis, matadouros de todas as espécies, produtos alimentícios infantis, produtos do mar (indústria elaboradoras de pescados, congelados, defumados e similares), refeições industriais, sorvetes e similares, subprodutos lácteos, usinas pasteurizadoras e processadoras de leite, e outros afins.	01
B	FÁBRICAS DE MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO Amidos e derivados, bebidas alcoólicas, sucos e outras, biscoitos e bolachas, cacau, chocolates e sucedâneos, cerealistas, depósitos e beneficiamento de grãos, molhos, condimentos e especiarias, confeitos, caramelos, bombons e similares, desidratadora de vegetais, farinhas (moinhos) e similares, gelatinas, pudins, e pó para sobremesas, gelo, gorduras e azeites (fabricação, refinação, e envasamento), doces e xaropes, massas secas, refinadora e envasadoras de açúcar, refinadora e envasadora de sal, torrefadoras de café, e outros afins	0,50
C	LOCAIS DE ELABORAÇÃO E/OU VENDAS DE MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO Açougues e casas de carnes em geral, assadoras de aves e outros tipos de carnes, cantinas e cozinhas escolares, casas de frios e embutidos em geral, laticínios, confeitarias, cozinhas de clubes em geral, hotéis, pensão, creches, salões de festas, lanchonetes, restaurantes e similares, cozinhas industriais, cozinhas e lactários de hospitais, maternidade, casas de saúde, manicômios e similares, depósitos de produtos perecíveis, feiras livres com vendas de carnes em geral, pescados, e outros produtos de origem animal, comércio ambulante de produtos de origem animal, lanchonetes, pastelarias, petiscaria, serv-car, padarias, peixarias (distribuidoras de pescados e mariscos em geral), quiosques de comestíveis perecíveis, casa de massas, supermercados, mercados, mercearias, empórios, com vendas de produtos perecíveis, sorveterias e outros afins.	0,80
D	LOCAIS DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO Armazéns, supermercado e mercearias sem vendas de produtos perecíveis, bares, boates, cafés, depósitos de bebidas, depósitos de frutas e verduras, envasadora de café, chá, condimentos, especiarias, feiras livres e comércio de produtos não perecíveis, quiosques de produtos alimentícios não perecíveis, quitandas e casas de frutas e verduras e outros afins, veículos de transporte e distribuição de produtos alimentícios.	0,50

NOTAS:

1 - Os estabelecimentos processadores de produtos de origem animal referem-se à aqueles que não sofrem inspeção federal .

2 - Havendo estabelecimentos que não constem da lista, os mesmos serão enquadrados nos grupos que mais se aproximarem.

3 - As atividades comerciais, industriais e prestadoras de serviços, terão suas alíquotas elevadas de acordo com seu grau de risco epidemiológico, podendo chegar em até 100% (cem por cento) da constante da tabela, conforme determinação expedida pelos técnicos da saúde pública do Município de Piên.

4 - O fornecimento de habite-se e demais documentos, expedidos pela saúde pública do Município de Piên, serão remunerados com a cobrança de preço público conforme regulamento do executivo municipal.

ANEXO IV

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS E TAXA DE VERIFICAÇÃO E REGULAR FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONGÊNERES E ESTABELECIMENTOS COM FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO EXTRAORDINÁRIO

Grupo	Discriminação	Vlr. em UFM
01	Estabelecimentos industriais de qualquer natureza	02
02	Estabelecimentos de ensino de qualquer grau e natureza	01
03	Escritórios, agências, consultórios, clínicas, representações e outros congêneres	01
04	Oficinas mecânicas de veículos automotores, máquinas e equipamentos em geral	01
05	Oficinas de bicicletas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e congêneres	01
06	Demais estabelecimentos prestadores de serviços	01
07	Profissionais autônomos de qualquer natureza	0,50
08	Estabelecimentos comerciais de qualquer gênero, para cada atividade constante do feito jurídico que constituiu a pessoa jurídica, ou para cada atividade concedida no alvará de licença	01

ANEXO IV

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONGÊNERES E TAXA DE FISCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO REGULAR DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS.

Grupo	Item	Discriminação	Valor em UFM		
			Até 2.000m²	Até 10.000m²	Acima de 10.001m²
01		Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de estabelecimento de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e congêneres.			
	A	Estabelecimentos industriais de qualquer natureza	02	04	06
	B	Estabelecimentos de ensino de qualquer grau e natureza.			01
	C	Escritórios, agências, consultórios, clínicas, representações e outros congêneres.			01
	D	Oficinas mecânicas de veículos automotores, máquinas e equipamentos em geral.			01
	E	Oficinas de bicicletas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e congêneres.			01
	F	Demais estabelecimentos prestadores de serviços			01
	G	Profissionais autônomos de qualquer natureza			0,50
	H	Estabelecimentos comerciais de qualquer gênero, para cada atividade constante do feito jurídico que constituiu a pessoa jurídica, ou para cada atividade concedida no alvará de licença.			01
	I	Parques de diversões, circos, rodeios, shows, eventos esportivos e congêneres.	0,20	0,50	01
02		Taxa de Fiscalização e Verificação Regular de	Até 2.000m²	Até 10.000m²	Acima de 10.001m²

		Funcionamento de estabelecimentos de produção, comércio, indústria, prestação de serviços e outros.			
A		Estabelecimentos industriais de qualquer natureza.	02	04	06
B		Estabelecimentos de ensino de qualquer grau e natureza.			01
C		Escritórios, agências, consultórios, clínicas, representações e outros congêneres.			01
D		Oficinas mecânicas de veículos automotores, máquinas e equipamentos em geral.			01
E		Oficinas de bicicletas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e congêneres.			01
F		Demais estabelecimentos prestadores de serviços.			01
G		Profissionais autônomos de qualquer natureza.			0,50
H		Estabelecimentos comerciais de qualquer gênero, para cada atividade constante do feito jurídico que constituiu a pessoa jurídica, ou para cada atividade concedida no alvará de licença.			01
I		Parques de diversões, circos, rodeios, shows, eventos esportivos e congêneres.	0,20	0,50	01

(Redação dada pela Lei nº 1150/2012)

~~ANEXO V~~

~~TABELA PARA COBRANÇA DAS TAXAS DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS; E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS, LICENÇA PARA COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE; LICENÇA PARA PUBLICIDADE, LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE SOLO EM LOGRADOUROS E VIAS PÚBLICAS.~~

Grupo	Item	Discriminação	vlr. em URM
01		Taxa de Licença para execução de obras	
A		pela aprovação de projetos para edificação residencial de padrão econômico ou popular	0,50
B		pela aprovação de projeto de edificação independente do número de pavimentos	01
C		pela aprovação de projetos de reformas em geral	0,50
D		fornecimento de habite - se ou visto de conclusão de obras	0,50
E		aprovação de projetos de subdivisão, anexação ou fusão de lotes de terras, para cada unidade subdividida, anexada ou fusionada	0,50
F		aprovação de projeto de loteamento, arruamento ou levantamento, para cada lote, ou data de terra aprovada, inclusive as áreas verdes e institucionais	0,20

Grupo	Item	Discriminação	Vlr. em UFM		
			Dia	Mês	Ano
2		Taxa de Licença para Comércio Eventual ou Ambulante			
A		Comércio ambulante de qualquer tipo de produto sem uso de veículos automotores	0,20	01	02
B		Comércio ambulante de qualquer tipo de produto utilizando-se de veículo automotor	0,40	01	03
3		Taxa de Licença Para Publicidade.			
A		Publicidade fixada na parte externa ou interna de qualquer tipo de estabelecimento comercial, industrial e prestador de serviços.	0,30	01	02
B		Publicidade fixada em veículos de qualquer natureza.	0,30	01	02
C		Publicidade sonora veiculada por qualquer meio ou processo.	0,30	1,50	03
D		Publicidade veiculada através de filmes, projetor, retroprojetor, videocassete ou qualquer outro processo, em cinemas, teatros, circos, boates e motéis.	01		
E		Publicidade fixada em praças de esportes, clubes, associações, terrenos particulares, em formas de painéis, placas, letreiros, ou por qualquer outro tipo de engenho de comunicação, será cobrada a taxa levando em consideração o tamanho em metros quadrados.	0,10	0,50	01
4		Taxa de Licença Para Ocupação de Solo em Logradouros e Vias Públicas			
A		Bancas, balcão, mesas, e outros tipos de equipamento em feiras livres	0,10	0,04	0,03
B		Veículos estacionados em vias e logradouros públicos para vendas qualquer tipo de produtos	0,50		
C		Quiosques, bancas, mesas, tabuleiros, carrinhos, ou qualquer outro tipo de móveis, fixados ou não em vias e logradouros públicos	0,10	0,20	0,60
D		Caçamba ou similares	0,10	0,20	0,60
E		Bancas de jornais e revistas	0,10	0,20	0,60
F		Postes ou similares	0,10	0,20	0,60
G		Cabinas de telefonia ou similares	0,10	0,20	0,60
H		Caixas postais ou similares	0,10	0,20	0,60
I		Postos de atendimento bancário, caixas eletrônicos ou similares	0,40	02	06
J		Quiosques de vendas diversas ou similares	0,30	01	03
K		Outras atividades não especificadas	0,20	0,50	01

ANEXO V

TABELA PARA COBRANÇA DAS TAXAS DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES; LICENÇA PARA COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE; LICENÇA PARA PUBLICIDADE; LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE SOLO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Grupo	Item	Discriminação	Valor em UFM		
01		Taxa de Licença para execução de obras			
	A	pela aprovação de projetos para edificação residencial de padrão econômico ou popular, assim compreendida a que possua no máximo 70m²			0,50
	B	pela aprovação de projeto de edificação independente do número de pavimentos			01
	C	pela aprovação de projetos de reformas em geral			0,50
	D	fornecimento de habite se ou visto de conclusão de obras			0,50
	E	aprovação de projetos de subdivisão, anexação ou fusão de lotes de terras, para cada unidade subdividida, anexada ou fusionada	Até 5 unid.	De 6 a 20 unid.	Acima de 20 unid.
			0,50	0,30	0,20
	F	aprovação de projeto de loteamento, arruamento ou levantamento, para cada lote aprovado, inclusive as áreas verdes e institucionais	Até 5 unid.	De 6 a 20 unid.	Acima de 20 unid.
			0,50	0,30	0,20
02		Taxa de Licença para Comércio Eventual ou Ambulante	Dia	Mês	Ano
	A	Comércio ambulante de qualquer tipo de produto sem uso de veículos automotores	0,20	01	02
	B	Comércio ambulante de qualquer tipo de produto utilizando-se de veículo automotor	0,40	1,5	03
03		Taxa de Licença Para Publicidade	Dia	Mês	Ano

	A	Publicidade fixada na parte externa ou interna de qualquer tipo de estabelecimento comercial, industrial e prestador de serviços.	0,30	01	02
	B	Publicidade fixada em veículos de qualquer natureza.	0,30	01	02
	C	Publicidade sonora veiculada por qualquer meio ou processo.	0,30	1,50	03
	D	Publicidade veiculada através de filmes, projetor, retroprojetor, videocassete ou qualquer outro processo, em cinemas, teatros, circos, boates e motéis.	01		
	E	Publicidade fixada em praças de esportes, clubes, associações, terrenos particulares, em formas de painéis, placas, letreiros, ou por qualquer outro tipo de engenho de comunicação, será cobrada a taxa levando em consideração o tamanho em metros quadrados.	0,10	0,50	01
04		Taxa de Licença Para Ocupação de Solo em Logradouros e Vias Públicas	Dia	Mês	Ano
	A	Bancas, balcão, quiosques, tabuleiros, mesas, guichês, carrinhos e outros tipos de equipamento em feiras livres.	0,10	0,25	1
	B	Veículos e trailers estacionados em vias e logradouros públicos para	0,20	0,50	2

	vendas qualquer tipo de produtos			
C	Quiosques, bancas, mesas, tabuleiros, carrinhos, ou qualquer outro tipo de móveis, fixados ou não em vias e logradouros públicos.	0,10	0,25	1
D	Caçamba ou similares	0,10	0,20	0,60
E	Bancas de jornais e revistas	0,10	0,20	0,60
F	Postes ou similares	0,10	0,20	0,60
G	Cabinas de telefonia ou similares	0,10	0,20	0,60
H	Caixas postais ou similares	0,10	0,20	0,60
I	Postes de atendimento bancário, caixas eletrônicos ou similares.	0,40	0,2	0,6
J	Parque de diversão ou circo	0,20	1	
K	Outras atividades não especificadas	0,20	0,50	01

(redação dada pela Lei nº 1150/2012)

ANEXO V

TABELA PARA COBRANÇA DAS TAXAS DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO E LOTEAMENTOS; LICENÇA PARA COMÉRCIO EVENTUAL OU AMBULANTE; LICENÇA PARA PUBLICIDADE; LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE SOLO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

Grupo	Item	Discriminação	Valor em UFM		
01		Taxa de Licença para execução de obras e aprovação de desmembramentos e loteamentos			
	A	pela aprovação de projetos para edificação residencial de padrão econômico ou popular, assim compreendida a que possua no máximo 70m ²			0,20
	B	pela aprovação de projeto de edificação independente do número de pavimentos			0,50
	C	pela aprovação de projetos de reformas em geral			0,50
	D	fornecimento de habite - se ou visto de conclusão de obras			0,20
	E	aprovação de projetos de subdivisão, anexação ou fusão de lotes de terras, para cada unidade subdividida, anexada ou fusionada	Até 5 u- nid.	De 6 a 20 unid.	Acima de 20 unid.
			0,40	0,20	0,10
	F	aprovação de projeto de loteamento, arruamento ou levantamento, para cada lote aprovado, inclusive as áreas verdes e institucionais	Até 5 u- nid.	De 6 a 20 unid.	Acima de 20 unid.
			0,40	0,20	0,10

Grupo	Item	Discriminação	Valor em UFM		
02		Taxa de Licença para Comércio Eventual ou Ambulante	Dia	Mês	Ano
	A	Comércio ambulante de qualquer tipo de produto sem uso de veículos automotores	0,20	01	02
	B	Comércio ambulante de qualquer tipo de produto utilizando-se de veículo automotor	0,40	1,5	03
Grupo	Item	Discriminação	Valor em UFM		
03		Taxa de Licença Para Publicidade	Dia	Mês	Ano
	A	Publicidade fixada na parte externa ou interna de qualquer tipo de estabelecimento comercial, industrial e prestador de serviços.	0,30	01	02
	B	Publicidade fixada em veículos de qualquer natureza.	0,30	01	02
	C	Publicidade sonora veiculada por qualquer meio ou processo.	0,30	1,50	03
	D	Publicidade veiculada através de filmes, projetor, retroprojetor, videocassete ou qualquer outro processo, em cinemas, teatros, circos, boates e motéis.	01	-	-
	E	Publicidade fixada em praças de esportes, clubes, associações, terrenos particulares, em formas de painéis, placas, letreiros, ou por qualquer outro tipo de engenho de comunicação, será cobrada a taxa levando em consideração o tamanho em metros quadrados.	0,10	0,50	01
Grupo	Item	Discriminação	Valor em UFM		
04		Taxa de Licença Para Ocupação de Solo em Logradouros e Vias Públicas	Dia	Mês	Ano
	A	Bancas, balcão, quiosques, tableiros, mesas, quichês, carrinhos e outros tipos de equipamento em feiras livres.	0,10	0,25	1
	B	Veículos e trailers estacionados em vias e logradouros públicos para vendas qualquer tipo de produtos	0,20	0,50	2
	C	Quiosques, bancas, mesas, tableiros, carrinhos, ou qualquer outro tipo de móveis, fixados ou não em vias e logradouros públicos.	0,10	0,25	1
	D	Caçamba ou similares	0,10	0,20	0,60
	E	Bancas de jornais e revistas	0,10	0,20	0,60
	F	Postes ou similares	0,10	0,20	0,60
	G	Cabinas de telefonia ou similares	0,10	0,20	0,60
	H	Caixas postais ou similares	0,10	0,20	0,60
	I	Postos de atendimento bancário, caixas eletrônicos ou similares.	0,40	02	06
	J	Parque de diversão ou circo	0,20	1	-

	K	Outras atividades não especificadas	0,20	0,50	01	(Redação dada pela Lei nº 1180/2013)
--	---	-------------------------------------	------	------	----	--------------------------------------

ANEXO VI

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA, COLETA DE LIXO, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E COMBATE A INCÊNDIO

Grupo	Item	Discriminação	Vlr. em UFM
1		Taxa de Coleta de Lixo	
	A	Residencial por unidade edificada	0,50
	B	Industrial por unidade edificada	0,50
	C	Prestação de Serviços por unidade edificada	0,50
	D	Agropecuária e outras por unidade edificada	0,50
2		Taxa de Limpeza Pública	Vlr. em UFM
	A	Imóveis edificados ou não, por metro linear lindeiro para a via pública	0,02
3		Taxa de Iluminação Pública	Vlr. em UFM
	A	Somente para os imóveis não edificados, por metro linear lindeiro para via pública que for atingida pelo serviço de iluminação pública	0,05
	B	Os imóveis edificados, o serviço de iluminação pública será cobrado conforme convênio com a empresa concessionária de energia	
4		Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos	Vlr. em UFM
	A	vias urbanas pavimentadas, por metro linear lindeiro para o logradouro	0,02
	B	vias e logradouros urbanas não pavimentadas, por metro linear lindeiro	0,01
5		Taxa de Combate a Incêndio	Vlr. em UFM
	A	Edificações residenciais com área de até 100m ² (cem metros quadrados) ficam dispensadas do pagamento da taxa	Isento
	B	Edificações residenciais, comerciais, industriais e prestadoras de serviços	0,50

ANEXO VI

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA AUTENTICAÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS EM GERAL, TAXA DE CONSERVAÇÃO E LIBERAÇÃO DE BEM APREENDIDOS, TAXA DE CONSULTA PRÉVIA E TAXA DE FORNECIMENTO DE CERTIDÕES

Grupo	Item	Discriminação	Valor em URM	
03		Taxa de Autenticação de Livros e Documentos Fiscais em Geral		
A		Livro de registro de ISS		0,120
04		Taxa de Conservação e Liberação de Bens Apreendidos	Por dia	Por mês
A		Materiais de consumo como: produtos alimentícios, higiene e limpeza, artigos de papelaria, confecções etc	0,005	0,150
B		Mobiliário, Máquinas e equipamentos em geral	0,010	0,300
C		Veículos automotores, motocicletas, furgões, containers, trailers	0,020	0,600
05		Taxa de Consulta Prévia		
A		De viabilidade para licenciamento de atividade comercial		0,060
B		De licenciamento ambiental		0,060
C		De viabilidade para implantação de loteamento		0,150
06		Taxa de Fornecimento de Certidões		
A		Certidão Negativa de Débitos Tributários, Fornecimento de Bens e Serviços e outras certidões em geral, exceto emissão via internet		0,030

(redação dada pela

Lei nº 1150/2012)

ANEXO VI

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE COLETA DE LIXO; TAXA DE COMBATE A SINISTROS; TAXA DE AUTENTICAÇÃO DE LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS EM GERAL; TAXA DE CONSERVAÇÃO E LIBERAÇÃO DE BEM APREENDIDOS; TAXA DE CONSULTA PRÉVIA E TAXA DE FORNECIMENTO DE CERTIDÕES

Grupo	Categoria	Discriminação	Valor em UFM
01		Taxa de Coleta de Lixo	Valor mensal
	A	Residencial e utilidade pública por unidade edificada com consumo de água de até 10m ³	0,029
	B	Residencial e utilidade pública por unidade edificada com consumo de água maior que 10m ³ e menor ou igual a 20m ³	0,031
	C	Residencial e utilidade pública por unidade edificada com consumo de água maior que 20m ³ e menor ou igual a 30m ³	0,035
	D	Residencial e utilidade pública por unidade edificada com consumo de água maior que 30m ³ e menor ou igual a 50m ³	0,040
	E	Residencial e utilidade pública por unidade edificada com consumo de água maior que 50m ³	0,045
	F	Comercial por unidade edificada com consumo de água de até 10m ³	0,065
	G	Comercial por unidade edificada com consumo de água maior que 10m ³ e menor ou igual a 20m ³	0,067
	H	Comercial por unidade edificada com consumo de água maior que 20m ³ e menor ou igual a 30m ³	0,070
	I	Comercial por unidade edificada com consumo de água maior que 30m ³ e menor ou igual a 50m ³	0,073
	J	Comercial por unidade edificada com consumo de água maior que 50m ³	0,082
	K	Industrial por unidade edificada com consumo de água de até 10m ³	0,110
	L	Industrial por unidade edificada com consumo de água maior que 10m ³ e menor ou igual a 20m ³	0,115
	M	Industrial por unidade edificada com consumo de água maior que 20m ³ e menor ou igual a 30m ³	0,120
	N	Industrial por unidade edificada com consumo de água maior que 30m ³ e menor ou igual a 50m ³	0,125
	O	Industrial por unidade edificada com consumo de água maior que 50m ³	0,140
Grupo	Categoria	Discriminação	Valor em UFM
02		Taxa de Combate a Sinistros	Valor anual
	A	Imóveis edificadas com área acima de 100m ² até 200m ² com destinação residencial	0,100
	B	Imóveis edificadas com área acima de 200m ² com destinação residencial	0,150
	C	Imóveis edificadas com área acima de 100m ² até 200m ² destinação comercial ou de prestação de serviços	0,200
	D	Imóveis edificadas com área acima de 200m ² até 400m ² destinação comercial ou de prestação de serviços	0,250
	E	Imóveis edificadas com área acima de 400m ² destinação comercial ou de prestação de serviços	0,300
	F	Imóveis edificadas com área de até 500m ² com destinação industrial	0,300
	G	Imóveis edificadas com área acima de 500m ² até	0,400

		1000m ² com destinação industrial		
	H	Imóveis edificados com área acima de 1000m ² com destinação industrial		0,500
Grupo	Item	Discriminação	Valor em UFM	
03		Taxa de Autenticação de Livros e Documentos Fiscais em Geral		
	A	Livro de registro de ISS		0,120
Grupo	Item	Discriminação	Valor em UFM	
04		Taxa de Conservação e Liberação de Bens Apreendidos	Por dia	Por mês
	A	Materiais de consumo como: produtos alimentícios, higiene e limpeza, artigos de papelaria, confecções etc	0,005	0,150
	B	Mobiliário, Máquinas e equipamentos em geral	0,010	0,300
	C	Veículos automotores, motocicletas, furgões, containers, trailers	0,020	0,600
Grupo	Item	Discriminação	Valor em UFM	
05		Taxa de Consulta Prévia		
	A	De viabilidade para licenciamento de atividade comercial		0,060
	B	De licenciamento ambiental		0,060
	C	De viabilidade para implantação de loteamento		0,150
015)				
Grupo	Item	Discriminação	Valor em UFM	
06		Taxa de Fornecimento de Certidões		
	A	Certidão Negativa de Débitos Tributários, Fornecimento de Bens e Serviços e outras certidões em geral, exceto emissão via internet		0,030

(Revogado pela Lei nº 1244/2

Notas:

Grupo 1 - O cálculo para aferição do valor da Taxa de Coleta de Lixo obedece a seguinte metodologia:

O lançamento da taxa terá como base a média de consumo de água de cada unidade residencial autônoma, estabelecimento de utilidade pública, comercial e industrial, tendo em vista que estudos comprovam a relação existente entre o volume de resíduos produzidos e o volume de água consumida. A metodologia aplicada considera a classificação do gerador de lixo (residencial e utilidade pública, comercial e industrial), a categoria (segundo padrões de consumo) e valor do custeio do serviço de coleta de lixo domiciliar.

A classificação do gerador de lixo será revista anualmente e é aplicada através da média de consumo de água pela unidade residencial autônoma, estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço do período de 5 meses consecutivos do ano anterior ao do lançamento.

A classificação apresentada foi realizada com base na média de consumo de água dos contribuintes no exercício de 2013, apurando-se os 5 últimos meses.

No decorrer do ano fiscal as novas ligações de água serão enquadradas na classe do gerador de lixo pertencente a primeira faixa da tabela de cobrança, conforme a categoria cadastral.

No caso de religação de água o contribuinte será enquadrado na classe histórica da matrícula da concessionária do exercício fiscal. Na ausência de histórico o contribuinte será enquadrado na classe do gerador de lixo da primeira faixa da tabela de consumo, conforme categoria cadastral.

O cálculo do valor a ser cobrado tem como referência o número de economias cadastradas no para o imóvel, na concessionária e no cadastro municipal, multiplicado pelo coeficiente correspondente à classe do gerador de lixo, conforme cada tipo de uso, considerado individualmente.

O valor da manutenção dos serviços de coleta de lixo foi obtido pela média do custo da terceirização do serviço nos últimos 12 meses.

Foi considerado a existência de 3.371 domicílios no município, segundo dados do censo realizado em 2010 pelo IBGE e 564 estabelecimentos industriais, comerciais e de utilidade pública, com base no cadastro de dados da Fazenda Municipal e da Sanepar.

Foram reduzidos proporcionalmente do cálculo os contribuintes isentos e os estabelecimentos do poder público. (Redação dada pela Lei nº 1180/2013)

ANEXO VII

TABELA PARA COBRANÇA DE IPTU IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Grupo	Discriminação	Percentual do vlr. do Imóvel
1	Imóveis edificados	0,5 %
2	Imóveis não edificados	01 %

ANEXO VIII

TABELA PARA COBRANÇA DE ISS IMPOSTO SOBRE
SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Grupo	Item	Discriminação	Vlr. em URM
1		Lançamento por alíquota fixa, conforme artigo 154 deste código	
A		Profissionais de formação de nível superior	02
B		Profissionais de formação de nível secundário	01
C		Profissionais de formação de nível primário	0,50
D		Outros profissionais	0,30

Grupo	Item	Discriminação	Percentual do valor da Receita Bruta
I		Lançamento sobre o valor da receita bruta, conforme artigo 155 deste código	
A		Escritórios de contabilidade, serviços de processamento de dados, serviços de vigilância, limpeza, armazenagem, ensino de qualquer grau e natureza	02 %
B		Serviços de corretagem, intermediação, representações, administração de bens móveis e imóveis, locação de bens móveis e tipográfico	02 %
C		Transporte de natureza estritamente municipal, serviço hoteleiro, dormitório, pensão e congêneres	02 %
D		Serviços bancários em geral, motéis e congêneres, jogos e diversões públicas em geral	10 %
E		Hospitais, clínicas, laboratórios de análise, ambulatório, casas de saúde e congêneres	02 %
F		Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, planejamento, coordenação ou organização técnica, financeira ou administrativa	02 %
G		Análise, inclusive de sistemas, exames, pesquisas e informações, coleta e processamento de dados de qualquer natureza, perícias, laudos, exames técnicos e assistência técnica	02 %
H		Dactilografia, estenografia, expediente, secretaria em geral, projetos, cálculos, desenhos técnicos e congêneres	02 %
I		Aerofotogrametria, mapeamento, topografia, execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, de obras hidráulicas e outras obras semelhantes	02 %
J		Florestamento e reflorestamento	02 %
K		Agenciamento, corretagem e intermediações de câmbio, de seguros, de planos de previdência privada, corretagem e intermediações de direito de propriedade industrial, artística ou literária, intermediações de contrato de franquia, corretagem e intermediações de bens móveis e imóveis	02 %
L		Despachantes, distribuição e vendas de bilhetes de loterias, cartões, pules, cupons de apostas, carnês, sorteios, ou prêmios	02 %
M		Fornecimento de música, mediante transmissão por qualquer processo, para vias públicas ou ambientes fechados (exceto transmissões radiofônicas ou de televisão)	02 %
N		Lubrificação, limpeza e revisão de máquinas, veículos, aparelhos e equipamentos, instalação e montagem de equipamentos	02 %
O		Cópia ou reprodução por qualquer processo, de documentos e outros papéis, plantas ou desenhos, colocação de molduras e afins, encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	02 %
P		Cobrança e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de processos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimento de posição de cobrança e outros serviços assemelhados	02 %

Q	Demais atividades não especificadas	02 %
---	-------------------------------------	------

ANEXO VIII
TABELA PARA COBRANÇA DE ISS IMPOSTO SOBRE
SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Grupo	Item	Discriminação	Valor em URM
01		Regime de tributação fixa	
A		Profissionais de formação de nível superior	02
B		Profissionais de formação de nível secundário	01
C		Profissionais de formação de nível primário	0,50
D		Outros profissionais	0,30
Grupo	Item	Discriminação	Percentual do valor da Receita Bruta
02		Regime de tributação variável	
	1	Serviços de informática e congêneres	3%
	2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	3%
	3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres	3%
	4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres	3%
	5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres	3%
	6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres	3%
	7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres	2 %
	8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza	3%
	9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres	3%
	10	Serviços de intermediação e congêneres	3%
	11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres	3%
	12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres	3%
	13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia	3%
	14	Serviços relativos a bens de terceiros	3%
	15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito	5%
	16	Serviços de transporte de natureza municipal	3%
	17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres	3%
	18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	3%
	19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de	3%

	capitalização e congêneres	
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários	3%
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	3%
22	Serviços de exploração de rodovia	3%
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	3%
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	3%
25	Serviços funerários	3%
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	3%
27	Serviços de assistência social	3%
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	3%
29	Serviços de biblioteconomia	3%
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química	3%
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	3%
32	Serviços de desenhos técnicos	3%
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	3%
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	3%
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	3%
36	Serviços de meteorologia	3%
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	3%
38	Serviços de museologia	3%
39	Serviços de ourivesaria e lapidação	3%
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda	3%

(Redação dada pela Lei nº 1150/2

012)

ANEXO VIII
TABELA PARA COBRANÇA DE ISS IMPOSTO SOBRE

SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Grupo	Item	Discriminação	Valor em UFM
01		Regime de tributação fixa	-
	A	Atividades profissionais que exijam formação em nível superior	02
	B	Atividades profissionais que exijam formação em nível médio	01
	C	Atividades profissionais que exijam formação em nível fundamental	0,50
	D	Outros profissionais	0,30

(Redação dada pela Lei nº 1180/201

3)

Grupo	Item	Discriminação	Percentual do valor da Receita Bruta
02		Regime de tributação variável	
	1	Serviços de informática e congêneres	3%
	2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	3%
	3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres	3%
	4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres	3%
	5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres	3%
	6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres	3%
	7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres	2 %
	8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza	3%
	9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres	3%
	10	Serviços de intermediação e congêneres	3%
	11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres	3%
	12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres	3%
	13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia	3%
	14	Serviços relativos a bens de terceiros	3%
	15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito	5%
	16	Serviços de transporte de natureza municipal	3%
	17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres	3%
	18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	3%
	19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	3%
	20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários	3%
	21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	3%
	22	Serviços de exploração de rodovia	3%
	23	Serviços de programação e comunicação visual,	3%

	desenho industrial e congêneres	
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	3%
25	Serviços funerários	3%
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	3%
27	Serviços de assistência social	3%
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	3%
29	Serviços de biblioteconomia	3%
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química	3%
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	3%
32	Serviços de desenhos técnicos	3%
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	3%
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	3%
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	3%
36	Serviços de meteorologia	3%
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	3%
38	Serviços de museologia	3%
39	Serviços de ourivesaria e lapidação	3%
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda	3%

(Redação dada pela Lei nº 1180/201

3)

Grupo	Item	Subitem	Discriminação	Percentual do valor da Receita Bruta
02			Regime de tributação variável	
	1		Serviços de informática e congêneres	
		1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas	3%
		1.02	Programação	3%
		1.03	Processamento de dados e congêneres	3%
		1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos	3%
		1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação	3%
		1.06	Assessoria e consultoria em informática	3%
		1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados	3%
		1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas	3%
	2		Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	
		2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	3%
	3		Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres	
		3.01	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	3%
		3.02	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza	3%
		3.03	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza	3%
		3.04	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário	3%
	4		Serviços de saúde, assistência médica e congêneres	
		4.01	Medicina e biomedicina	3%
		4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres	3%
		4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres	3%
		4.04	Instrumentação cirúrgica	3%
		4.05	Acupuntura	3%
		4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares	3%
		4.07	Serviços farmacêuticos	3%
		4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	3%

	4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	3%
	4.10	Nutrição	3%
	4.11	Obstetrícia	3%
	4.12	Odontologia	3%
	4.13	Ortótica	3%
	4.14	Próteses sob encomenda	3%
	4.15	Psicanálise	3%
	4.16	Psicologia	3%
	4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres	3%
	4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	3%
	4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres	3%
	4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	3%
	4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	3%
	4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres	3%
	4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário	3%
	5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres	
	5.01	Medicina veterinária e zootecnia	3%
	5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos socorros e congêneres, na área veterinária	3%
	5.03	Laboratórios de análise na área veterinária	3%
	5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	3%
	5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	3%
	5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	3%
	5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	3%
	5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres	3%
	5.09	Planos de atendimento e assistência médico veterinária	3%
	6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres	
	6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	3%
	6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres	3%
	6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres	3%
	6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	3%

	6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres	3%
7		Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres	
	7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	3%
	7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	2%
	7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia	3%
	7.04	Demolição	2%
	7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	2%
	7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço	3%
	7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres	3%
	7.08	Calafetação	3%
	7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer	3%
	7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres	3%
	7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores	3%
	7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos	3%
	7.13	Detetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres	3%
	7.14	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres	3%
	7.15	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres	2%
	7.16	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres	3%
	7.17	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo	3%
	7.18	Aerofotogrametria (inclusive interpretação),	3%

		cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	
	7.19	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretização, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais	3%
	7.20	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres	3%
8		Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza	
	8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior	3%
	8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	3%
9		Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres	
	9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart service condominiais, flat, apart hotéis, hotéis residência, residence service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)	3%
	9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	3%
	9.03	Guias de turismo	3%
10		Serviços de intermediação e congêneres	
	10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada	3%
	10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	3%
	10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	3%
	10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)	3%
	10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios	3%
	10.06	Agenciamento marítimo	3%
	10.07	Agenciamento de notícias	3%
	10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios	3%
	10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	3%
	10.10	Distribuição de bens de terceiros	3%

11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres	
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações	3%
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas	3%
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas	3%
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie	3%
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres	
12.01	Espectáculos teatrais	3%
12.02	Exibições cinematográficas	3%
12.03	Espectáculos circenses	3%
12.04	Programas de auditório	3%
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres	3%
12.06	Boates, taxi dancing e congêneres	3%
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	3%
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres	3%
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não	3%
12.10	Corridas e competições de animais	3%
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador	3%
12.12	Execução de música	3%
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	3%
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	3%
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	3%
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	3%
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	3%
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia	
13.01	Fonografia ou gravação de sons, inclusive truçagem, dublagem, mixagem e congêneres	3%
13.02	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, truçagem e congêneres	3%
13.03	Reprografia, microfilmagem e digitalização	3%
13.04	Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia, fotolitografia	3%
14	Serviços relativos a bens de terceiros	

14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	3%
14.02	Assistência técnica	3%
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	3%
14.04	Recaptação ou regeneração de pneus	3%
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer	3%
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido	3%
14.07	Colocação de molduras e congêneres	3%
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	3%
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento	3%
14.10	Tinturaria e lavanderia	3%
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	3%
14.12	Funilaria e lanternagem	3%
14.13	Carpintaria e serralheria	3%
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres	5%
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas	5%
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral	5%
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres	5%
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais	5%
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia	5%
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo,	5%

		inclusive por telefone, fac símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo	
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins	5%	
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)	5%	
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral	5%	
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados	5%	
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários	5%	
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio	5%	
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres	5%	
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento	5%	
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral	5%	
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão	5%	
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário	5%	

16	Serviços de transporte de natureza municipal	
16.01	Serviços de transporte de natureza municipal	3%
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres	
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	3%
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres	3%
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa	3%
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de obra	3%
17.05	Fornecimento de mão-de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço	3%
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários	3%
17.07	Franquia (franchising)	3%
17.08	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas	3%
17.09	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres	3%
17.10	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS)	3%
17.11	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros	3%
17.12	Leilão e congêneres	3%
17.13	Advocacia	3%
17.14	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	3%
17.15	Auditoria	3%
17.16	Análise de Organização e Métodos	3%
17.17	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza	3%
17.18	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	3%
17.19	Consultoria e assessoria econômica ou financeira	3%
17.20	Estatística	3%
17.21	Cobrança em geral	3%
17.22	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)	3%
17.23	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres	3%

18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	3%
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	3%
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroporquários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários	
20.01	Serviços portuários, ferroporquários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres	3%
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres	3%
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres	3%
21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	3%
22	Serviços de exploração de rodovia	
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais	3%
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	3%
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	3%
25	Serviços funerários	

	25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres	3%
	25.02	Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos	3%
	25.03	Planos ou convênio funerários	3%
	25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios	3%
26		Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	
	26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	3%
27		Serviços de assistência social	
	27.01	Serviços de assistência social	3%
28		Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	
	28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	3%
29		Serviços de biblioteconomia	
	29.01	Serviços de biblioteconomia	3%
30		Serviços de biologia, biotecnologia e química	
	30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química	3%
31		Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	
	31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	3%
32		Serviços de desenhos técnicos	
	32.01	Serviços de desenhos técnicos	3%
33		Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	
	33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	3%
34		Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	
	34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	3%
35		Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	
	35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	3%
36		Serviços de meteorologia	
	36.01	Serviços de meteorologia	3%
37		Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	
	37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	3%

	38	Serviços de museologia	
		38.01	Serviços de museologia 3%
	39	Serviços de ourivesaria e lapidação	
		39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço) 3%
	40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda	
		40.01	Obras de arte sob encomenda 3%

(Redação dada pela Lei nº

~~1244/2015~~)

GRUPO	ITEM	SUBITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR DA RECEITA BRUTA
02			Regime de tributação variável	
	1		Serviços de informática e congêneres	
		1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas	3%
		1.02	Programação	3%
		1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres	3%
		1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres	3%
		1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação	3%
		1.06	Assessoria e consultoria em informática	3%
		1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados	3%
		1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas	3%
		1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3%
	2		Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	
		2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza	3%
	3		Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres	
		3.01	(VETADO)	
		3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda	3%
		3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza	3%
		3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza	3%
		3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário	3%
	4		Serviços de saúde, assistência médica e congêneres	
		4.01	Medicina e biomedicina	3%
		4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia,	3%

		ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres	
	4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres	3%
	4.04	Instrumentação cirúrgica	3%
	4.05	Acupuntura	3%
	4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares	3%
	4.07	Serviços farmacêuticos	3%
	4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia	3%
	4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental	3%
	4.10	Nutrição	3%
	4.11	Obstetrícia	3%
	4.12	Odontologia	3%
	4.13	Ortóptica	3%
	4.14	Próteses sob encomenda	3%
	4.15	Psicanálise	3%
	4.16	Psicologia	3%
	4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres	3%
	4.18	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	3%
	4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres	3%
	4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	3%
	4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	3%
	4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres	3%
	4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário	3%
5		Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres	
	5.01	Medicina veterinária e zootecnia	3%
	5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária	3%
	5.03	Laboratórios de análise na área veterinária	3%
	5.04	Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres	3%
	5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres	3%
	5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie	3%
	5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres	3%
	5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres	3%

	5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária	3%
6		Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres	
	6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres	3%
	6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres	3%
	6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres	3%
	6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas	3%
	6.05	Centros de emagrecimento, spa e congêneres	3%
	6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres	3%
7		Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres	
	7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	3%
	7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	2%
	7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia	3%
	7.04	Demolição	2%
	7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS)	2%
	7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço	3%
	7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres	3%
	7.08	Calafetação	3%
	7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer	3%
	7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres	3%
	7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores	3%
	7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos	3%

	7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres	3%
	7.14	VETADO	
	7.15	VETADO	
	7.16	Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios	3%
	7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres	2%
	7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres	3%
	7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo	3%
	7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres	3%
	7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais	3%
	7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres	3%
8		Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza	
	8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior	3%
	8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza	3%
9		Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres	
	9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços)	3%
	9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres	3%
	9.03	Guias de turismo	3%
10		Serviços de intermediação e congêneres	
	10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada	3%
	10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer	3%

	10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária	3%
	10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring)	3%
	10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios	3%
	10.06	Agenciamento marítimo	3%
	10.07	Agenciamento de notícias	3%
	10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios	3%
	10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial	3%
	10.10	Distribuição de bens de terceiros	3%
11		Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres	
	11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações	3%
	11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes	3%
	11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas	3%
	11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie	3%
12		Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres	
	12.01	Espetáculos teatrais	3%
	12.02	Exibições cinematográficas	3%
	12.03	Espetáculos circenses	3%
	12.04	Programas de auditório	3%
	12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres	3%
	12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres	3%
	12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	3%
	12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres	3%
	12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não	3%
	12.10	Corridas e competições de animais	3%
	12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador	3%
	12.12	Execução de música	3%
	12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres	3%
	12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo	3%

	12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres	3%
	12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres	3%
	12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza	3%
13		Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia	
	13.01	VETADO	
	13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres	3%
	13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres	3%
	13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização	3%
	13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS	3%
14		Serviços relativos a bens de terceiros	
	14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	3%
	14.02	Assistência técnica	3%
	14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS)	3%
	14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus	3%
	14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer	3%
	14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido	3%
	14.07	Colocação de molduras e congêneres	3%
	14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres	3%
	14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento	3%
	14.10	Tinturaria e lavanderia	3%
	14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral	3%
	14.12	Funilaria e lanternagem	3%
	14.13	Carpintaria e serralheria	3%
	14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento	3%

15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres	5%
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas	5%
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral	5%
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres	5%
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais	5%
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia	5%
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo	5%
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins	5%
15.09	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing)	5%
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral	5%
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados	5%
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários	5%
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação,	5%

		cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio	
	15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres	5%
	15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento	5%
	15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral	5%
	15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão	5%
	15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário	5%
16		Serviços de transporte de natureza municipal	
	16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros	3%
	16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal	3%
17		Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres	
	17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares	3%
	17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres	3%
	17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa	3%
	17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra	3%
	17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço	3%
	17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários	3%

	17.07	VETADO	
	17.08	Franquia (franchising)	3%
	17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas	3%
	17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres	3%
	17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS)	3%
	17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros	3%
	17.13	Leilão e congêneres	3%
	17.14	Advocacia	3%
	17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica	3%
	17.16	Auditoria	3%
	17.17	Análise de Organização e Métodos	3%
	17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza	3%
	17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares	3%
	17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira	3%
	17.21	Estatística	3%
	17.22	Cobrança em geral	3%
	17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring)	3%
	17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres	3%
	17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita)	3%
18		Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	
	18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres	3%
19		Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	
	19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres	3%
20		Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários	
	20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização	3%

		de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres	
	20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres	3%
	20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres	3%
	21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	
	21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais	3%
	22	Serviços de exploração de rodovia	
	22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais	3%
	23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	
	23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres	3%
	24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	
	24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres	3%
	25	Serviços funerários	
	25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres	3%
	25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos	3%
	25.03	Planos ou convênio funerários	3%
	25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios	3%
	25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento	3%
	26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	
	26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres	3%

27	Serviços de assistência social	
27.01	Serviços de assistência social	3%
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza	3%
29	Serviços de biblioteconomia	
29.01	Serviços de biblioteconomia	3%
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química	3%
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres	3%
32	Serviços de desenhos técnicos	
32.01	Serviços de desenhos técnicos	3%
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres	3%
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres	3%
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas	3%
36	Serviços de meteorologia	
36.01	Serviços de meteorologia	3%
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins	3%
38	Serviços de museologia	
38.01	Serviços de museologia	3%
39	Serviços de ourivesaria e lapidação	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço)	3%
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda	
40.01	Obras de arte sob encomenda	3%

(Redação dada pela Lei nº

1298/2017)

GLOSSÁRIO:

Acessão: modo de aquisição de coisa que pertence a outrem, por se considerar esta como acessória em relação do adquirente, reputada principal.

Acionistas: pessoa que tem ações de companhia industrial ou comercial.

Aditivos: adicionais.

Adjudicação: o ato de transferir ao exeqüente bens penhorados, ou respectivos pagamentos, em pagamento do seu crédito contra o executado.

Aeródromos: área delimitada em terra, na água, ou flutuante, destinado a pouso e decolagem de aeronaves.

Aforamento: conceder privilégio, direito ou honorário, atribuir-se direitos qualidades.

Aforamento perpétuo: tûmulo.

Aformoseamento: embelezar, tornar formoso.

Agropastoril: de origem agropecuária.

Alienante: que ou quem aliena a propriedade, transfere o domínio.

Alinhamento: linha oficial traçada pela autoridade competente que limita o lote em relação aos logradouros.

Anexação: reunir, juntar a coisa considerada como principal, anexar outras cláusulas ao contrato.

Anulação: tornar nulo, invalidar.

Arbitramento - Arbitragem: ato ou efeito ou arbitrar, o julgamento, decisão ou veredicto de árbitro.

Arrematação: ato ou efeito de arrematar, adjudicação em hasta pública.

Arrematante: comprar ou tomar de arrendamento em leilão.

Arresto: apreensão judicial de bens do suposto devedor, para garantir a execução que contra ele acaso se venha a promover, embargo.

Arruamento: traçado, demarcação e abertura de ruas; conjunto de ruas num loteamento.

Ascensores: ângulo formado entre os meridianos.

Autônomas: que se realiza sem intervenção de forças ou agentes externos.

Autos forenses: disposição ordenada de atos que formam um conjunto de peças escritas que materializam o processo.

Autuado - Autuar: lavrar um auto contra alguém.

Benfeitorias: obra útil realizada em propriedade, e que a valoriza.

Bens indivisos: Os que não foram objeto de divisão.

Cadastro imobiliários: registro público dos bens, imóveis de determinado território.

Cargo: Incumbência, obrigação, responsabilidade.

Caput: parte do artigo que contém o fundamento deste.

Cessionário: aquele a quem se faz cessão, aquele que aceita a cessão.

Cisão: separação do corpo de um partido, de uma sociedade de uma doutrina.

Codex: corpo único e sistematizado de disposições legais referentes a uma mesma área do Direito.

Cometimento: empreendimento, tentativa ou empresa difícil, arriscada e/ou de grande vulto.

Competência: faculdade concedida por lei a um funcionário, juiz ou tribunal para apreciar e julgar certos ou questões; qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certo assunto.

Compensação: Estabelecer equilíbrio entre contrabalançar, equilibrar, reparar o dano, incômodo.

Compulsória: mandado de juiz superior para instância inferior, aposentadoria forçada, por haver o servidor, civil ou militar, alcançar o limite de idade.

Concordatário: que aprovou a concordata.

Congêneres: pertence ao mesmo gênero, idêntico, semelhante, similar.

Cônjuge: cada um dos casados, em relação ao outro.

Consulente: que ou quem consulta.

Convênio: convenção, ajuste, acordo, pacto.

Costume: hábito.

Curatelados: aquele que está sujeito a curatela.

Curadores: pessoa que tem a função de zelar pelos bens e pelos interesses dos que dados por si não o possam fazer.

Custeio: relação de despesas.

De cujus: pessoa falecida de cuja sucessão se trata.

Decibéis: unidade de intervalo de potência.

Decadência: que perece com o tempo.

Delegação: comissão que dá a alguém o direito de agir em nome de outrem, quer em caráter particular, quer como representante.

Despacho: Despachar: resolver, decidir.

Dilatação: aumento de dimensões; aumento de volume; alargamento, ampliação. Incremento, propagação, expansão, prorrogação, alongamento, dilação.

Dolo: qualquer ato consciente com que alguém induz, mantém ou confirma outrem em erro; má fé.

Drenagem: conjunto de operações e instalações destinadas a remover os excessos de água das superfícies e do subsolo.

Enfiteuse: direito real alienável e transmissível aos herdeiros, e que confere a alguém o pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar um foro anual, em numerário ou em frutos.

Enfiteuta: pessoa que tem ou recebe por enfiteuse o domínio útil de um prédio.

Epidemiológico: Estudo das relações dos diversos fatores que determinam a frequência e distribuição de um processo ou doença infecciosa numa comunidade.

Espólio - Espoliar: privar de alguma coisa ilegítimamente, por fraude ou violência, roubar, despojar. Conjunto de bens que integra o patrimônio deixado pelo de cujus, e que serão partilhados, no inventário, entre os herdeiros ou legatários.

Exclusão: ato pelo qual alguém é privado ou excluído de determinadas funções.

Extrajudicial - Extrajudiciário: que não se realiza perante a autoridade judiciária; extrajudicial.

Fiador: aquele que fia ou abona alguém, responsabilizando-se pelo cumprimento de obrigações do abonado.

Fideicomisso: disposição testamentária pela qual o testador institui dois ou mais herdeiros, impondo a eles a obrigação de por sua morte, transmitir aos outros há certo tempo ou sob certa condição, a herança ou legada.

Fiduciário: dependente de confiança ou que a revela é quase igual a fideicomisso.

Fisco: conjunto de órgãos da administração pública destinado à arrecadação e a fiscalização de tributos, fazenda pública.

Formulário: coleção de fórmulas, modelo impresso de fórmula.

Fraude: abuso de confiança, ação praticada de má-fé.

Fraudulenta: em que há fraude, doloso, impostor, fraudulento.

Função: cargo, serviço, ofício.

Fusão: fundir, misturar, ligar.

Fusionadas - Fusionar: fazer a fusão de; fundir, confundir, misturar, amalgamar.

Hasta pública: venda judicial de bens imóveis.

Herdeiros: aquele que herda.

Imputação: ato ou efeito de imputar; responsabilidade pessoal; inculpação com fundamento ou sem ele, aquele que é imputado.

Imponível: tributável, diz-se do fato gerador de imposto.

Impugnante - Impugnar: opor-se, resistir, refutar, contestar.

Imunes : isento, livre.

Incidência : qualidade do que é incidente; ação de incidir .

Incidir: recair, refletir-se, pesar, cair, incorrer, coincidir, acontecer, ocorrer.

Incorporação : Agrupamento, inclusão.

Infrator : aquele que infringe.

Instância : foro, jurisdição ou alçada.

Interditadas - Interdito: privado por interdição;

Interdição: privação judicial de alguém reger sua pessoa e bens.

Investidura : Ato de investir ou dar posse; a cerimônia da posse ou provimento em algum cargo.

Irradiadas: lançar, emitir.

Isentos: dispensado legalmente.

Licitações - Licitar: oferecer qualquer quantia no ato de arrematação.

Lindeiros: relativo ao limite ou limítrofe (contíguo à fronteira de uma região).

Liquidez - Liquidar: pagar, resgatar, título.

Mandatários: aquele que recebe mandato; executor de ordens ou mandatos, representante, procurador, delegado.

Massa falida: é o acervo ativo e passiva de bens e interesses do falido, que passa a ser administrado e representado pelo síndico.

Mutações: mudança, alteração, modificação, transformação.

Notificação: ato de notificar, intimação.

Nulidade: estado ou qualidade de nulo.

Oneroso: que envolve ou impõe ônus, que sobrecarrega, pesado; de que resultam grandes despesas ou gastos, dispendioso.

Ônus real: a enfiteuse, usufruto, hipoteca, o penhor são ônus reais.

Parâmetro: todo elemento cuja variação de valor modifica a solução dum problema sem lhe modificar a natureza.

Partilha: repartição dos bens de uma herança, divisão de lucros, quinhão.

Penhora: apreensão judicial de bens, valores, em quantidade bastante para garantir a execução.

Perempto: extinção do direito de praticar um ato processual pela perda de um prazo definido ou definitivo.

Prelação: direito de preferência que os filhos tinham a ser providos nos cargos do pais.

Prescrição: ordem expressa e formal, perda dum direito pelo não uso dele durante determinado

tempo; extinção da punibilidade de criminoso ou contraventor por não ter o Estado agido legalmente contra ele a tempo.

Prolatada: proferida ou promulgada.

Protelatória - Protelar: adiar, retardar.

Protocolizar: registrar ou inscrever no protocolo (registro de atos públicos)

Recolhido: arrecadar.

Reincidente: tornar a praticar um ato da mesma espécie.

Remissão: ação ou efeito de remeter, compensação paga.

Repartição: seção, divisão ou serviço de organização ou estabelecimento destinado a atender interesses comunitários.

Restituição: devolver, retornar.

Retificação: retificar ou corrigir.

Retrocessão: Ato pelo qual o adquirente de um bem transfere de volta a propriedade desse bem àquele de quem o adquiriu.

Retrovenda: Em contrato de compra e venda de imóvel, cláusula que ao vendedor reserva o direito de recompra em certo prazo, sob a condição de restituir o preço, ressarcir os gastos efetuados pelo comprador e reembolsá-lo pelo valor dos melhoramentos acrescentados ao imóvel.

Sanciono: confirmo, aprovo.

Serventuários: funcionário auxiliar da justiça que ocupa cargo criado em lei, com denominação própria, pago pelos cofres públicos ou remunerados (tabeliães, escrivães...)

Similares: semelhantes, de mesma natureza.

Simulação: fingir, representar com semelhança.

Sistema: conjunto de elementos, materiais ou ideais entre os quais se possa encontrar ou definir alguma relação.

Sociedade conjugal: casamento

Sonegação: ocultar com fraude.

Subenfitense: contrato em que o foreiro sub-roga a outrem os seus direitos e obrigações decorrentes da enfiteuse, mantendo-se, no entanto, responsável perante o senhorio, subemprazamento.

Sucessores: aquele que sucede a outrem, ou que o substitui num cargo ou função.

Súmula: sumário ou resumo.

Testada: parte da rua ou da estrada que fica à frente de um prédio, testeira.

Tornas: Aquilo que, além do objeto que se troca por outro, se dá para igualar o valor deste,

volta, compensação dada a outros por um co-herdeiro mais favorecido na partilha a fim de igualar os quinhões; reposição em dinheiro.

Transação: Ato jurídico que dirime obrigações litigiosas ou duvidosas mediante concessões, recíprocas das partes interessadas, composição; combinação, chegar a um acordo, ajuste, operação comercial.

Transmissão: ato ou efeito de transmitir-se.

Tutelados: sujeito a tutela, protegido, amparado, defendido.

Tutores: indivíduo legalmente encarregado de tutelar alguém, protetor, defensor.

Unilateral: situado de um único lado.

Usucapião: modo de adquirir propriedade móvel ou imóvel pela posse pacífica e ininterrupta da coisa durante certo tempo.

Usufruto: direito real sobre coisa alheia.

Usufrutuário: quem usufrui das utilidades e frutos de um bem de propriedade de outrem.

Valor venal: valor do imóvel.

Vedação: ato ou efeito de vedar, proibição, veda.

Vencidas: término do prazo para pagamento de título.

Venal: que pode ser vendido.

Veracidade: verdade.

Vincenda: dívidas que estão por vencer.

Zoneamento: dividir por zonas específicas

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 24/08/2020

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.

PUBLICIDADE